

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS VERTELO

**COMUNIDADE DE ARAÇATIBA, VIANA, ES:
herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição**

VITÓRIA
2017

MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS VERTELO

**COMUNIDADE DE ARAÇATIBA, VIANA, ES:
herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos

VITÓRIA

2017

MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS VERTELO

**COMUNIDADE DE ARAÇATIBA, VIANA, ES:
herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em ____ de _____ 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campo (Orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Karulliny Silverol Siqueira (Membro Externo)
Faculdade Saberes

Prof^a. Dr^a. Patrícia Maria da Silva Merlo (Membro interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a Maria Cristina Dadalto (Membro Interno – Suplente)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Goularte (Membro Externo – Suplente)
Instituto Federal do Espírito Santo

“Araçatiba

Quando te vi, o crepúsculo já substituíra as claridades do dia;
mas, não ficou em trevas, a minha memória.

É pouco; é quanto posso.”

José Joaquim Pessanha Póvoa
(Jornal *O Horizonte*, 15/03/1885)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

Vertelo, Marcos Aurélio dos Santos, 1983-

V567c Comunidade de Araçatiba, Viana, ES : herança e devoção de afrodescendentes no pós-abolição / Marcos Aurélio dos Santos Vertelo. – 2017.

111 f. : il.

Orientador: Adriana Pereira Campos.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Quilombolas – Araçatiba (Viana, ES) - História. 2. Escravos – Araçatiba (Viana, ES) – História. I. Campos, Adriana Pereira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AGRADECIMENTO

Agradeço à comunidade de Araçatiba, que ao longo dos últimos seis anos, sempre estiveram de portas abertas para que se pudesse desenvolver todas as minhas pesquisas. Em especial agradeço à Dona Emiliana Coutinho da Silva (Nini), que gentilmente concordou em conceder algumas entrevistas. Faço menção também à Janne Coutinho, que sempre demonstrou interesse e disponibilidade para que se realizasse todas as nossas pesquisas na comunidade. A partir dessas duas pessoas maravilhosas estendo meus agradecimentos a todos os demais moradores locais e das redondezas dessa comunidade. Sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dr^a Adriana Pereira Campos, por suas muitas contribuições, é certo que se este trabalho chegou ao seu término foi graças aos seus muitos incentivos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, em especial aos que ministraram disciplinas durante o período que estive neste programa.

Às professoras Patrícia Maria da Silva Merlo e Maria Cristina Dadalto pelos muitos apontamentos feitos durante a qualificação, que possibilitaram a produção deste material.

Agradeço às professoras Dr^a. Karulliny Silverol Siqueira e Dr^a. Patrícia Maria da Silva Merlo, que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa desta dissertação.

Agradecimento especial à Fundação de Amparo e Pesquisa do Espírito Santo - FAPES, pelo apoio financeiro que muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos pesquisadores do Laboratório de História, Poder e Linguagem. Tanto aos que ainda estão desenvolvendo seus trabalhos, quanto àqueles que já não fazem mais parte do laboratório, cujas passagens deixaram contribuições, das quais, muito me ajudaram nesta caminhada.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial – PET cultura – UFES, que me abriu os caminhos para que pudesse ter contato com a comunidade de Araçatiba.

Agradecimento ao Prof. Dr. Aparecido José Cirilo – Que foi o tutor do Programa de Educação Tutorial (PET), quando de minha passagem, entre os anos de 2011 a 2015. Certamente foi uma experiência incrível e me fez crescer muito academicamente.

Agradeço a todos os petianos que tive o privilégio de conhecer e conviver.

Agradecimento todo especial aos meus familiares que sempre entenderam minha ausência neste período. Minha mãe Maria da Graças Soares dos Santos, meu filho João Pedro de Souza Vertelo e todos meus irmãos.

Agradeço minha amiga e conselheira de todos os momentos Bruna Wandekoken.

Faço também um agradecimento póstumo ao meu amigo Rubens Teixeira, que muito me acompanhou nas minhas andanças durante minha pesquisa, e certamente este trabalho tem muito de suas contribuições

Agradeço ao meu amigo e parceiro Junior Nascimento Oaski, que contribui muito com este trabalho. Fazendo as devidas correções e dando suas contribuições na escrita.

Agradeço ao Adriano Bandeira Fiorotti, por sua contribuição neste trabalho.

A todos os amigos pelos incentivos diários.

Termino esses agradecimentos fazendo menção a Karoll Oliveira, minha parceira, amiga e amada, que comigo atravessou esses momentos de entrega e de vitórias. E leu todos os documentos e cada parágrafo deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar a constituição da comunidade cativa da fazenda jesuítica de Araçatiba, Viana, Espírito Santo. Em especial, deu-se ênfase aos espaços de liberdade conquistados pelos descendentes de escravizados que atuaram no estrito espaço daquela antiga propriedade. O objeto de pesquisa desta dissertação consistiu na apropriação da herança material e imaterial construída em torno da doação de terras de parte do terreno da fazenda Araçatiba, no ano de 1894, que tinha como doadores os herdeiros da dita fazenda e destinatária a padroeira Nossa Senhora da Ajuda. O problema investigado residiu na ressignificação desta doação pela comunidade afro-brasileira de Araçatiba na qualidade de guardiã não apenas das terras, como também do patrimônio material, como imagens, edifício e outros, e imaterial da devoção à Nossa Senhora da Ajuda. A investigação desta pequena comunidade realizou-se por meio de diversas fontes em que se cotejou a longa trajetória de Araçatiba. Utilizaram-se memórias produzidas no século XIX sobre o Espírito Santo, periódicos, inventários e entrevistas com membros da comunidade. A metodologia de uso dos documentos abrangeu diversos caminhos, desde a prosopografia, segundo a qual se perseguiu os acontecimentos atribuídos à fazenda de Araçatiba registrados por jornais e documentos cartoriais, até a história oral, segundo a qual, o acesso ao passado se fez por meio da memória revelada em entrevistas pelos atuais membros da comunidade. A análise das fontes guiou-se pelo conceito de memória como reconstrução do passado com a ajuda do presente, elaborada a partir de outras reconstruções feitas anteriormente. Observou-se no pós-emancipação, assim, a construção da identidade da comunidade de Araçatiba em torno das terras e da devoção constituídas por seus antepassados como espaços de liberdade desde e sob o jugo da escravidão.

Palavras-chave: Cativos, espaços de liberdade, herança, memória

ABSTRACT

This dissertation has the purpose to present the constitution of the captive community of the Jesuit farm of Araçatiba, Viana, Espírito Santo. In particular, emphasis was placed on the spaces of freedom conquered by the descendants of slaves who acted in the strict space of that old property. The research object of this dissertation consisted in the appropriation of the material and immaterial inheritance built around the donation of land from part of the land of Araçatiba farm, in the year 1894, which had as donors the inheritors of this farm and recipient the patroness Our Lady of Help. The problem investigated was the resignification of this donation by the Afro-Brazilian community of Araçatiba as guardian not only of the lands, but also of the material patrimony, such as images, building and others, and immaterial devotion to Our Lady of Help. The investigation of this small community took place through several sources in which the long trajectory of Araçatiba was checked. Memories produced in the nineteenth century on Espírito Santo, periodicals, inventories and interviews with members of the community were used. The methodology for using the documents covered a number of different paths, from prosopography to the events attributed to Araçatiba's farm, recorded by newspapers and documentary documents, to oral history, according to which access to the past was done through the memory revealed in interviews by the present members of the community. The analysis of the sources was guided by the concept of memory as reconstruction of the past with the help of the present, prepared from other reconstructions previously made. It was observed in post-emancipation, therefore, the construction of the identity of the Araçatiba community around the lands and devotion constituted by their ancestors as spaces of freedom from and under the yoke of slavery.

Keywords: Captives, spaces of freedom, inheritance, memory

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Espírito Santo	20
Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora da Ajuda – Araçatiba, Viana, ES.....	84
Figura 3 – Imagem Igreja de Nossa Senhora da Ajuda – Araçatiba, Viana, ES.....	86
Figura 4 – Imagem de Nossa Senhora da Ajuda de Araçatiba.....	89
Figura 5 – Porto e entreposto comercial de Araçatiba, Viana, ES. 1907/1908.....	90
Figura 6 – Foto do antigo entreposto comercial.. ..	91
Figura 7 – Engenho de Araçatiba, Viana, ES. 1907/1908.	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A FAZENDA ARAÇATIBA: CONSTITUIÇÃO E ESPAÇOS DE LIBERDADE	17
1.1. ARAÇATIBA: ENGENHO JESUÍTICO	17
1.2. “GRANDE FAZENDA ARAÇATIBA”: DE PROPRIEDADE JESUÍTICA À FAZENDA ESCRAVISTA DA FAMÍLIA VIEIRA MACHADO.....	25
1.2.1. Sebastião Vieira Machado (1856-1906)	34
1.3. SER ESCRAVO NA FAZENDA ARAÇATIBA	35
1.3.1. Demografia e família escrava em Araçatiba de 1852 a 1875	36
1.3.2. Compadrio e enlaces entre os cativos da fazenda Araçatiba.....	38
1.3.3. Quilombolas, indisciplina escrava e abolição (1880 a 1888)	45
1.4. CONCLUSÃO	54
2. CONFLITOS PELAS TERRAS E A DOAÇÃO FEITA À NOSSA SENHORA DA AJUDA (1880 a 1894).	56
2.1. DO DEBATE NA IMPRENSA À CARTA DE DOAÇÃO.....	56
2.2. REPRESENTANTES DOS GRUPOS ENVOLVIDOS NA DISPUTA POR TERRAS NA FAZENDA ARAÇATIBA	59
2.2.1. O “coronel Isidro”	59
2.2.2. “Herdeiros das terras comuns”	61
2.2.3. “Herdeiros de Dona Domiciana”	62
3. FÉ E DEVOÇÃO (1894 A 1932)	82
3.1. O PÓS-ABOLIÇÃO E A COMUNIDADE DE ARAÇATIBA.....	82
3.2. “A MÃE DE DEUS, SENHORA D’AJUDA” - ORIGEM DA DEVOÇÃO	86
3.3. ICONOGRAFIA DA IMAGEM	89
3.4. HERDEIROS DA TERRA DA SANTA: EMILIANA COUTINHO DA SILVA	93
3.4.1. Perfil e memória da matriarca Emiliana.....	94

3.4.2. A guarda da chave da Igreja e o poder local	97
3.4.3. Devoção à Santa Nossa Senhora da Ajuda.....	98
3.4.4. “Todo mundo era católico, porque eles aprenderam com os portugueses a serem católicos”	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107
1. DOCUMENTOS	107
1.1 Documentos manuscritos.....	107
1.2 Memórias impressas	107
1.3 Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional	108
1.4 Entrevistas	108
2. BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA.....	108

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação enquanto fazenda jesuítica, passando pelo século XVIII e XIX, a fazenda Araçatiba foi descrita de formas diversas. Quando o interesse era econômico, sobressaía a descrição quantitativa de sua produção, de seus trabalhadores cativos. Aparece também na documentação levantada neste trabalho, uma ênfase dada a vida religiosa de seus habitantes; foi descrita também por um viajante naturalista, que nos apresentou um pouco da sua fauna, da sua flora, além de mostrar um pequeno fragmento do contexto socioeconômico da fazenda, no início do século XIX. Em especial chama a atenção o poema de José Joaquim Peçanha Póvoa, que mostra o quanto o poeta ficou encantado ao chegar em Araçatiba num anoitecer e assim descreveu aquele momento: “ Araçatiba – Quando te vi, o crepúsculo já substituíra as claridades do dia; mas, não ficou em trevas, a minha memória. É pouco; é quanto posso” (Jornal O Horizonte, 15/03/1885).

Com o mesmo encanto que alcançou o poeta Peçanha Póvoa, e outros viajantes, religiosos e homens públicos; que por Araçatiba passaram. Esta dissertação busca ser um produto acadêmico, mas sem deixar de ser o resultado de um encantamento que alcançou um aspirante a pesquisador, ainda no início de sua graduação em História, no ano de 2011.

Ainda antes de iniciar a apresentação desta dissertação é necessário fazer uma breve trajetória acadêmica, a fim de mostrar como foi construído o objeto de estudo deste trabalho, a saber, um processo longo e gradual. Esta pesquisa tem seus primeiros passos ainda no Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes - LEENA, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, que durante quatro anos e meio abrigou o Programa de Educação Tutorial – PET Cultura, do qual o pesquisador deste trabalho participou desde a sua fundação, no início de 2011, como petiano bolsista. O grupo PET tinha sua sede no Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes (LEENA), tendo atualmente seu próprio espaço com uma formação de doze petianos bolsistas, podendo ter mais seis voluntários, – sendo que estas vagas nem sempre estão todas preenchidas – e um tutor. Este grupo é composto por uma equipe multidisciplinar, com alunos de História, Arquivologia, Geografia, Artes, Letras e Pedagogia, cujos trabalhos perpassam por atividades de ensino, pesquisa e

extensão na Comunidade Quilombola de Araçatiba, no município de Viana, estado do Espírito Santo.

No ano de 2014, somado às ações do grupo PET, participou na execução do edital Proext – Araçatiba, Terra de Santo: Mapeamento e Salvaguarda do Patrimônio Artístico e Cultural Quilombola do Espírito Santo, que o possibilitou ter um maior envolvimento com o território da Antiga Fazenda de Araçatiba, fazendo aumentar o interesse em estudar a terra da Santa.

Ainda durante os primeiros encontros com os moradores desta comunidade o pesquisador pôde conhecer um pouco de suas histórias, e seus moradores, dentre os quais se destaca Dona Emiliana Coutinho da Silva, conhecida como dona Nini. Esta estimada senhora foi uma das primeiras pessoas com quem teve contato dentro da comunidade, por indicação de Janne Coutinho, filha de Nini e líder do Fórum Comunitário, representação máxima local¹.

Após aproximadamente dois anos de pesquisa ele então perceber porquê Nini se colocou como uma condição *sine quo non*, para a realização de qualquer atividade dentro da comunidade. Nini é tida como uma guardiã da memória local, uma “porta voz da comunidade e de sua memória”. Durante a feitura da monografia de graduação em História, elaborou-se o trabalho com o tema: *ARAÇATIBA: Apropriação, transmissão e transição do poder simbólico num matriarcado*, apresentado no ano de 2013.

Como pode ser observado o trabalho iniciou-se primeiramente com a preocupação de se conhecer a comunidade afro-brasileira de Araçatiba. Levando posteriormente ao mestrado o interesse em pesquisar sobre composição desta comunidade ainda no tempo do cativeiro. A partir desse momento que pôde-se aproximar da temática da escravidão no século XIX, realizando um movimento de busca ao passado escravista, desse grupo que se denomina herdeiro das terras da Santa Nossa Senhora da Ajuda.

Conforme já apontado por Mariza de Carvalho Soares (2000), as estruturas da escravidão são bem mais complexas do que já se pensou e se escreveu no passado. Mesmo diante das normas estabelecidas pela sociedade escravista, estes indivíduos buscavam alternativas para se moverem dentro destas regras. Dependendo de cada caso, essas alternativas podiam ir duma tentativa de conviver

¹ Janne Coutinho era a líder do Fórum Comunitário quando as pesquisas do grupo PET se iniciaram. Hoje esse cargo é ocupado por outra liderança local.

numa determinada norma, ou até mesmo contestá-la. A norma não prevalecia de forma absoluta sobre os escravos e nem estes eram autônomos diante das regras. Se por um lado a sociedade impunha aos escravos a sua organização estamental rígida, por outro, haviam diversos meios que os possibilitavam distinções e dignidades (SOARES, p. 165).

A presente dissertação tem como proposta mostrar no micro como que se estabeleciam as relações entre senhores e cativos, sobretudo no último quartel do século XIX. Dando ênfase aos espaços de liberdade conquistados pela comunidade cativa. Tomando como objeto de estudo a relação construída entre senhores e cativos da antiga fazenda jesuítica de Araçatiba, Espírito Santo. Mostrando como que estes espaços de liberdade levaram a uma permanência de uma comunidade afro-brasileira nesta propriedade no pós-abolição. Ressaltando os mecanismos utilizados por esta comunidade afro-brasileira na apropriação de parte das terras desta fazenda, que no ano de 1894, foram doadas à padroeira Nossa Senhora da Ajuda.

A metodologia foi pautada na prosopografia, que segundo Lawrence Stone:

É a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método de empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação (STONE, 2011, p. 115).

Na construção narrativa desta biografia coletiva apresento neste momento a estruturação do trabalho. No primeiro capítulo apresentar-se-á a constituição da fazenda Araçatiba, desde seu período enquanto fazenda Jesuítica, até o momento em que passou pertencer à Família Vieira Machado. Dando ênfase as relações estabelecidas, no segundo quartel do século XIX, entre senhores e cativos, entre libertos e cativos, além da proximidade de um agrupamento quilombola com os cativos desta fazenda. Utiliza-se como fonte documental os jornais de época e inventários *post-mortem*. A documentação levantada neste capítulo mostrou o interesse de alguns libertos da fazenda Araçatiba em permanecer na propriedade no pós-abolição, por meio de um documento assinado pelos próprios cativos poucos

meses após a lei áurea. Reforçando, assim, a hipótese de que os espaços de liberdade construídos entre senhores e cativos levou a constituição de uma comunidade afro-brasileira, organizada dentro de uma estrutura escravista, e que o fim da escravidão, não foi capaz de desfazer esses laços construídos nessa longa duração.

No segundo capítulo sonda-se uma querela envolvendo os herdeiros da fazenda Araçatiba, entre os anos 1880 a 1894, tendo como motivação as disputas pelas terras da dita propriedade. Tais disputas levaram a uma doação de parte das terras para à Santa padroeira da Fazenda Araçatiba, Nossa Senhora da Ajuda. Todo o debate envolvendo a disputa pelas terras e a doação será feita mediante a análise de jornais do século XIX, além de uma carta de doação de terras assinada pelos herdeiros da fazenda, no ano de 1894.

Por fim, o terceiro e último capítulo, tem como proposta apresentar a comunidade de Araçatiba, durante o século XX, dando destaque a permanência dos bens materiais, e, sobretudo, dos bens imateriais. Tendo como enfoque um acervo imagético do início do século XX, e a análise de uma entrevista concedida no ano de 2011, por Emiliana Coutinho da Silva, uma das herdeiras dessa comunidade afro-brasileira, na qual a entrevistada mostra os mecanismos utilizados pela comunidade para se apropriar da doação das terras feita à Nossa Senhora da Ajuda. Neste capítulo pretende-se mostrar que os espaços de liberdade construídos pela comunidade cativa, ainda durante o século XIX, alcançou o pós-abolição.

A presente dissertação aspira contribuir para o rico debate que tem sido feito nos últimos anos, em relação a historiografia do negro no Espírito Santo. Sem ter a pretensão de esgotar o debate, procura-se demonstrar a dinâmica estabelecida entre cativos e livres, e, sobretudo, a capacidade dessas comunidades afro-brasileiras de construir suas próprias narrativas sobre o passado, construindo e reconstruindo suas histórias conforme as necessidades do presente.

1. A FAZENDA ARAÇATIBA: CONSTITUIÇÃO E ESPAÇOS DE LIBERDADE

O objetivo deste capítulo é apresentar a trajetória histórica da fazenda de Araçatiba desde a época dos jesuítas, passando pelo período em que foi propriedade da família Vieira Machado, até o século XIX. Esse longo percurso demonstra como esta propriedade se constituiu geograficamente por intermédio da anexação de outros terrenos. Outro dado importante consiste na relação política que tinham seus proprietários naquele século, principalmente os dois primeiros: o coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado e seu filho o tenente-coronel Sebastião Vieira Machado. Porém, faz-se necessário esclarecer que nesta parte inicial da dissertação a ênfase está sobre o cotidiano da escravidão – mais precisamente entre os anos de 1856 a 1888 – e a relação entre os proprietários desta fazenda e seus cativos. Procura-se, também, apresentar os espaços de liberdade que foram alcançados pelos cativos por meio de um forte relacionamento entre cativos, livres e libertos. Além da proximidade com os agrupamentos quilombolas já estabelecidos nos arredores da fazenda, principalmente nos anos de 1880. Estes espaços de liberdade revelaram um cenário complexo da escravidão e da terra em que trabalhavam, pois foram construídos pelos próprios cativos. Esta ligação, curiosamente, se dava por meio de laços matrimônios e religiosos; além da possibilidade de os libertos permanecerem na propriedade. Sendo possível identificar a busca por espaços de liberdade, fosse pela rebeldia e indisciplina, favorecendo, assim, o aparecimento de oportunidades para negociação, ainda que num clima acirrado. Por fim, busca-se mostrar como que estes espaços de liberdade contribuíram para o interesse de alguns libertos em permanecer nesta propriedade após a abolição. Como se vê neste capítulo, de acordo com os indícios, nesta região formou-se uma comunidade afro-brasileira composta de libertos e livres nascidos antes e após a Lei Áurea.

1.1. ARAÇATIBA: ENGENHO JESUÍTICO

A catequese possuiu grande significado político nas monarquias ibéricas com a “outorga às respectivas Coroas do papel de padroeiras da Igreja católica nas terras conquistadas” (NEVES, 2001(a), p. 109). Segundo sua proposta, os frutos da catequese seriam mais duradouros se as diversas tribos indígenas fossem reunidas em aldeamentos criados para as atividades de cristianização e isolados do contato com os colonos brancos (NEVES, 2001(b), p. 110). O inaciano Manuel da Nóbrega teve um papel de destaque no cumprimento desta meta, pois foi o responsável por idealizar métodos que se afastavam das práticas tradicionais de conversão, convém lembrar que a instalação dos jesuítas em Portugal e em seus domínios ocorreu muito cedo. No Brasil, a introdução da Companhia de Jesus chegou sob a liderança de Nóbrega, em 1549, na comitiva de Tomé de Souza, primeiro governador da América lusitana (NEVES, 2001 (b), p. 326).

Na capitania do Espírito Santo, o primeiro jesuíta a aportar foi Leonardo Nunes no ano de 1549 (CARVALHO, 1982, p. 11). Ele ficou na casa de um Vigário na vila do Espírito Santo², onde permaneceu durante um mês pregando e doutrinando a multidão de escravos que nem cabiam na Igreja do Rosário. Passado este tempo, veio a partir para São Vicente, juntamente com o Padre Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves e só em 1551 chegaram à sede da capitania (Vila de Vitória), aonde foram muito bem recebidos. O padre Afonso Brás ficou tão entusiasmado com a capitania que alguns meses depois escreveu ser esta a mais fértil e melhor terra do Brasil. Durante os primeiros meses de sua estadia nesta capitania, Afonso Brás se dedicou em atender ao povo nos sacramentos da fé, pois estava no período da quaresma (CARVALHO, 1982, p. 37-38).

Transcorrido o período da páscoa, Afonso Brás ordenou a construção de um alojamento que serviria de abrigo para os padres. Era o projeto inicial do futuro colégio jesuíta do Espírito Santo, posteriormente chamado de colégio Santiago. A construção era, inicialmente, bem precária e seguia o modelo das construções jesuíticas: “casa pobre, sem paredes que dividisse internamente a casa e cobertura de palha” (Afonso Brás *apud* CARVALHO, 1982, p. 39).

No que diz respeito aos ofícios, os jesuítas encontravam-se divididos em duas grandes frentes. Havia os ofícios comuns, tais como: cozinheiro, despenseiros, refeiteiro, porteiro, roupeiro, encarregado da limpeza, comprador e sacristão.

² A Vila do Espírito Santo atualmente recebe a denominação de Vila Velha, em razão de ter sido a primeira vila fundada na capitania do Espírito Santo.

Existiam também os ofícios mecânicos, tais como: alfaiates, sapateiros, barbeiros, pedreiros, ferreiros, torneiros, carpinteiros, escultores, livreiros, encadernadores, tecelões, pastores (curandeiros), hortelões, agricultores, enfermeiros, cirurgiões, farmacêuticos e, devido às necessidades da Colônia, criavam-se outros cargos, como foi no caso do Brasil os pescadores, os pilotos, os construtores navais e os oleiros (LEITE, 1953, p. 19).

Uma das primeiras artes praticadas pelos jesuítas no Brasil foi a da construção. Enquanto a Europa contava com grandes arquitetos profissionais, no Brasil, os jesuítas tiveram de erguer casas, igrejas e escolas usando mão de obra tanto indígena quanto negra. Aos poucos foi se somando mão de obra especializada vinda da Europa (LEITE, 1953, p. 39). O mapa abaixo apresenta a proposta de ocupação jesuítica com o posicionamento de suas construções na capitania do Espírito Santo:

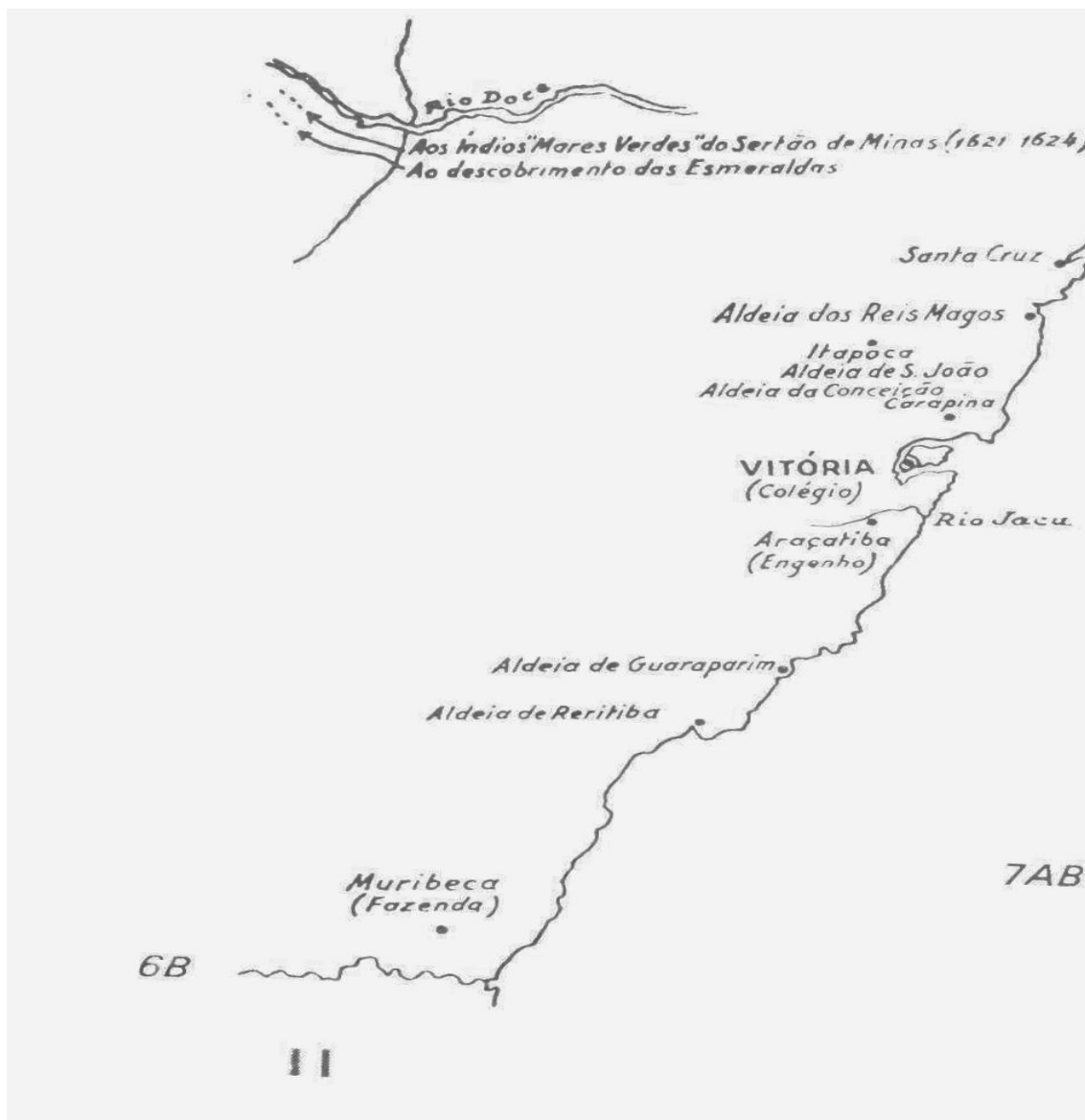


Figura 1 – Os jesuítas na capitania do Espírito Santo (1551-1760). Mapa do Espírito Santo mostrando os pontos de fixação dos jesuítas na capitania em meados do século XVIII. Ilustração de Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, (Lisboa - Rio de Janeiro, 1938-1950), vol. VI, entre as páginas. 152 e 153. Observa-se que a Aldeia da Conceição aparece no mapa, embora apareçam também os locais: Santa cruz e aldeia dos Reis Magos; Itapoca, Araçatiba e Muribeca eram fazendas. O rio é Jucu e não Jacu, apesar de estar grafado assim na figura (CARVALHO, 1982, p. 162; grifos meus).

Dados em consonância com Serafim Leite (2000, p. 151-152), pois, para a subsistência do Colégio de Santiago e o abastecimento das aldeias e das demais construções dos jesuítas na capitania do Espírito Santo, organizaram-se algumas fazendas, dentre as quais, foram destacadas para os fins desta dissertação quatro, Carapina, Itapoca, Muribeca e Araçatiba. A fazenda de Carapina tinha um caráter suburbano³ mesmo seguindo a estrutura adotada em outros colégios, pois os jesuítas viam a necessidade de se ter uma fazenda próxima da sede em Vitória. No século XVIII, houve a substituição da fazenda de Carapina pela fazenda de Itapoca, que passou a abastecer o Colégio de Santiago com hortaliças e farinha. Já a fazenda de Muribeca se constituiu em meados do século XVII, tendo a pecuária como sua principal atividade e seu principal produto a carne bovina. Além disso, Muribeca servia como sede das demais fazendas na região sul da capitania (LEITE, 2000, p. 153).

A fazenda de Araçatiba, segundo Serafim Leite (2000, p. 155), foi obra do Padre Rafael Machado, que a iniciou e a organizou como engenho e residência. A construção, posteriormente, obteve relevante contribuição do abastado e benfeitor Jorge Fraga⁴. Segundo Leite (2000, p. 155):

Araçatiba já aparece, como Residência, nos catálogos em 1716, em vez de Muribeca, que se ofusca momentaneamente com menção expressa, sinal de que se iniciava a diferenciação econômica, aplicada Muribeca à criação de gado, e Araçatiba, sem excluir de todo o gado, à cultura do açúcar. Ao findar a administração do P. Rafael Machado, dá-se notícia em 1719, que para acabar de [vez] raízas demandas de alguns moradores vizinhos, se adquiriram as terras litigiosas com satisfação dos interessados; e se ergueu casa para depósito de açúcar, se limpam os campos dos pastios, e se construiu um navio de madeira especial para assegurar com

³ Termo utilizado por Serafim Leite (2000, p. 151-153) para designar o caráter de proximidade entre a fazenda e o Colégio de Santiago, em Vitória, que fazia dela uma fazenda de descanso para os padres, além de produzir alimentos de subsistência para os jesuítas, como frutas e legumes.

⁴ Conforme citado por Leite (2000, p. 155) em nota de referência, Jorge Fraga faleceu em fevereiro de 1721 deixando para o colégio dos jesuítas uma propriedade que ficava dentro dos limites da Fazenda de Araçatiba. Afim de evitar problemas com os moradores vizinhos, os Padres do Colégio de Vitória pediram ao Padre Geral a aceitação da doação, pois poderia servir para novos canaviais.

regularidade o serviço entre a Fazenda e o Colégio de Vitória, que se abastecia dela e da de Muribeca.

Na descrição observa-se a diferença entre as duas fazendas em termos de relevância. Percebe-se, em conformidade com a interpretação de Bruno Conde (2011, p. 82), que alguns fatores contribuíram para que a fazenda de Araçatiba passasse a ter maior importância em relação a de Muribeca. Sendo alguns deles, os permanentes alagamentos e a localização que de certa forma era distante do Colégio dos jesuítas em Vitória. Estes fatores contribuíram para atribuir maior importância à fazenda de Araçatiba no conjunto das obras jesuíticas da capitania do Espírito Santo. A essas questões, ainda se soma outra de natureza econômica, pois enquanto a fazenda de Muribeca se dedicava exclusivamente à criação de gado, a de Araçatiba somava a esta atividade a produção de açúcar. Serafim Leite (2000, p. 156) afirma que a produção do açúcar na fazenda Araçatiba, desde sua fundação até a expulsão dos jesuítas da América portuguesa, girou entre 45 e 80 caixas no período de alta produção e cerca de 16 caixas no de baixa, como é o caso do ano de 1742. Esse volume é apresentado por Serafim Leite como relevante no contexto colonial. Além do açúcar produzido na fazenda, fabricava-se melado, mel do tanque e aguardente. Tais mercadorias eram escoadas por meio de importantes vias fluviais – rio Jucu e Maruípe – e destinavam-se ao abastecimento da ilha de Vitória, sede da capitania. Além do direito de passagem sobre essas vias, os jesuítas também possuíam trapiches e embarcações, dominando, assim, o sistema de transporte e comércio dos produtos de suas fazendas (cf. RIBEIRO, 2010, p. 1-17).

As produções de açúcar, aguardente e mel da fazenda passavam por um canal chamado de Camboapina, construído pelos Jesuítas. O aqueduto possuía duas léguas e fazia a ligação do rio Jucu à baía de Vitória. Segundo Maria José Cunha (2015, p. 267), para dinamizar o transporte destas mercadorias, os Jesuítas mandaram construir uma barca de calado baixo e um porto privado. A opulência das instituições e propriedades jesuíticas era notória não somente na capitania do Espírito Santo. De acordo com Guilherme Neves (2001, p. 328), a cuidadosa administração do patrimônio das ordens, proporcionou imenso cabedal em sesmarias, propriedades urbanas, fazendas de gado, engenhos e escravos. Além disso, os jesuítas receberam vantagens fiscais que os isentavam do pagamento de direitos alfandegários e de dízimos. A exuberância das riquezas alcançadas proporcionou rancores não somente das outras ordens religiosas e colonos, mas

também dos funcionários da Coroa. Tais tensões eclodiram na década de 1750, depois da recusa em dar cumprimento ao tratado que obrigava os inacianos da Espanha a entregarem o território situado a ocidente do atual estado do Rio Grande do Sul a Portugal.

A expulsão produziu impactos sobre grandes fazendas jesuíticas da capitania do Espírito Santo como Muribeca, Araçatiba e Itapoca, que eram as mais organizadas e produtivas desta capitania, sobretudo em virtude do abandono a que foram relegadas após da proscrição dos inacianos do Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 519). Houve também reflexos negativos na educação, que se concentrava no domínio dos jesuítas. Após a saída dos jesuítas, os bens da Ordem se degradaram e outros foram leiloados (CONDE, 2011, p. 150). Foi deliberado em carta régia o inventário dos bens inacianos da fazenda Araçatiba, determinada pelo Vice-Rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, a mando de D. Maria I. A ordem foi dada ao corregedor da Capitania do Espírito Santo em 20 de julho de 1780, porém só se iniciou o levantamento dos bens em 8 de abril do mesmo ano e terminou no dia 17 do mesmo mês (DAEMON, 2010, p. 238-240). Fizeram parte do espólio⁵ da fazenda Araçatiba:

[...] dando-se princípio à avaliação das casas, igreja, engenho, senzalas e oficinas foram estes bens avaliados pelos mestres pedreiros e carpinteiros em 3:061\$060, as imagens de Nossa Senhora da Ajuda, um Menino Deus, Santo Antônio, Santana, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Senhor Crucificado, São José, Nossa Senhora do Presepe, um painel da Ceia do Senhor avaliado o fetio e pintura em 137\$200; parâmetro e roupas da igreja, cama da casa da residência, avaliada por 192\$160; peças de ouro e prata, sendo uma piscina de prata, uma chave de prata, um cálix de prata, uma grande coroa de prata da Senhora da Ajuda, outra coroa de prata de outra Senhora da Ajuda, um resplendor e palma de prata de São Francisco Xavier, outro resplendor de Santo Inácio, dois ditos pequenos com uma coroa e um coração de prata pertencentes a Santana, São Benedito e Nossa Senhora; uma cruz de prata do Menino Deus, uma outra cruz de prata de Santo Inácio, um resplendor de prata de Santo Antônio, três resplendores de prata de três imagens do Presepe, quatro castiçais grandes de prata, duas cruzes grandes de prata para guião pertencentes às irmandades de Nossa Senhora da Ajuda e

⁵ Conforme Daemon foram avaliadores: mestres pedreiros Francisco de Paula e Tomás de Vila Nova; mestres carpinteiros Alexandre Francisco de Jesus e Manoel da Rocha Machado; o mestre escultor Gabriel João de Santiago; o mestre pintor Inácio Gonçalves Coelho; os mestres ourives Domingues Fernandes Pimentel e Antônio Leitão da Silva; os mestres de alfaiate Francisco da Silva Dolasco e José Álvares; os mestres ferreiros Vicente Ferreira da Silva e Mariano José; o mestre serralheiro Inácio Pinto da Silva e o mestre caldeireiro Vicente Ferreira da Silva; os avaliadores de escravos capitão José Barbosa de Magalhães e o capitão Inácio de Aguiar Brandão; os avaliadores de terras capitão Gonçalo Pereira Porto e capitão Inácio de Loiola de Jesus (DAEMON, 2010, p. 239).

São Francisco Xavier, um vaso de prata para lavatório, um purificador de prata, um turíbulo de prata, uma grande lâmpada de prata, frasquinhos e salva de prata para santos óleos, um resplendor do Senhor Crucificado, um colar de ouro da Senhora da Ajuda, dois pares de brincos de ouro, um fio de contas grandes de ouro, um coração de ouro de São Francisco Xavier, importado tudo em 610\$000; alfaias da igreja, móveis da casa de residência dos padres, e mais objetos de madeira avaliados em 333\$520; ferros do engenho e todas as mais ferragens das oficinas e obras da fazenda em 234\$160; cobres, bronzes e metais em 1:538\$800; avaliados 852 escravos pretos, pardos e cabras, alguns com ofícios e artes em 41:219\$800; avaliadas as 208 cabeças de gado vacuum e 31 cavalos existentes nos currais de Araçatiba, da Porta, do Sacramento e no Camboapina em 1.078\$500; foram avaliadas sete datas, sendo a 1ª de Araçatiba, por 2:750\$000; a 2ª desde a primeira cachoeira do Jucu, rio abaixo até confinar com terras de Antônio Gomes de Miranda, por 3:200\$000; a 3ª que principiava no morro Beritiba que fora de Antônio Gomes de Miranda pelo rio Jucu acima até a cachoeira já dita, por 1:400\$000; a 4ª chamada Jucuna da barra de Araçatiba pelo rio Jucu acima por 600\$000; a 5ª chamada Camboapina até as Palmeiras, por 1:400\$000; a 6ª chamada Palmeiras, principiando da barra do rio Uma e pelo sertão acima até fundos de Araçatiba, por 200\$000; a 7ª chamada da Ponta da Fruta, da costa para a terra e perto do ribeiro até a Ponta dos Cajus, para o sul, com três mil braças de testada e duas para o sertão, por 80\$000; importando a avaliação de todas estas terras em 9:630\$000. O trapiche e chão a ele adjacentes foi avaliado em 564\$000, importando toda a avaliação em geral em 58:603\$480. Ficaram fora da avaliação doze escravos inutilizados por decrepitos, lázaro e doido, e os livros seguintes Desejos de Jó, Martirológio romano, Catecismo geral de doutrina, Josefina Evangélica, Teologia moral, Locution de Dios, Ofícios de reza e privilégios, Breviários e alguns objetos inutilizados, sendo assim acabado o inventário e avaliação destes bens, de que foi tirada certidão a 9 de julho de 1781 para remeter-se à Junta da Real Fazenda (DAEMON, 2010, p. 239-240).

Desta longa descrição do espólio, percebe-se a dinâmica de atuação dos jesuítas na fazenda Araçatiba. Ainda que não tenham atuado por muito tempo nesta propriedade, uma vez que aparecem como proprietários no início do século XVIII e foram expulsos no ano de 1759, construíram e acumularam uma quantidade significativa de bens. Eles levantaram uma igreja, embora não se possa datar precisamente a sua fundação, cujo acervo sacro arrolado dá a dimensão da atuação religiosa desta Ordem na fazenda.

Ao analisar o inventário descrito por Daemon, Serafim Leite (2000, p. 156) afirma que Araçatiba era formada do conjunto arquitetônico composto pela residência, igreja, engenho, senzala e oficinas. E, curiosamente, a administração coube aos dois únicos padres que viviam nesta propriedade. Chama atenção a descrição de todos os elementos deste espólio classificados por grupos. O primeiro se refere ao

acervo sacro do interior da igreja, subdividido em três eixos: em um se agrupam todas as esculturas sacras, as irmandades e o painel da Ceia do Senhor (pintura); no eixo dois, destacam-se os elementos litúrgicos; e, por fim, no eixo três, reúnem-se os objetos devocionais do povo. No segundo grupo, ligado ao mundo do trabalho, são listados engenho e trabalhadores, denominados no inventário de servos⁶. No terceiro e último grupo, Leite deu ênfase aos equipamentos da Fazenda, formados por quatro currais (Araçatiba, Porta, Sacramento e Camboapina) e sete datas de terra (Araçatiba, Cachoeira, Jucuruaba, Jucuna, Camboapina, Palmeiras e Ponta da Fruta). Por fim, não se trata aqui especificamente de um grupo, mas Leite fez questão de mencionar o valor total dos bens inventariados, um montante de 58:603\$480 réis, e ainda chama atenção para o fato de que desse valor total, 41:219\$800 réis se referiam especificamente à escravidão existente na fazenda, portanto, formada por africanos e seus descendentes. Serafim Leite chega a dizer que se tratava de “elemento importante a se apreciar, por confronto, quanto valia e custava, por si só, então, a mão de obra” (LEITE, 2000, p. 156-157).

Daemon (2011, p.645-650) afirma que os quatro currais e as sete datas de terras descritas no espólio compunham toda a extensão da “Grande fazenda de Araçatiba⁷”. Após o fim do inventário dos bens em 17 de abril de 1780, a fazenda foi arrematada em 30 de maio do mesmo ano, ou seja, um mês após a conclusão do processo esta propriedade passou a ser posse do Capitão Manoel Bento da Rocha e do tenente-coronel Manoel Fernandes Vieira. Sendo que mais tarde essas datas de terras, segundo afirmação de Daemon (2011, p. 645), passaram por constantes partilhas, entre os anos de 1780 e 1838.

Existia uma data de terra com o mesmo nome da “Grande Fazenda de Araçatiba”. “Araçatiba, onde é o casco da fazenda, e faz pião o morro também chamado Araçatiba, que para os quatro rumos do dito morro tem meia légua; confina com terras das Palmeiras, Jucu, Una, Camboapina e Cachoeira [...]” (DAEMON, 2011,

⁶ Não se pode afirmar por quais razões o padre Serafim Leite denominou os escravos de servos, talvez fossem, na maioria, indígenas e, por essa razão, a denominação não pudesse constar como escravos, ou até mesmo por ser o padre Serafim Leite um jesuíta quisesse amenizar o fato desta ordem também figurar como uma instituição escravista.

⁷ A partir deste momento utilizarei nesse trabalho “Grande Fazenda Araçatiba”, como referência a todo o complexo jesuítico que era composto por quatro currais e sete datas de terra. E doravante utilizarei fazenda Araçatiba para fazer referência a propriedade da família Vieira Machado. Faço esta diferenciação para mostrar que a dimensão territorial desta propriedade no período jesuítico não foi a mesma durante o século XIX. Muito devido esta fazenda se tratar de terras de divisões imprecisas, chamadas terras indivisas; muito comum no período colonial (cf. Thiara Bernardo Dutra, 2016, p. 75).

p.646). A explicação oferecida por Daemon faz total sentido quando comparada ao processo inicial de ocupação da fazenda descrita por Serafim Leite. Este último afirmava ter existido um processo de expansão gradual da ocupação jesuítica neste território, pois havia litígio com alguns proprietários vizinhos, cuja resolução foi satisfatória para as partes interessadas (LEITE, 2000, p. 155). Logo, pode-se levantar a hipótese de ter sido a data de terra chamada de Araçatiba o primeiro lugar ocupado pelos jesuítas neste território, já que todo o conjunto arquitetônico fica dentro das dimensões deste espaço.

1.2. “GRANDE FAZENDA ARAÇATIBA”: DE PROPRIEDADE JESUÍTICA À FAZENDA ESCRAVISTA DA FAMÍLIA VIEIRA MACHADO

No início do século XIX, aparece como proprietário da Fazenda Araçatiba o Coronel Bernardino Falcão de Gouveia Vieira Machado, que segundo Enaile Flauzina Carvalho (2008, p. 44), hospedou o Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho em 1812. Este clérigo descreveu, assim, esse momento:

[...] E vim dormir a Araçatiba no belo e bem conservado hospício dos jesuítas, que hoje é morada e a principal fazenda do meu amigo Falcão, aonde ouvi a boa música dos seus escravos, aonde crismei muita gente, batizei sete crianças, e fiz cinco casamentos. Esta capela já tinha pia batismal, e já teve capelão curado, dependente de Vila Velha, a cuja freguesia pertencem todas as fazendas do lado direito do rio Jucu, que divide esta freguesia da de Vitória [...] (COUTINHO, 2002, p. 215-219).

No relato acima o Bispo Dom José Caetano fez questão de destacar a presença da construção jesuítica e o seu bom estado de conservação. Ao enfatizar que a Fazenda Araçatiba era a principal morada e fazenda do seu amigo Falcão, o Bispo deixava claro que o Coronel possuía outras propriedades. Outro aspecto que pode ser extraído desse relato é a presença de escravos músicos de boa qualidade, adjetivo reforçado em outro momento de seu depoimento: “[...] Fazenda do boníssimo Joaquim José Fernandes, senhor de oito músicos que me têm acompanhado constantemente, mas que não parecem tão bons como os de Araçatiba [...]” (COUTINHO, 2002, p. 184).

Não se sabe ao certo como o coronel Falcão se tornou proprietário da fazenda Araçatiba. A descrição da documentação fornecida por Daemon (2011, p. 645-650) mostra que o processo de fragmentação da “Grande Fazenda Araçatiba” ocorreu em

fins do século XVIII e meados do XIX (DAEMON, 2011, p. 645). O Coronel Falcão adquiriu parte da propriedade de Camboapina, conforme trecho abaixo:

Camboapina principia no porto do mesmo nome, correndo o rio Jucu acima até chegar à barra do rio Araçatiba, meia légua e pelo caminho do sul tem uma légua, a atestar com terras das Palmeiras; parte pelo leste com terras do capitão Rocha e pelo oeste com terras de Jucuna e Araçatiba, em que fica incluído o Saco aonde houve engenho de Itaicá; vista e avaliada em 1:400\$000.

Esta data de terras, por falecimento de D. Ana Inácia da Silveira, pertenceu, metade a seu marido, o tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, que a vendeu ao coronel Bernardino Falcão de Gouveia, e a outra metade a sua filha, D. Vicência Maria Joaquina da Cunha (DAEMON, 2011, p. 648).

O coronel Falcão, portanto, adquiriu metade da data de terra de Camboapina, que era uma das sete datas pertencentes ao espólio jesuíta. Como descrito no documento citado, Camboapina fazia divisa com outras três datas de terras: Palmeiras, Jucuna e Araçatiba. Em nenhum momento, porém, o documento do espólio jesuítico, que trata da fragmentação da “Grande Fazenda de Araçatiba” no período de aproximadamente 60 anos, apresenta o coronel Falcão como proprietário da data de terra denominada de Araçatiba. Por se tratar de terras indivisas, podemos supor que o coronel Falcão tenha adquirido parte da fazenda Araçatiba no momento da compra de Camboapina. Não há elementos para afirmar como o coronel Falcão se apropriou destas terras. Apenas, como se viu, se pode colher a informação de que ele figurava, no início do Oitocentos, como o proprietário da fazenda Araçatiba.

O tenente-coronel Bernardino Falcão foi um dos homens mais ricos da capitania do Espírito Santo. No ano de 1807, ele fez um requerimento ao Príncipe Regente com a pretensão de ocupar o cargo de Coronel do Regimento Miliciano. Mesmo não tendo êxito em sua demanda, a investida mostra o quanto era influente (CARVALHO, 2008, p. 100-101).

Neste período em que esteve sob a administração do coronel Falcão, a fazenda Araçatiba recebeu a visita do príncipe Maximiliano⁸, no momento em que passou

⁸ Nesta visita o príncipe e sua comitiva ficaram na casa do Coronel Falcão, na Barra do Jucu, a pedido do governador do Espírito Santo, nesta residência segundo o príncipe Maximiliano, o Coronel passava o verão, para tomar banho de mar. Após a comitiva do príncipe ter deixado a sua residência, Maximiliano ficou sabendo que o Coronel Falcão não ficara satisfeito com aquela hospedagem, pois enquanto a comitiva estava se hospedando em sua propriedade ele teve que passar alguns dias do verão em outra residência nas redondezas. (Cf. WIED, 1989, p. 143).

pelo Espírito Santo, em 1815, em direção à Bahia. De seu relato, consta sobre a fazenda as seguintes informações:

[...] A imponente selva de Araçatiba era um ermo solene; por toda parte papagaios esvoaçavam com alarido e a vozearia dos macacos “saí-açu” se ouvia em todo redor. Trepadeiras de cipós das espécies mais belas e variadas entrelaçavam-se nos troncos gigantescos, formando impenetrável matéria; as esplendentes flores das plantas carnudas, os pendentes festões dos fetos, enrolados nas árvores, vicejavam luxuriantemente; em toda parte coqueiros novos adornam o mato baixo, sobretudo os pontos úmidos; aqui e ali a cecrópia peltada de caule anelado, cinzento-prateado, formava moitas distintas. Desta majestosa penumbra passamos para um trecho escampo e tivemos a grata surpresa quando, de súbito, descortinamos o edifício branco da fazenda Araçatiba, com suas duas torres pequenas, situada numa planura verde, ao pé do altaneiro morro de Araçatiba, montanha rochosa, coberta de mata. Essa propriedade tem quatrocentos escravos negros e plantações muito extensas nas cercanias, especialmente de cana-de-açúcar. Os filhos do Coronel vivem em outras fazendas, não longe daí. Araçatiba foi a maior fazenda que encontrei na minha viagem: o edifício possui extensa fachada de dois pavimentos e uma igreja; a choça de negros, junto com o engenho de açúcar e as casas de trabalho ficam ao pé da colina, perto da residência [...] (WIED, 1989, p. 145-146).

Serafim Leite (2000, p. 157) afirma que o ambiente contemplado pelo príncipe Maximiliano não era muito diferente daquele descrito do período jesuítico, constando em ambos a presença da igreja, sobrado e senzala, além de ser a maior fazenda que ele descreveu ter encontrado. Essa constatação contribui para afirmar que no período do Coronel Falcão a fazenda Araçatiba possuía grande dimensão de terras, porém não se comparava à “Grande Fazenda de Araçatiba”. Outro aspecto não analisado por Serafim Leite (2000), mas que chama muito a atenção é a extensa produção de cana de açúcar, uma característica desde o período jesuítico.

Como pode ser observado há uma diferença no número de escravos que compunham o espólio dos jesuítas e aqueles descritos pelo príncipe Maximiliano. Porém é preciso ficar claro que o viajante passou pela fazenda Araçatiba cerca de 35 anos depois da arrematação. Esta diferença, segundo Bruno Conde (2013, p. 4), do número de escravos descritos no inventário em 1780 e o narrado pelo príncipe no ano de 1815 se deu também em outras fazendas tanto jesuíticas, quanto nas fazendas de outros padres desta capitania que não pertenciam à Ordem inaciana.

A redução na escravaria pode ter ocorrido devido à dificuldade de adaptação dos escravos depois da expulsão jesuítica e à submissão a novos senhores. Exemplo disso é a fazenda Muribeca, situada ao sul da capitania do Espírito, cuja

grandiosidade, no período jesuítico, se deve principalmente à produção de gado. A presença dos escravos era tamanha nesta fazenda que o padre Manuel da Fonseca, escritor e um dos responsáveis pela fazenda Muribeca ousou produzir uma obra específica sobre os escravos, denominada *Parochus Servorum*, que acabou por não ser divulgada (Cf. CONDE, 2013, p. 5).

O quadro de grandeza da fazenda Muribeca, no período jesuítico, foi questionado nos dados relatados por Maximiliano em 1815, quando este descreve que “Existe aí [em Muribeca], ainda, trezentos escravos negros, entre os quais, porém, não há mais de cinquenta capazes [...]” (*apud* CONDE, 2013, p. 6). A expressão “ainda” usada pelo príncipe denota, segundo Conde (2013, p. 6), o processo de decadência da escravaria nesta fazenda após a expulsão jesuítica.

A eversão no número de escravos, tanto em Muribeca quanto em Araçatiba, se deveu ao pouco investimento dos religiosos no tráfico de escravos, seguindo a tendência da Capitania do Espírito Santo. A prática proporcionava certa dependência da reprodução endógena dos cativos, proporcionando o fortalecimento das famílias escravas (CONDE, 2013, p. 9).

Outro aspecto a ser considerado consiste no fato de se tratar de dois momentos históricos distintos. Um seria o da “Grande Fazenda Araçatiba” do período jesuíta. O outro, de uma propriedade significativamente menor⁹, tanto em tamanho como em escravaria. É razoável supor que no processo de fragmentação das sete datas de terras, a “Grande Araçatiba” se tenha diluído também em relação ao número de escravos.

Foi nesse quadro que figurou a família Vieira Machado como proprietária das terras de Araçatiba. Não se pode precisar até quando o Coronel Falcão figurou como o dono das terras da antiga fazenda. Graças aos documentos da família publicados no *Jornal O Espírito-santense* (1888), pode-se conjecturar que ele tenha falecido entre a visita do príncipe Maximiliano (Dezembro de 1815) e outubro de 1819, quando

⁹ Significativamente menor, não quer dizer que ignoro o fato de ter sido analisada pelo príncipe Maximiliano como sendo a maior que ele encontrou. Quero na verdade enfatizar na tese de que não tinha mais as dimensões dos tempos jesuíticos. Corrobora para essa afirmação o fato do príncipe Maximiliano (1989, p.140) ter passado pelo lugar chamado Ponta da Fruta, e não ter se referido a esta região como parte da fazenda Araçatiba, como aparece no inventário da “Grande fazenda Araçatiba”.

aparece um de seus filhos¹⁰, o Capitão Sebastião Vieira Machado, solicitando a renovação da licença para a realização de missa nos oratórios de suas residências. Nesse pedido, o capitão Sebastião alegava o vencimento da licença concedida ao seu falecido pai.

Mesmo com outros filhos, com a morte do coronel Falcão, quem passou a dirigir a fazenda Araçatiba foi o capitão Sebastião Vieira Machado, que assim como seu pai foi um homem de muita influência na política local. Segundo Rodrigo da Silva Goularte (2015, p. 77), Machado além de negociante local era o capitão da companhia de caçadores do Espírito Santo no ano de 1813. Em 1817, ele aparecia na lista de doadores para a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia e, no ano de 1821, foi indicado para tenente-coronel do Batalhão de Artilharia Miliciania. No momento da indicação, o governador da província do Espírito Santo, Balthasar de Souza Botelho de Vasconcellos assim se manifestou:

[...] o mais antigo, e abastado de bens, vive decentemente, tem boa conduta, é filho de um coronel, e irmão de um tenente coronel que ambos foram do dito regimentos, é aplicado ao Real serviço, tem conhecimentos práticos, e foi cadete em tropa de linha (*apud* GOULARTE, p. 77).

Além das atividades descritas acima, o capitão Machado assumiu no ano de 1822 a junta provisória do governo do Espírito Santo que tinha cinco membros¹¹, participando, assim, do Espírito Santo entre 1822 e 1823. Como afirma Rodrigo Goularte (2015, p. 66), todos já eram figuras que tinham uma relação de poder local; pois três deles eram capitães e um era padre.

Conforme Rodrigo Goularte (2008, p. 104), entre o final dos anos 1820 e início de 1830, o tenente-coronel Machado participou também como vereador da câmara de Vitória. Neste espaço pôde, segundo Rodrigo Goularte, vivenciar o ambiente político e institucional que se aproximava de um parlamento. Em dezembro de 1834, o tenente-coronel Machado foi eleito deputado na primeira Assembleia Provincial do Espírito Santo (GOULARTE, 2008, p. 59).

Conforme Daemon (2010, p.335), o coronel Machado também exerceu, ainda que por apenas dois meses, o cargo de comandante das armas, logo extinto o cargo foi

¹⁰ Bernardino Falcão tinha outros filhos; além do Sebastião Vieira Machado, se destaca o tenente-coronel Manoel Vieira Machado, que aparece no documento do espólio dos jesuítas comprando quinhões de terras em Camboapina e Jucuna (Daemon, 2011, p. 645-650).

¹¹ Os membros da junta: José Nunes da Silva Pires (presidente), Vigário da Vila de Guaraparim; Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano (secretário); o capitão José Ribeiro Pinto; o capitão Sebastião Vieira Machado; e o também capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (cf. GOULARTE, 2015, p. 66).

absorvido pelo presidente de província. O coronel Machado elegeu-se novamente ao cargo de Deputado da província em 1844, e depois em 1852.

Não se pode afirmar com exatidão quando que o coronel Machado assumiu a fazenda Araçatiba, se logo após a morte de seu pai, ou em momento posterior. Segundo Daemon (2011), em 18 de fevereiro de 1838, o coronel Machado adquiriu parte das terras pertencentes à propriedade de Jucuna. As dimensões daquelas terras foram assim descritas por Daemon:

Jucuna principia na barra do rio Araçatiba, correndo pelo rio Jucu acima, até o morro de Betiriba, com pouca largura e com fundos de uma légua para o sul, confrontando com terras da mesma Araçatiba, e pelo leste com terras de Itaiá, Saco e Camboapina, e pelo oeste com terras de Jucuruaba [...] (DAEMON, 2011, p. 647-648).

Vale ressaltar que Jucuna era uma das sete datas de terras que pertenciam ao espólio jesuíta. Quando somamos estas terras ao quinhão da antiga Araçatiba, mais as parcelas da Camboapina adquiridas pelo irmão de Sebastião Vieira Machado, o tenente-coronel Manoel Machado, torna-se razoável conjecturar que a família Vieira Machado foi aos poucos, durante o século XIX, expandindo seu território nesta região.

O coronel Sebastião Vieira Machado era um homem de muitas posses, terras, residências, além do seu poder político; e devido toda sua influência era muito requisitado para realizar benfeitorias na região. Em 1847, ele ajudou outros fazendeiros da região de Viana e Queimados no transporte de 163 alemães que iriam fundar a colônia de Santa Izabel, primeira colônia de imigrantes da província do Espírito Santo. Nesta ocasião, o coronel Machado e outros fazendeiros cederam escravos e canoas para transportar os colonos e as mercadorias de Vitória à Santa Izabel. Segundo o presidente da província do Espírito Santo, esses fazendeiros ficaram por muitos dias sem o serviço de seus escravos, que estavam à disposição da condução dos colonos alemães. (Relatório do Presidente província, Luiz Pedreira de Coutto Ferraz, p. 30).

No dia 24 de outubro de 1848, o jornal *Correio da Victória* noticiou que o coronel Machado, juntamente com grande parte dos mesmos fazendeiros que cederam escravos e canoas para a condução dos colonos à Santa Isabel, foi autorizado, em nome do governo, a convocar os moradores vizinhos do rio Jucu e do rio Marinho para fazerem a limpeza do rio e das demais benfeitorias da região. No dia 17 do mês seguinte, o mesmo jornal noticiou que o presidente de província, Felipe José Pereira Leal, agradecia a prontidão do coronel Machado e dos demais fazendeiros.

Sua relação com Felipe José Pereira Leal, presidente da Província, parece, ao que tudo indica, ser de muito proximidade. O *Correio da Victoria*, em 5 de outubro de 1850, comunicou que o coronel Machado havia cedido sua residência de Vitória a Felipe Leal para ficar ali até que fosse terminada a obra no palácio do governo. No dia 30 do mesmo mês, o jornal deu a notícia das providências para desocupar a mesma residência, que a partir daquela data deixaria de sediar a escola de meninas da capital.

Aloisa Delurde Reali de Jesus (2009, p. 76-77) analisou o relatório do presidente de Província, Nascente de Azambuja, feito em 1852, e constatou a presença de 148 estabelecimentos produtores de açúcar por todo o território da Província. Sendo que seis encontravam-se instalados na Freguesia de Viana, e dentre estes um na fazenda Araçatiba e outro na fazenda Jacarandá, esta última consistia numa propriedade de menor porte. Para movimentar os trabalhos de toda a fazenda Araçatiba existia uma escravaria com 180 indivíduos, a maior dentre as analisadas por Aloisa de Jesus. Além dos cativos é possível notar a presença de mais doze agregados. Conforme a autora (2009, p.77), tratavam-se de “Indivíduos livres pobres e libertos, possivelmente, além dos índios e pardos, integravam esse contingente de mão de obra designada como agregada”. Ainda segundo Aloisa de Jesus (2009, p. 76-77), nestas fazendas, além do açúcar, se produziam mandioca, café, aguardente, feijão e milho. O relatório traz o coronel Machado como o proprietário desta fazenda. Passou pela fazenda de Araçatiba, no dia 4 de fevereiro de 1854, conforme publicado no dia 8 do mesmo mês no jornal *O Correio da Victória*, a comitiva que levou o então ex-presidente de província, Joaquim Marcelino da Silva Lima (1º grande barão de Itapemirim), que acabara de terminar seu mandato e estava seguindo para a Vila de Itapemirim. Seguiu essa comitiva muitos políticos locais e amigos, muito provavelmente o coronel Machado era um destes. Essa foi a última fonte que trouxe informações sobre a fazenda Araçatiba no período em que o coronel Machado estava vivo.

O coronel Machado faleceu em 20 de janeiro de 1856 com mais de sessenta anos e foi sepultado na fazenda Araçatiba, conforme registro de óbito¹². Os filhos do coronel usaram a imprensa para agradecer aos seus amigos e aos amigos de seu pai pela presença na missa que se celebrou na igreja matriz da capital Vitória, conforme o

¹² CÚRIA Metropolitana de Vitória. **Livro de Registro de Óbito**— Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana – ES. Registro BR.CMV.ÓB.L.002, Fl.002 (1855 a 1867).

jornal *Correio da Victória*, de 26 de abril de 1856. No mesmo jornal do dia 10 de maio, consta o agradecimento do músico José Pereira de Azevedo a todos os presentes na missa realizada na Igreja do Rosário, na capital Vitória. Registrou-se ainda a presença de Balthasar Antonio dos Reis, primeiro professor de música da província do Espírito Santo a quem cabia a responsabilidade de animar as atividades religiosas e populares da cidade.

Segundo o inventário *post-mortem* do coronel Sebastião Vieira Machado aberto em 1856, o Montante Mor de seus bens era de 185:556\$258 réis, entre bens imóveis, bens rurais e escravos. Este patrimônio foi dividido entre seus oito filhos: Izabel Vieira de Gouvêa, Amelia Vieira de Gouvêa, Clara Vieira de Gouvêa, Marcellino Vieira de Gouvêa Machado, Guilhermina Vieira de Gouvêa, Miquelina Vieira de Gouvêa, João Ignacio Vieira Machado e Manoel Vieira Machado Guimarães¹³.

Como se observa, o Coronel Machado era um homem de grande prestígio. A historiadora Patrícia Maria Silva Merlo (2008) encontrou seu inventário, ao qual 346 indivíduos constavam como seus cativos. Essa extraordinária escravaria o colocava certamente entre os homens mais abastado da província, numa época de fortunas medianas e pouco expressivas no Espírito Santo (MERLO, p.208).

Ainda conforme o inventário do coronel Machado, seus 346 cativos somavam um montante de 118:442\$000 réis, sendo que esse valor representava 63,7% do total da riqueza do inventariado. Esse plantel de cativos foi dividido de forma igualitária entre seus oito herdeiros, sendo que cada um ficou com aproximadamente 43 cativos, que representava uma quantia de 14:805\$000 aproximadamente.

Entre os bens arrolados no inventário do coronel Machado é possível notar a presença de muitas terras, como as propriedades de Palmeiras, Jacarandá, Betiriba (Jucuna). Todas essas propriedades compunham o território da fazenda Araçatiba. Além de um sítio em Perocão, município de Guarapari, região vizinha a fazenda de Araçatiba.

Ao analisar os bens inventariados é possível presumir a dimensão do cotidiano e da produção econômica estabelecida na fazenda Araçatiba, pois toda a estrutura produtiva arrolada no inventário estava dentro dos limites desta propriedade. Tal estrutura contava com 44 senzalas, sendo que uma dessas era nobre e nova; um armazém no porto da fazenda Araçatiba, onde muito provavelmente se escoava a

¹³ Conforme: Inventário *post-mortem* de Sebastião Vieira Machado, Vitória/ES, 1856. Os dados foram cedidos pela professora Dr^a. Patrícia Maria Silva Merlo.

produção até a capital Vitória; duas casas-grandes, que ficavam em locais distintos, uma na sede da fazenda e outra em um lugar chamado Jacarandá, também pertencente a fazenda Araçatiba; dois engenhos que estavam distribuídos da mesma forma, um na sede e outro em Jacarandá; uma casa e tenda de ferreiro; uma casa e trem de farinha; uma casa e moinho de pilar café; uma casa de olaria e seu forno. Além das construções a fazenda contava com animais como vacas, bois, cavalos, éguas, carneiros, cabritos e porcos. Esses animais equivaliam a 4,4% do montante total dos bens inventariados. Havia, também, uma plantação de mandioca, no lugar chamado Itaunas, que também pertencia a fazenda Araçatiba; e cerca de 49.416 mil pés de cafés. Nessa perspectiva, fica evidente que a produtividade da fazenda Araçatiba era muito diversificada. Para escoar essa produção a propriedade contava com dez carros de boi, e tinha cerca de setenta e dois bois para puxá-los, mais dois cavalos e uma mula de carga. O transporte dessas mercadorias e também dos habitantes desta propriedade eram feitos por terra como descrito, muito provavelmente por esses carros de boi; mas é possível inferir que também se utilizassem o transporte fluvial, pois o inventário trouxe a lume a existência de sete canoas, sendo três grandes, duas médias e duas pequenas, além das canoas havia uma tolda.

O inventário também descreve a existência de bens urbanos como uma casa-grande na ladeira do Palácio da cidade, atual palácio Anchieta sede simbólica do Governo do Espírito Santo; um sobrado na rua Porto dos Padres, em Vitória; uma casa de hospital, que não se pode precisar sua localização, se era na cidade ou na fazenda Araçatiba.

Outros elementos descritos no inventário e que serve para analisar o cotidiano da família Vieira Machado, são as mobílias e os utensílios de cozinha. A mobília era composta por camas de jacarandá, araribá e dicto; escrivaninhas de jacarandá; cadeiras de jacarandá, que chama a atenção a quantidade cerca de sessenta e cinco unidades; sofás e mesas de jacarandá. Já em relação aos utensílios da cozinha o que chama a atenção é a quantidade de peças importadas, sendo noventa pratos de Macau (China); Uma bacia e uma jarra azul; 33 pratos azuis ingleses; um aparelho de mesa e um aparelho de chá indiano. Dentre os utensílios existe os feitos de barro que podem ter sidos produzidos na própria olaria da fazenda, destacando-se quatro moringas pintadas de branco. Não se pretendeu descrever todos os itens existentes no inventário do coronel Machado, somente apontar através de alguns

destes elementos como que possivelmente estava organizada a fazenda Araçatiba, quando da morte do coronel Machado.

1.2.1. Sebastião Vieira Machado (1856-1906)

Mesmo *post mortem* o coronel Sebastião Vieira Machado continuou a ser retratado por diversas vezes nos jornais locais. Nesse sentido, este item tem como objetivo dissertar sobre a imagem que foi construída a respeito do coronel após sua morte. Depreende-se, assim, que a figura de Sebastião Machado ultrapassou sua própria vida, dada a lembrança sobre suas obras evocadas na imprensa local.

Faz-se necessário destacar que não foi possível encontrar nenhuma documentação que se referisse à vida religiosa da fazenda Araçatiba no tempo em que o coronel Machado estava vivo. Fato muito interessante, pois difere do tempo de seu pai o coronel Falcão. Entretanto, no jornal *O Horizonte*, publicado no dia 15 de março de 1885, há um texto poético assinado por José Joaquim Peçanha Póvoa que descreve um tempo passado, de quando o povo se dirigia até Araçatiba atraídos pela protetora mão do coronel Vieira. Póvoa falava que ali em Araçatiba havia “trompas e trombetas de prata”, “além de uma baixela de ouro”. Por Araçatiba, segundo o este autor, “o talento e a beleza, as artes e o fausto dos nobres que a visitavam e da gente rica do lugar causavam inveja”. Póvoa descrevia ainda que nesse tempo “recitava-se a lírica de Gonzaga” e, frequentemente, iam da Corte e de Vitória damas da melhor sociedade, gente educada que usava calça, e “causava entusiasmo o passar naquele Éden”. Segundo Póvoa, os donos de Araçatiba eram como os morgados portugueses, tinham anedotas análogas e crônicas a propósitos. Não se pretende aqui tomar este texto poético como um documento histórico capaz de fornecer elementos sobre a fazenda Araçatiba no período de comando do coronel Machado, a pretensão consiste apenas em exibir a representação sobre o cenário político e social após sua morte. Apesar de Póvoa mesclar elementos poéticos, históricos e de observação, pois o poeta faz referência a uma festa de São Sebastião, em que esteve presente, provavelmente no ano de 1885. Na ocasião, Póvoa descreveu de forma saudosa a vida do coronel Vieira, que interpretei se tratar de Sebastião Vieira Machado. O indício de que se tratava do proprietário de Araçatiba se consolida com a citação da construção da capela de Nossa Senhora da Ajuda.

Póvoa lamentava em seu texto a onda de irreligião que tomara conta da fazenda de Araçatiba, mesmo com os esforços dos descendentes do coronel Machado para dar prosseguimento ao legado religioso do antigo dono. Ele registrava assim que “a tempestade de infortúnio que derrocou a árvore da venturosa quadra, não levou as raízes” (Jornal *O Horizonte*, 15/03/1885). Interessante notar que em 12 de setembro de 1906, se referindo à realização da festa de Nossa Senhora da Ajuda, a notícia do *Jornal Oficial*, trazia o agradecimento à população de Araçatiba que festejou nos dias 7 e 8 daquele mês a padroeira. Naquela notícia afirmava-se que esta santa era venerada na elegante capela construída em 1849 por Sebastião Vieira Machado e outros devotos (jornal *Oficial*, 12/09/1906).

Como pode ser observado tanto no texto de Póvoa quanto na notícia descrita no jornal, o coronel Machado figurava como o responsável pela construção da capela de Nossa Senhora da Ajuda. Como discutido na seção anterior, porém, a igreja fora construída pelos jesuítas e já estava instalada na fazenda quando o coronel Falcão, pai de Sebastião Vieira Machado, assumiu Araçatiba.

Além das qualidades descritas por Póvoa, o coronel Machado também figurava nos jornais, após sua morte, como o homem que conduzia seus escravos por meio de duros castigos. Conforme noticiário veiculado no dia 5 de janeiro de 1900, no jornal *Comércio do Espírito Santo*, informava-se a existência de um calabouço em que o coronel Sebastião mantinha presos seus escravos na fazenda Araçatiba.

Assim se formou a imagem do coronel Machado, entre os anos 1856, ano de sua morte, e o ano de 1906, quando se encontrou a última menção a sua pessoa. Não se pretende nesta dissertação discutir as representações mencionadas, mas apenas destacar que Sebastião Machado, permaneceu como personagem da sociedade escravista e capixaba mesmo após sua morte. Vale ainda observar que parte da sobrevivência de sua memória na sociedade local se deve à partilha de sua vultosa fortuna formada.

1.3. SER ESCRAVO NA FAZENDA ARAÇATIBA

A longa trajetória da fazenda Araçatiba narrada até aqui contribui para demonstrar uma de suas características mais fortes: a escravidão. Até o momento se apresentou seus limites territoriais; o poder advindo de sua posse pelos os jesuítas e, posteriormente, pela família Vieira Machado. Ao lado dessas observações,

pretende-se neste item discutir as relações estabelecidas pelos oito herdeiros do coronel Sebastião Vieira Machado e as escravarias legadas.

1.3.1. Demografia e família escrava em Araçatiba de 1852 a 1875

Segundo Patrícia Merlo (2008, p. 146-148), dados estatísticos de 1856 mostram que houve na Província do Espírito Santo um crescimento populacional da ordem de 12% em relação ao ano de 1843. Esse crescimento também se deu entre os cativos, porém em um percentual um pouco menor, cerca de 11,5%. De acordo com os dados analisados pela autora, havia na Província, em 1856, 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos. Entre os cativos havia certo equilíbrio no número de homens e mulheres.

Em 1861, segundo documentação levantada por Patrícia Merlo (2008, p. 149-150), houve crescimento de 20% para livres e 33,4% para escravos em relação aos dados levantados em 1856. A Província do Espírito Santo experimentou esse crescimento de forma desigual, pois houve aumento menor na região norte e maior na região sul, em face do surto cafeeiro que ocorreu nesta região na segunda metade do Oitocentos (MERLO, 2008, p. 150).

O censo de 1872, segundo Patrícia Merlo (2008, p. 152), apontou um crescimento de 40,6% da população livre e 23% da escrava da Província do Espírito Santo, em relação aos dados de 1861, mostrando que mesmo após o fim do tráfico de escravos em 1850, a população escrava continuou a crescer. Conforme dados do censo de 1872, a população da Província do Espírito Santo totalizava 82.137 habitantes, sendo 59.478 livres e 22.659 escravos. Deste total de cativos, conforme Adriana Campo (2003, p. 177), 6.919 estavam nos limites da Comarca de Vitória, distribuídos em suas Freguesias. Em uma destas freguesias, a de Nossa Senhora da Conceição de Viana, existiam 1.224 cativos, enquanto que na capital da Comarca, a Freguesia de Nossa Senhora da Victória, tinha 1.001 cativos.

Não se pode ao certo definir dentro do montante de 1.224 cativos, pertencentes à Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viana, quantos pertenciam à fazenda de Araçatiba. Todavia se compararmos com os dados levantados por Aloisa Delurde Reali de Jesus (2009, p. 81), a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana tinha no ano de 1856, 1.274 cativos, ou seja, um número muito próximo ao dado extraído do censo de 1872, com uma pequena diferença de 50 cativos a menos. Na capital de Vitória havia 863 cativos em 1856, o que mostra que entre os anos de

1856 a 1872, houve um pequeno crescimento no quantitativo escravo da capital da Província.

Já em relação ao quantitativo escravo da fazenda Araçatiba é muito provável que tenha seguido à dinâmica da Província do Espírito Santo, em especial da Comarca de Vitória; apontando para um crescimento razoável entre os anos de 1852 e 1856. Basta para isso lançarmos mão dos dados levantados por Aloisa de Jesus (2009, 76-77), que aponta para a existência de cerca de 180 escravos trabalhando na fazenda Araçatiba, em 1852; já segundo Patrícia Merlo (2008, p.208), no ano de 1856, a escravaria desta fazenda era de 346 cativos. Apontando para um crescimento considerável, quase dobrou esse quantitativo.

Se compararmos quantitativamente os escravos da fazenda Araçatiba, com os da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana no ano de 1856, há nos primeiros 346 cativos e no segundo 1.274, ou seja, a escravaria da fazenda Araçatiba equivale a aproximadamente 27% do total de cativos desta Freguesia, o que demonstra sua importância naquela localidade. Na ausência de documentos que nos permita o acompanhamento demográfico da escravaria da fazenda Araçatiba após o ano de 1856, é razoável supor que tenha acompanhado a estabilidade demografia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana.

Com o propósito de corroborar com esta suposição lançar-se-á mão do inventário *post-mortem* do filho do coronel Machado, João Ignácio Vieira Machado¹⁴. Aberto em 1865, no processo havia no rol de bens 40 escravos. Ou seja, apenas três cativos a menos do quantitativo recebido quando da morte do seu pai, o coronel Machado. Assim, pode-se pensar que se o coronel Machado morreu em 1856 e este seu filho faleceu nove anos depois, é minimamente aceitável afirmar que se manteve uma estabilidade no quantitativo da escravaria, ao menos desse herdeiro, suposição que a documentação possibilita fazer sobre esse acompanhamento; e também permite concluir que houve a mesma estabilidade por parte da escravaria dos demais herdeiros. Porém, os documentos levantados, que serão mais adiante analisados, permitem ter a certeza da significativa presença de cativos na propriedade de Araçatiba, entre as décadas de 1860 a 1870.

¹⁴ Conforme: Inventário post-mortem de João Ignácio Vieira Machado, Vitória/ES, 1865. Os dados foram cedidos pela professora Dr^a. Adriana Pereira Campos e foram levantados com a colaboração do historiador Rafael de Jesus.

A historiografia da escravidão tem apontado que um dos elementos explicativos para o crescimento endógeno nas escravarias, sobretudo, na Província do Espírito Santo, conforme Adriana Campos (2011), Patrícia Merlo (2008), Rafaela Lago (2013) e Geisa Ribeiro (2012), era o investimento por parte dos senhores de escravos nas relações familiares, seja através do compadrio, seja por meio dos casamentos entre os cativos.

1.3.2. Compadrio e enlaces entre os cativos da fazenda Araçatiba

Segundo Rafaela Domingos Lago (2013), se por um lado os pais carnis traziam o indivíduo ao mundo, os padrinhos os conduziam a presença de Deus, ou seja, estes incumbiam-se de fazer a conexão entre aquela criança e o mundo espiritual. Ainda segundo a autora, além desse caráter espiritual, o laço de compadrio também trazia marcas de alianças hierárquicas, especialmente, nas escolhas e não escolhas de determinados indivíduos, escravos ou livres para se estabelecer a relação de compadrio. Ainda assim, não se pode ignorar segundo a autora, os espaços de autonomia que tinham os escravos nas escolhas dos padrinhos (LAGO, p. 65-66).

Ao analisar o livro de batismo de escravos da capela de Nossa Senhora da Ajuda¹⁵, entre os anos 1862 a 1870, com cerca de 92 batizados, pode-se levantar algumas reflexões no que diz respeito aos espaços de liberdade que a comunidade cativa havia adquirido dentro da fazenda Araçatiba. Dentre este total de assentos batismais levantados nesta pesquisa a documentação traz como proprietários destes cativos, 25 diferentes senhores. Estão entre estes senhores os herdeiros do coronel Machado e os filhos dos herdeiros que faleceram durante os anos 1860, que juntos são proprietários de aproximadamente 80,4% dos cativos batizados. Os outros 19,6% são cativos de senhores que não foi possível localizar o grau de parentesco com os herdeiros da fazenda Araçatiba. Dada a limitação da fonte será trabalhado como essa monta de 74 batismos, com base neste número é seguro falar que se tratavam de cativos da fazenda Araçatiba.

Antes de seguirmos na análise dos dados levantados é preciso fazer um breve panorama destes dados. Entre os 74 assentos batismais registrados, 50% são de batismos de homens e 50% de mulheres. A figura da mãe aparece em todos os registros, porém os pais aparecem em apenas 20,3% dos assentos batismais. Os

¹⁵ CÚRIA Metropolitana de Vitória. **Livro de Registro de Batismo (Livro 3)** – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana – ES. (1862 a 1876).

quinze pais que aparecem batizando seus filhos têm em comum o fato de serem cativos dos mesmos senhores das respectivas mães. Salieta-se que dez destes batizados estão registrados como filhos legítimos. Porém, para fim desta dissertação o foco maior será dado nas relações estabelecidas nos laços de apadrinhamento. Nas escolhas dos padrinhos e madrinhas, sobre tudo nos espaços que estes cativos tinham na hora de fazer essa escolha, levando também em consideração as redes estabelecidas entre cativos e homens livres no ritual de apadrinhamento, segundo os dados apontados pela documentação.

Entre os 74 assentos batismais, 95,9% trazem a presença dos padrinhos, deste total 33,8% são cativos. Entre os 24 padrinhos cativos, aparece como sendo seus proprietários os oito herdeiros do coronel Machado, partindo deste dado é possível minimamente compreender que quando se escolhia um cativo para apadrinhar uma criança cativa da fazenda Araçatiba, e que a escolha se limitava aos escravos dos herdeiros da mesma fazenda.

Outro dado relevante se refere aos batismos que trazem livres apadrinhando, que totalizam 66,2% (47). A definição para livres será a mesma utilizada por Rafaela Lago (2013, p.63), que considera como livres aqueles em que o registro não faz nenhuma menção da sua condição jurídica, pois quando são escravos assim os descreve a fonte. Dos 47 padrinhos livres, em 7 casos a documentação não nos possibilitou identificar o nome. Entre os outros 40 foi possível levantar 29 nomes diferentes, mostrando haver uma diversificação na escolha dos padrinhos livres.

Essa diversificação pode ser notada nos assentos batismais dos cativos que pertenciam a Izabel Vieira de Gouveia, que figura como sendo a proprietária de escravos que mais teve cativos batizados, segundo o levantamento feito nesta pesquisa. Dos seus 19 cativos que foram batizados, 8 foram batizados por padrinhos cativos, que pertenciam a cinco dos seus irmãos; e os outros 11 tiveram cerca de 8 padrinhos livres diferentes. Sendo assim, foi possível notar que este acontecimento dentro da escravaria que pertencia a Izabel, é algo muito próximo ao que acontecia com os cativos dos outros herdeiros da fazenda Araçatiba. Sendo um maior número de padrinhos livres e uma diversificação entre estes padrinhos; já quando se escolhia um cativo para apadrinhar, foi possível notar a presença de cativo de diferentes herdeiros da mesma fazenda.

Outro dado relevante que se pode destacar nos assentos batismais, diz respeito à presença das madrinhas. Dos 74 batizados, em 93,2% tem a presença de

madrinhas, das 69 madrinhas levantadas na documentação 65,2% (45) são escravas. Em 15,9% aparece a figura de Nossa Senhora como protetora. Sendo seis dedicados à Nossa Senhora da Ajuda, três à Nossa Senhora da Conceição e dois à Nossa Senhora. Já os outros treze batizados tiveram dez madrinhas livres e diferentes, algo muito parecido com a diversificação dos padrinhos livres.

Das 45 madrinhas cativas, 82,2% pertenciam aos herdeiros do coronel Machado. Deste total de madrinhas cativas, 31,1% aparecem batizando os escravos de Izabel Vieira de Gouvea, que como já foi dito é a herdeira que mais teve escravos batizados, durante o levantamento. Destas, 14 cativas que aparecem batizando os escravos de Izabel, 12 pertencem a seus cinco irmãos.

Em apenas seis batismos, dos 45 envolvendo madrinhas cativas, apareceu como proprietário da madrinha o mesmo senhor da mãe do cativo que estava batizando. Ou seja, a cada novo batizado buscava-se uma madrinha que fosse cativa de outro herdeiro da fazenda Araçatiba. Outro dado importante é que não havia preferência em buscar madrinhas cativas de um determinado herdeiro, pois a composição entre proprietário do cativo que estava sendo batizado, e o senhor da cativa que era madrinha deste batizado se dava de forma diversificada, conectando os diferentes herdeiros, e sobre tudo os cativos que compunham a escravaria destes herdeiros. Essa rede de relacionamento, que conectava os escravos da fazenda Araçatiba, pode ser melhor compreendida, nos dois casos narrados a seguir. O primeiro apresenta o batismo da cativa Regina, filha de Lucia, que aconteceu na capela de N.S da Ajuda, no dia 29 de junho de 1863. Lucia era escrava de Izabel Vieira de Gouvêa. Foram padrinhos Estevão, escravo de Guilhermina Vieira de Gouvea; e madrinha Severina, escrava de Clara Vieira de Gouvea. Já o segundo exemplo traz uma madrinha espiritual, se refere ao batismo do cativo Affonso, filho de Alexandra, escrava de Clara Vieira de Gouvea. Batismo realizado na capela de N. S. da Ajuda, no dia 10 de setembro de 1863. Foram padrinhos o escravo que a documentação não nos possibilitou compreender o nome, cativo de Manoel Vieira Machado Guimarães e como protetora Nossa Senhora da Ajuda.

Os dois casos citados servem para exemplificar como que funcionava a dinâmica dos apadrinhamentos de cativos na fazenda Araçatiba. Em ambos é possível ver a presença de 4 herdeiros do coronel Machado, além de Nossa Senhora da Ajuda como protetora de um dos batismos. Se no primeiro batismo Clara Vieira de Gouvea aparece como proprietária da cativa Severina, madrinha do batizado; no segundo

exemplo, a mesma Clara é apresentada como sendo proprietária do cativo Affonso, que foi batizado.

Rafaela Lago (2013) em sua pesquisa sobre a relação de apadrinhamento de cativos na província do Espírito Santo, ao comparar a condição jurídica dos padrinhos de cativos da Freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, região sul da província, dos anos 1859 a 1871; com a dos padrinhos dos cativos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, dos anos 1845 a 1871; observou que na primeira freguesia, buscava-se mais padrinhos e madrinhas cativas, ou seja, na mesma condição jurídica do batizando. Já na região de Vitória, privilegiava-se padrinhos livres, chegando a um percentual de 77%; já em relação a escolha da madrinha o número é mais equilibrado, 35% de madrinha livres, 29,7% de cativas e 32,3% de protetoras (LAGO, 2013, 78-79).

Para além das especificidades dos dados levantados na pesquisa de Rafaela Lago (2013), dois índices chamam a atenção. O primeiro se refere a proximidade entre os dados levantados sobre a fazenda Araçatiba e os da Freguesia de Vitória, quando o assunto era a preferência por homens livres para apadrinhar os cativos. O outro diz respeito ao número de madrinhas cativas, número este que também provoca uma reflexão, pois aproximam os dados levantados na fazenda Araçatiba com os da região sul da província.

Conforme Rafaela Lago (2013), ao analisar a região central e a região sul da província do Espírito Santo, concluiu-se que a escolha de padrinhos e madrinhas nas duas regiões era uma ação do próprio cativo, mostrando com isso os espaços de autonomia escrava. Sendo que na região sul os cativos buscavam tanto padrinhos, quanto madrinhas, na sua mesma condição jurídica; já na região central, buscava-se padrinhos livres e as madrinhas estavam divididas proporcionalmente entre livres, cativas e protetoras espirituais. Um dos fatores que explicam essa diferenciação entre a região central e a sul, segundo a autora, foi a presença de grandes unidades escravistas existentes no sul da província, que possibilitava uma relação mais centrada entre os cativos. Dado diferente da região central marcada por pequenos e médios proprietários de escravos. Esta característica tornava os cativos muito mais próximos do seu senhor. Diante deste quadro, a autora sugere que é muito provável que a região central tenha apresentado um maior número de padrinhos livres, devido à proximidade que as mães cativas tinham com estes homens livres (LAGO, p.73-83).

A reflexão sobre esta documentação possibilitou alguns apontamentos: o primeiro refere-se a uma atuação coesa entre os diferentes herdeiros da fazenda Araçatiba, pois mesmo após a partilha dos bens realizada em 1856, estes herdeiros permaneceram, cada qual com sua parte na herança, permitindo que seus cativos usufruíssem destes espaços de liberdade. O segundo dado revelador está mais vinculado a uma ação por parte dos cativos, pois uma vez diante deste espaço de autonomia dado pelos senhores desta propriedade, os escravos da fazenda Araçatiba apontaram para resultados, quando o assunto era a escolha dos padrinhos, que traziam elementos característicos de uma fazenda com grande plantel de cativos, que era a escolha maior por madrinhas de igual condição jurídica, cativas. Já quando se iria escolher um padrinho se privilegiava os de condição livre. Tal escolha por padrinhos livres pode ser explicada pela proximidade desta propriedade com a capital Vitória, além do fato de ser a propriedade de Araçatiba formada por unidade escravista menor, provenientes da partilha feita em 1856, que, todavia, foi tratada até os anos de 1894, como descrito no capítulo 2, como uma propriedade coletiva. Tendo diferentes herdeiros, cada qual com sua parte na herança, mas que nesse período de 38 anos continuaram usufruindo desta propriedade de forma unitária, o que contribuiu significativamente para a manutenção das redes de sociabilidades entre os cativos. Além das relações de compadrio, os cativos também gozavam de espaços de liberdade estabelecidos por meio dos laços matrimoniais. Como pode ser observado no inventário de João Ignacio Vieira Machado, aberto em 1865 por seu irmão Manoel Vieira Machado, o Monte mor do inventariado somava a quantia de 26.850\$779 réis, entre bens imóveis, bens rurais e escravos. A escravaria arrolada neste inventário, como já mencionada, era de quarenta cativos, dentre os quais vinte e oito estavam divididos em cinco núcleos familiares e doze não tinham nenhum grau de parentesco registrado.

Chama a atenção que apenas uma das famílias de cativos era composta por nove membros. Tratava-se da família de Patrícia, 40 anos, casada com Caetano, também 40 anos. Pais de sete filhos, cinco mulheres e dois homens. A filha mais velha, Cesária, tinha 29 anos, e o mais novo, Luciano, apenas 1 ano de idade. Já a família dos cativos Constancia, 35 anos, e Felicio, 46, era composta por um núcleo familiar de sete membros. O casal tinha cinco filhos, três mulheres e dois homens. O mais velho chamava-se Cassiano, com 18 anos, e o mais novo, Roberto, de 8 anos.

Conforme afirma Geisa Lourenço Ribeiro (2012, p. 140-142), os inventários *post-mortem* não se configuram a documentação mais adequada para se estudar as famílias escravas, pois mostram, assim como uma fotografia, apenas um breve momento. Estas fontes não possibilitam uma incursão mais aprofundada em suas trajetórias. Todavia, ainda como afirma Geisa Ribeiro (2012, p.142), mesmo sem a obrigatoriedade de se registrar o nível de parentesco entre os cativos nos assentamentos dos bens inventariados, tais fontes em muitos casos acabaram por desenhar as relações entre cônjuges, pais, filhos, e irmãos, chegando até revelar as ligações entre avós e netos.

Não se pode afirmar, mas é muito provável que estas famílias, ao menos as citadas acima, se constituíram ainda no período em que o coronel Machado era o proprietário da fazenda Araçatiba. Basta para isso analisarmos a idade dos filhos mais velhos das duas famílias. Ou mesmo a média de faixa etária dos sete filhos de Patrícia e Caetano, pois cinco possuíam idade em 1865 para ter nascido na época do coronel Machado. Já na família de Constança e Felício, dos cinco filhos, quatro podem ter sido escravos do coronel Machado. Observa-se também que a partilha não dividiu essas famílias que foram legadas ao filho de Sebastião Machado em 1856.

A reflexão feita acima pode ser corroborada com a análise de um casamento coletivo que aconteceu em 27 de novembro de 1875 na capela de Nossa Senhora da Ajuda, filial da Freguesia de Vianna. Patrícia Silva Merlo (2008, p. 206-207), descreve um casamento entre os escravos dos senhores Marciano Antonio Isidro, Amélia Vieira de Gouvêa e Clara Vieira de Gouvêa. Os escravos que se enlaçaram foram:

[...] Foi celebrado o matrimonio dos irmãos Eulália e Mariano. Eulália tinha, na ocasião, 33 anos e mariano, 31. Eram filhos legítimos de Paulo e Luciana, ainda vivos, ele com 75 e ela com 71 anos. Todos escravos de Amélia Vieira de Gouvêa, que os havia herdado em 1856 por ocasião da morte de seu pai, o Tenente Coronel Sebastião Vieira Machado. Eulalia se casou com Honório, 34 anos, filho legítimo de Manoel e Romana, com 65 e 54 anos, respectivamente, também pais de Anastácia, de 20 anos, pertencentes à escravaria de Amélia. Anastácia se casou com Germano (25), filho legítimo de Leonardo (57) e Inez (47), ambos escravos de Marciano Antonio Isidro. Também se casou Florinda (21), irmã de Germano e escrava de Marciano, com Nicolau, de 27 anos, filho de Izidora, de 55 anos, também escravos de Amélia. Já Mariano se casou com Gliceria de 28 anos, filha natural de Vicência, com 51 anos, ambas, pertencentes a Clara Vieira de Gouvêa.

Dentre os escravos havia uma família que pertencia a uma só herdeira do coronel Machado, Amelia Vieira de Gouvêa, reforçando a hipótese levantada anteriormente da preocupação em manter unidas as famílias escravas no momento da partilha. Merlo (2008, p.208) fala da dificuldade em acompanhar a trajetória desses casamentos, porém seu objetivo principal, além de mostrar o cotidiano desses enlaces, era também demonstrar o quanto eram duradouros. Para isso, a autora utilizou como base a trajetória de Paulo e Luciana, pais de Nazaré, Eulalia e Mariano. Estes dois últimos casaram-se na cerimônia coletiva de 1875. Segundo Merlo (2008, p.208), Paulo e Luciana já estavam casados quando foi aberto o inventário do coronel Sebastião Vieira Machado. Na ocasião da abertura do inventário, Nazaria, filha do casal, tinha 27 anos; Eulália 14 e Mariano 12.

A análise realizada por Merlo (2008), além da compreensão das relações de casamentos entre escravos, colabora com outras reflexões. No casamento coletivo realizado em 1875 constavam como senhores de escravos, o senhor Marciano Antonio Isidro, casado com Izabel Vieira Isidro de Gouvêa, uma das herdeiras do coronel Sebastião Vieira Machado, além de outras duas filhas do Coronel: Amélia Vieira de Gouvêa e Clara Vieira de Gouvêa. Grande parte dos debates travados em torno da herança do coronel Machado, entre os anos de 1880 e 1894, envolvia o Senhor Isidro como representante de suas cunhadas, Amélia e Clara, por essa razão é razoável supor que o Senhor Isidro estivesse, estrategicamente, promovendo os enlaces entre os cativos que estavam sobre seu controle.

Isso não significa que os escravos pertencentes aos senhores, Marciano Isidro, Amélia e Clara Vieira, não exerciam relações sociais com outros escravos e com os demais herdeiros da fazenda Araçatiba. Isso fica claro quando se analisa os padrinhos descritos por Merlo (2008, p. 208), que fizeram parte deste casamento coletivo; pois entre eles está Luciano Vieira de Gouvêa, um dos filhos de Marcellino Vieira de Gouvêa Machado, também filho do coronel Sebastião.

Para além das relações afetivas estabelecidas nas relações familiares que tinham o aval dos senhores de escravos, outros espaços também foram criados pelos cativos para estreitarem os laços sociais, como a formação de quilombos, a religiosidade e a busca constante por espaços de liberdades.

1.3.3. Quilombolas, indisciplina escrava e abolição (1880 a 1888)

Segundo José Maurício Arruti (2008, p. 4), a legislação colonial caracterizava como um quilombo a existência de cinco ou mais escravos fugidos que se localizassem em ranchos permanentes. Já para a legislação imperial bastava que fossem três os escravos fugidos, mesmo se não formassem ranchos permanentes.

Para a historiadora Adriana Pereira Campos (2003, p. 171), por detrás das fugas e dos quilombos existia uma participação considerável de pessoas, tanto livres e libertos, quanto proprietários de terras. Adriana Campos (2003) considera como lucrativo negócio para determinados seguimentos envolvidos na captura de escravos. Havia um comércio ilegal e barato de escravos fugidos. As companhias de guerrilha não gozavam de confiança dos governantes locais, pois em muitos casos eram os grandes estimuladores das fugas (CAMPOS, 2003, 171-172).

Nos anos de 1880, a movimentação de escravos quilombolas nas terras e na proximidade de Araçatiba figurava com alarde nos jornais da época, conforme descrição:

Quilombolas – Está evadida a província de quilombolas!
Os roubos e ataques aos viajantes já vão sendo notados, depois virá...
Em Araçatiba, communico-nos, andão mais de 10 quilombolas, chegando a atacar as pessoas que à noite e mesmo a tarde transitão só, pelas estradas desertas [...] (Jornal *O Espírito Santense*, 18/01/1883).¹⁶

Na descrição acima o noticiário informa a existência de 10 quilombolas na fazenda de Araçatiba, que não se pode afirmar que se tratava de escravos pertencentes a esta fazenda. A notícia abaixo, veiculada no dia 10 de junho de 1885 no mesmo jornal, também nos auxilia no entendimento da origem destes quilombolas:

Como anda tudo. – Por noticias que temos, e esperamos que desse os jornaes liberaes, sabemos que por Araçatiba e Mamoeiro transitão setentas e tantos quilombolas.
[...] Estão desaforados! Ainda a poucos dias, estando três em uma pequena casa de negócio, em Araçatiba, alguns cidadãos cercarão-nos e a muito custo poderão prender um, que foi remetido para esta capital, tendo essa prisão sido devida ao auxilio de uma mulher.
A resistência foi muito e sabe-se que houverão ferimentos e que as portas e parede da casa ficarão crivadas, e que trinta quilombolas, arrigimentados, pretendião vir arrancar o prezo das mãos dos que prenderão.

¹⁶ Todos os excertos retirados de jornais da época são reproduções *ipsis litteris*.

Esses quilombolas, sabe-se que, na maior parte, são de Itapemirim e do Castello [...] (*Jornal O Espírito Santense*, 10/06/1885).

Destaca-se nesta notícia a quantidade de quilombolas, pois na notícia veiculada em 1883 eram dez, em 1885 eram mais de setenta. Segundo o noticiário, o grupo era composto, na sua maioria, por quilombolas da região sul da província do Espírito Santo. Além do nível de articulação entre os quilombolas, chama a atenção também o fato de estarem em três dentro de uma casa de negócio e que ao serem cercados apenas um deles foi apanhado; outro fato que merece atenção se dá quando trinta quilombolas tentaram de alguma forma libertar o preso, tentativa essa que não houve êxito. Os fatos demonstram o nível de articulação instaurada entre estes quilombolas. Sete dias após o ocorrido foi noticiado no mesmo jornal: “Quilomboras. – Continuação a infestar as estradas de Araçatiba, Mamoeiro, Jacaranda, Itaúnas e Camboapina, atacando os transeuntes, roubando carneiros, cabritos, milho e cana nas fazendas. Pedimos providencia” (*Jornal O Espírito Santense*, 17/06/1885)

No dia 28 de junho de 1885 foi criada uma companhia de guerrilha composta por dez praças e um Comandante, com o propósito de capturar e destruir quilombos, o argumento utilizado pela autoridade local, quando da constituição da patrulha foi:

Em vista de reiteradas exigências feitas por diversas autoridades policiaes, e reclamações da imprensa d'esta capital, sobre a existência de grande numero de escravos fugidos que transitavam pelas estradas do município de Vianna, Araçatiba, Mamoeiro, até as mattas do Jacarandá, assim como pelas estradas de Mangarahy, ameaçando moradores daquellas paragens [...] (Relatório de província de 1885 – Presidente de província – Coronel Manuel Ribeiro Coutinho Macaranhas).

Essa mesma companhia de guerrilha foi tida por essa autoridade como onerosa e de poucos resultados. Por consequência, a patrulha foi, no dia 23 de setembro de 1885, suspensa por tempo indeterminado, o que reforça sua falta de crédito como afirmado por Adriana Campos (2003). Segundo a autora, nos bastidores, as fugas movimentavam verdadeira rede de pessoas e interesses na medida em que se vendia esse escravo mais barato, ou mesmo poder-se-ia barganhar com seu dono a entrega do cativo. Outro interesse apontado pela autora, se refere às relações pessoais, na medida em que se fortaleciam os núcleos familiares e cresciam o quantitativo destes quilombos. Sem essa rede de articulação externa, o empreendimento da fuga não lograria êxito, pois restaria para esse escravo condições mínimas de sobrevivência no mato (CAMPOS, 2003, p. 172).

Em outubro de 1880, verificou-se em Araçatiba uma sequência de processos de indisciplinas e a circulação de ideias de liberdade, que razoavelmente pode-se relacionar com os fatos narrados anteriormente. Sendo que, dois destes episódios ocorreram entre os dias 16, 17 e 18 de outubro de 1880. O periódico *O Espírito Santense* descreveu o primeiro como tendo por cenário principal o porto da fazenda de Araçatiba. Tratava-se da denúncia da tentativa de indivíduos chegados da Capital para erguer uma casa nas imediações desse porto. O autor da denúncia no jornal foi o coronel Marciano Antônio Isidro, segundo quem, os herdeiros da fazenda Araçatiba, de cujo espólio era também herdeiro, estavam enfrentando dificuldades em combater o intento. Queixava-se Isidro que, além de tentarem construir uma casa em terras que não lhes pertenciam, os denunciados estavam atrapalhando o pequeno negócio local. Mas, no segundo episódio o maior problema para o denunciante estava no fato de os invasores induzirem os escravos dos herdeiros a se libertarem, gerando ali uma onda de insubordinação. Sob a influência dos forasteiros, muitos escravos, segundo o denunciante, não respeitavam mais seus senhores. Reuniam-se, em uma quitanda próxima ao porto de Araçatiba, escravos, crianças e libertos. Estes libertos, segundo Isidro, não tinham ocupação lícita e, juntos com os escravos, ficavam na quitanda dando tiro de espingarda e soltando foguetes fora de hora. Marciano Isidro, o denunciante, afirmava que no mesmo dia foi à Araçatiba acompanhado de uma autoridade policial. Os forasteiros, ao avistá-los, pegaram uma canoa e partiram, antes, porém, avisaram que no outro dia alguém voltaria com força armada e continuaria a construção.

No dia seguinte ao anoitecer, Isidro recebeu a notícia de que havia desembarcado no porto de Araçatiba um grupo de homens armados e preparados para resistir. Segundo informado pelo agrupamento, eles provinham da capital e a mando de alguém. Somente no outro dia, em 18 de outubro, Isidro foi ao local, quando percebeu que se tratava de uma emboscada, se retirando diante do iminente perigo. Imediatamente, solicitou a presença do subdelegado de Viana, que segundo Isidro conseguiu resolver tudo, fazendo com que aqueles homens retornassem para a capital.

O segundo episódio se deu porque aproveitando a presença do subdelegado de Viana em Araçatiba, a senhora Domiciana Rodrigues da Trindade, proprietária de terras no lugar chamado Itaunas, que também fazia parte de Araçatiba, pediu que a autoridade policial interpusse por ela, pois seus escravos juntamente com outros

agregados haviam ocupado uma casa que lhe pertencia. Segundo Domiciana seus escravos estavam embriagados e faltando-lhe com o respeito. O denunciante, Marciano Isidro, afirma que a casa foi embargada, e que ele aproveitou aquele momento para requerer a subdivisão das terras de Araçatiba.

Os dois episódios narrados acima revelam o quadro de indisciplina nas terras de Araçatiba no início dos anos de 1880, cujo cenário mais amplo guarda, em nossa opinião, relação com os ideais de liberdade propagados pelos abolicionistas. Segundo Mariana de Almeida Pícoli (2009, p.81-84), os anos de 1880 marcaram a difusão das ideias abolicionistas, e os protestos buscavam conscientizar senhores e escravos dos princípios de igualdade e liberdade. Os abolicionistas reivindicavam a manumissão total dos escravos, buscando convencer seus senhores a libertá-los sem nenhuma condição e sem nenhuma remuneração. Uma das estratégias utilizadas nas zonas rurais era a realização de grandes fugas.

Na denúncia feita por Marciano Isidro fica clara sua postura diante dos ideais de liberdade defendidos por aqueles homens que vieram de Vitória, pois segundo Isidro, eles queriam que os escravos se libertassem, porém, o denunciante afirma que os escravos não tinham quantias equivalentes a seus valores. Não se pode afirmar que os tripulantes dessa embarcação, vinda da capital, fora enviada por algum grupo abolicionista, ou mesmo, se eram os próprios que estavam ali; porém suas ideias de liberdade produziram muitos efeitos, partindo do depoimento de um dos próprios senhores da fazenda Araçatiba.

Não se sabe ao certo o quanto o segundo episódio narrado por Isidro, que diz respeito aos escravos da senhora Domiciana, vinculava-se ao fato ocorrido no porto de Araçatiba, porém faz-se necessário mencioná-lo por compor toda a denúncia do senhor Isidro, e ao mesmo tempo revela o quadro de instabilidade instaurado nessa propriedade, que pode ser melhor depreendido na notícia publicada no jornal *O Espírito Santense*:

No sabbado, vindo da roça uns escravos do Sr. Marciano Izidro, a trazer gêneros em uma canoa forão, como é de costume, aposentar-se em casa da preta forra Quirina, que também foi escrava da mesma fazenda dos herdeiros de Gouvêa: pois bem, o Inspector e Guardas; julgarão alli n'aquella casa um zungú e ás 9 3/4 da noite, evadirão a casa prenderão os pretos e os recolherão á Cadêa[...] (Jornal *O Espírito Santense*, 16/03/1882).

Segundo o jornal, as pessoas que estavam nos arredores daquela casa não estavam satisfeitas com aquela diligência. Era grande o número de pessoas que se

aglomeravam para observar a invasão da casa da forra Quirina. O denunciante considerou arbitrária a operação policial, cuja injustiça provocou a reação das pessoas que assistiam aquela cena. Elas começaram a assobiar e a fazer *surriadas* diante dos guardas. No fim o autor do noticiário afirma que o ocorrido se tornou um “pagode”. No outro dia após ter conhecimento do fato o chefe de polícia mandou soltar todos de manhã.

Dadas algumas limitações impostas pela fonte que está sendo analisada não é possível identificar a origem destes escravos, se eram crioulos ou africanos. O que a fonte garante é que se tratava de uma negra forra que havia sido escrava da Fazenda Araçatiba, e que dantes fora propriedade de um dos herdeiros dos Gouvêa. Outra informação passível de análise é o fato do noticiário afirmar que estes escravos que vinham da roça eram acostumados a descansar na residência da forra Quirina. Se analisar esse acontecimento de forma isolada pode-se não atentar para o que está além da aparente relação entre libertos e cativos, como de fato ocorria nesta fazenda. Todavia, deve-se levar em conta o quadro instaurado ainda no ano de 1880, e já narrado anteriormente, fica razoavelmente aceitável a hipótese de que o senhor Marciano Isidro não tinha mais controle das ações de seus cativos, essa hipótese é reforçada no documento analisado mais adiante.

No dia 12 de junho de 1884, verifica-se a notícia de um destacamento policial enviado à Araçatiba, comandado pelo alferes Manoel Vasconcellos, a fim de prender vários escravos do senhor Marciano Isidro. De acordo com o noticiário, fazia algum tempo que os escravos de Isidro tinham se tornado desobedientes e remissos em suas obrigações. Segundo o periódico, a fazenda encontrava-se em estado de anarquia e o senhor Marciano não tinha mais energia para dominá-los. No dia seguinte, o mesmo jornal noticiou que a força policial estivera em Araçatiba e que não havia ali mais nenhum problema, “a paz reinava naquele lugar”, palavras do jornal (*Jornal A Província do Espírito Santo*, 12/06/1884).

Chama a atenção um fato, no mínimo provocativo, descrito no noticiário mencionado acima. Trata-se da rapidez como foi resolvido aquele levante de escravos da fazenda Araçatiba. Como que de um dia para o outro a propriedade do senhor Marciano Isidro passou de uma “anarquia” para o lugar onde a “paz reinava”. Vale destacar que a ênfase dada na informação aponta para uma desobediência escrava que já durava muito tempo, levando o senhor Marciano Isidro a perder sua capacidade de administrar seus cativos.

É razoável supor que houve uma ação mais enérgica, tanto por parte daquele destacamento policial, quanto pelo próprio senhor Marciano Isidro, no combate ao levante de seus cativos. Corrobora com essa suposição o relato descrito no diário de Dom Pedro Maria Lacerda (2012), quando este passou alguns dias do mês de janeiro de 1887 na fazenda Paraíso, na Freguesia do Alegre, região sul da província do Espírito Santo, na propriedade do senhor Vicente Ferreira de Paiva.

Interessante notar a presença da grande quantidade de escravos, como descrito por Dom Pedro Lacerda, que pertencia ao senhor Marciano Isidro, proprietário da fazenda Araçatiba. Não se sabe ao certo quando e quantos foram vendidos e nem quais foram os motivos que levaram o senhor Isidro a vender seus escravos, certo é que eles estavam lá e foram assim observados por Dom Pedro Lacerda. Uma das possibilidades é que, como já foi mencionado o senhor Isidro estava encontrando muita dificuldade de controlar seus escravos, e por essa razão talvez tenha vendido uma parte de sua escravaria a fim de se livrar dos mais revoltosos.

Dom Pedro Lacerda descreve que, num desses dias em que permaneceu na fazenda Paraíso, teve a oportunidade de conversar com uma escrava que era da fazenda Araçatiba. Segundo Dom Pedro Lacerda, o proprietário da fazenda Paraíso tinha na sua escravaria uma “porção” de escravos que foram comprados pelo senhor Vicente junto ao dono da fazenda Araçatiba, o senhor Marciano Isidro. Assim descreveu Dom Pedro Lacerda o seu diálogo com a escrava:

[...] Perguntei a uma mulata madura que imagens havia na Capela de Araçatiba: disse-me que de N. Sra. Da Ajuda, do Sr. Dos Passos, de S. Francisco. Que S. Francisco, perguntei; e disse que Xavier e ajuntou S. Inácio. Apresentei-lhe uma das imagens do Pe. Anchieta que a pouco recebi da Corte; e disse-lhe: que santos estão lá vestidos como este Pe. Anchieta: será Sr. Dos Passos? Não, respondeu ela, mas sim S. Francisco Xavier e S. Inácio. E assim deve ser (LACERDA, 2012, p. 572).

Ressalta-se que oito meses antes de ter colhido este depoimento desta escrava, Dom Pedro Lacerda estivera junto ao senhor Marciano Isidro, quando o religioso esteve em Guarapari. O senhor Isidro fez parte da comissão que o acompanhou durante sua estadia. Nesta ocasião, Dom Pedro Lacerda afirma que teve até contato com a família do senhor Isidro, e o mais curioso é que até então o religioso não fizera ao senhor Isidro, proprietário da fazenda Araçatiba, as perguntas referentes às imagens da capela de Nossa Senhora da Ajuda, que por sua vez ficava dentro desta fazenda. Outro questionamento diz respeito aos motivos que levaram a Dom Pedro

Lacerda não ter ido à capela de Nossa Senhora da Ajuda na fazenda Araçatiba. Segundo o próprio Dom Pedro Lacerda, alguns motivos o impediram de ir até a Freguesia de Viana. Em primeiro lugar uma demanda vinda de Muquiçaba, exatamente no momento em que viria à Viana, fazendo-o se deslocar da Vila de Guarapari à povoação de Muquiçaba. Em segundo, alegou o religioso que Viana não tinha condições de hospedá-lo (LACERDA, 2012, p. 306-339).

De qualquer forma não ter ido visitar a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em Araçatiba se configura como o menor dos problemas, porém não colher as informações pertinentes ao acervo imagético diretamente com o proprietário da fazenda, isso sim se torna uma questão que merece reflexão. Ao que tudo indica é possível supor que não havia condições favoráveis dentro da fazenda Araçatiba, para que o senhor Marciano Isidro levasse o Bispo Dom Pedro de Lacerda até àquela propriedade. Causa estranhamento o fato de que em seu diário, no período em que passou pela Vila de Guarapari, o religioso nem tenha citado, o senhor Marciano, enquanto um dos proprietários da fazenda Araçatiba.

Ainda dentro da fazenda Araçatiba é possível observar as indisciplinas escravas dentro da parte que pertencia aos herdeiros de Domiciana. Conforme descrito no jornal *O Espírito Santense*, aparecem, em 15 de setembro de 1886, estes herdeiros reclamando providências por parte do chefe de polícia e do promotor público da Comarca de Vitória. Segundo os reclamantes, os libertos da região de Itaúnas, alguns dos quais foram libertados pela senhora Domiciana, e outros libertos vindos de Araçatiba viviam continuamente zombando de seus ex-senhores. Além da zombaria, estes libertos incentivaram a fuga de um escravo da neta da senhora Domiciana. Um dos libertos, chamado Francisco Moraes, agrediu um dos netos da senhora Domiciana, o senhor João Vieira de Gouvêa. Entre os libertos que praticavam tais insultos estavam Umbelina, João, Floriana, Maximina, Sebastiana e Francelina. Neste confronto com os reclamantes, os libertos diziam não temer nem a justiça, pois estavam protegidos por uma potência da capital Vitória. O senhor João Vieira de Gouvêa apresentou uma queixa ao subdelegado de Viana, porém logo a retirou, pois julgou que nada aconteceria com os contraventores. O reclamante declarava ainda que no mesmo mês de setembro, no dia 8 e por ocasião da festa de Nossa Senhora da Ajuda, o subdelegado mandou vir à sua presença Umbelina, uma das injuriosas. Após um sermão do subdelegado, a liberta declarou que não mais praticaria tal ato, o que segundo o reclamante não se concretizou, pois logo que

Umbelina chegou no sítio Itaúnas, começou novamente seus insultos. Como estava a fazenda Araçatiba dividida entre vários herdeiros não se pode afirmar que estes comportamentos por parte dos escravos e libertos se davam em todas as diferentes partes dessa propriedade. Francelina, por exemplo, acusada como uma liberta debochada no episódio de Itaúnas, foi defendida por moradores locais, inclusive dentre os residentes em Araçatiba, dentre os quais estavam alguns senhores de escravos. Conforme descrito abaixo:

Nós abaixo assignados, moradores no lugar denominado Araçatiba e Itaúnas do município de Vianna, declaramos e juramos si necessário for, que Francelina Maria da Conceição, ex-escrava da fazenda Araçatiba, é morigerada e respeitadora de todos, vivendo de seu trabalho, sem dar escândalos, e sem ser pesada a seus semelhantes [...] ¹⁷(Jornal *A Província do Espírito Santo*, 27/09/1886).

Este abaixo assinado foi veiculado no jornal *A província do Espírito Santo* doze dias após a denúncia realizada pelos herdeiros da senhora Domiciana. Os problemas em relação às indisciplinas escravas aparecem com mais frequência, como já visto, entre os cativos do senhor Marciano Isidro e os de Domiciana e seus herdeiros. Existia, porém, um grupo de herdeiros caracterizados por atuar de forma coletiva ¹⁸, como visto no abaixo assinado, ao qual não foi encontrado nenhum documento que apontasse casos de indisciplinas por parte de seus cativos.

Em relação aos últimos anos da escravidão na fazenda Araçatiba não foram encontrados documentos que possibilitassem acompanhar a trajetória dos cativos às vésperas da abolição. Sabe-se que, como visto nos documentos analisados, os cativos da propriedade usufruíam de espaços de liberdade e tinham certa flexibilidade diante das normas impostas pela estrutura escravista. É possível observar a presença da relação entre libertos e cativos, sendo que há uma possível permanência destes libertos na fazenda Araçatiba. Havia também a possibilidade de manifestação religiosa, afirmativa minimamente razoável caso se tome como base o depoimento da escrava feito ao Bispo Dom Pedro Lacerda, já citados neste trabalho, que mostra certo conhecimento por parte da cativa no que diz respeito ao acervo imagético da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Obviamente, isso não faz dela uma

¹⁷ Documento assinado por: João Lyra Falcão, Quintino Lyra dos Santos, A rogo de Alexandrino Pereira da Trindade – Quintino Lyra dos Santos, Benedictos dos Santos Pinto, A rogo de José Matheus da Trindade, - Benedito dos Santos Pinto, Antonio da Silva Tavares, Luciano Vieira de Gouvêa, Augusto Vieira Machado, Benigno Vieira Machado, Lindolpho Vieira Machado, José Eniz Durões, Tito Vieira Falcão, Benjamim Vieira Machado.

¹⁸ Falarei de forma mais detalhada sobre a existência destes grupos de herdeiros no capítulo II.

escrava devota, mas nos possibilita entendermos o nível de flexibilidade que estes cativos, ou parte destes, teriam em relação aos espaços de culto nesta fazenda.

Alguns documentos encontrados sobre o pós-abolição referente à comunidade afro-brasileira da fazenda Araçatiba chamam a atenção. Destaca-se dentre eles um por ser a respeito a uma solicitação dos proprietários dum lugar chamado Itaunas, que fazia parte da fazenda Araçatiba. Na notícia publicada no jornal *A Província do Espírito Santo*, no dia 10 de junho de 1888, porém o documento data de 1º de junho, ou seja, menos de um mês após a Lei Áurea, consta que os herdeiros de Domiciana fizeram um abaixo assinado convocando os licenciados da região para um acordo, cuja finalidade era o uso das terras daquela propriedade pelos libertos, conforme notícia abaixo:

Os abaixo assignados, donatários do logar denominado Itaúnas, do Municipio de Vianna, fazem publico a todos os licenciados no mesmo existente, que n'esta data convencionaram só darem permissão para cultivarem suas terras aquelles licenciados que lhes pagarem o arrendamento das terras que ocuparem, com as meações de todas as suas culturas; por isso concedem-lhes o prazo de 30 dias para virem dar suas decisões (Jornal *A Província do Espírito Santo*, 01/06/1888).

Como pode ser observado os herdeiros das terras de Itaunas estão chamando os licenciados para trabalharem nesta propriedade como meeiros; o que corrobora com a hipótese defendida por alguns historiadores, entre os quais se destacam (RIOS; MATTOS, 2005), e (COSTA, 2008), demonstrando, assim, que não houve uma ruptura total entre os fazendeiros e seus recém libertos. Ao se ponderar sobre esta solicitação contida no citado jornal e a confrontá-la com a documentação encontrada, percebe-se que não há como saber se algum destes licenciados procurou realmente os proprietários de Itaunas. Não se sabe ao certo se essa foi uma prática adotada por todos os outros herdeiros das terras da fazenda Araçatiba. Mas chama a atenção dois abaixo assinados redigidos por um grupo de vinte e três licenciados, e publicados no mesmo jornal. Sendo que o primeiro abaixo assinado datava do dia 6 de agosto de 1888 e foi assinado por 16 licenciados, cujo teor textual era: “Nós abaixo assignados declaramos que continuamos a residir na fazenda de Araçatiba, município de Vianna, onde fomos nascidos e creados”, na sequência das assinaturas estava escrito: “Todos ex-escravos do Sr. Marciano Antonio Isidro”. Este abaixo assinado foi publicado em 10 de agosto do mesmo ano. Neste documento está expressa a vontade de um grupo de licenciados em

permanecer morando na fazenda Araçatiba. O fato revela, provavelmente, uma aliança entre estes libertos e aquele proprietário.

O outro abaixo assinado datava de 1º de setembro de 1888 e também foi publicado no mesmo jornal. O documento trazia a validação de sete signatários, que em momento algum se declaram como ex-escravos. O texto, porém, possui o mesmo conteúdo do primeiro documento citado acima, pois os signatários declaravam que continuavam residindo na fazenda Araçatiba, onde nasceram e foram criados. Diante do contexto de produção deste último documento e dada a semelhança de seu conteúdo com o anterior, é razoável supor que também se tratassem de libertos os assinantes.

1.4. CONCLUSÃO

Neste primeiro capítulo foi possível fazer uma apresentação da fazenda Araçatiba, desde seu período “A Grande Fazenda de Araçatiba”, quando era propriedade dos Jesuítas – denominado, assim, para fins de delimitação –, até o período em que passou a pertencer à família Vieira Machado. Primeiro, a fazenda pertenceu ao coronel Falcão e ao seu filho, o coronel Machado, posteriormente. Ao analisar este período, levou-se em consideração a comunidade afro-brasileira nela estabelecida, sua dinâmica de produção religiosa e, sobretudo, o cotidiano de seus cativos entre os anos de 1856 a 1888. De posse desta análise, pode-se concluir que o cativeiro era fato muito complexo. Entretanto, mesmo diante da violência que caracterizava a escravidão, os cativos construíam espaços de liberdades que só se tornaram possíveis depois de intensa negociação e mediante sérios conflitos. Pela análise pode-se afirmar que a fazenda de Araçatiba não se constituiu em exceção. Nota-se, curiosamente, que os resultados não são previsíveis e passíveis de compreensão a partir de esquemas teóricos ou de dedução lógica. Pois, aqueles homens e mulheres, mesmo submetidos a duras condições, criaram uma trajetória peculiar que demandou conhecimento das alternativas encontradas, para poderem agir sobre a situação em que se encontravam. Se por um lado, a sociedade mantinha-se incrivelmente hierarquizada, forçando para fora do mundo da liberdade homens e mulheres afrodescendentes, por outro, percebe-se por meio do conhecimento sobre suas vidas, que eles se mantinham determinados e firmes na defesa de sua humanidade.

Neste capítulo, portanto, construiu-se uma narrativa, possível diante do exíguo quadro de fontes sobre o tema, de longa duração de constituição da comunidade de escravos, libertos e livres da fazenda Araçatiba. Demonstra-se, na medida do possível, que aquelas terras estiveram em disputa desde a partida dos jesuítas. Mesmo quando uma família se firmou como titular de Araçatiba, escravos e libertos passaram disputá-la de diferentes maneiras. O fim da escravidão, porém, trouxe novos enclaves nesta luta. Nova dimensão, desta vez religiosa, dominou o caráter da sucessão na fazenda. A doação para Nossa Senhora da Ajuda configurou novo polo de titularidade das terras, que foi apropriada de maneira particular pelos antigos escravos e libertos da região. As sociabilidades locais, assim, se reconfiguraram de maneira surpreendente.

2. CONFLITOS PELAS TERRAS E A DOAÇÃO FEITA À NOSSA SENHORA DA AJUDA (1880 a 1894).

Como já foi descrito no capítulo introdutório, os bens do coronel Machado foram divididos entre oito herdeiros. No que diz respeito à partilha da fazenda Araçatiba, um de seus filhos, Manoel Vieira Machado Guimarães, não constava como um dos herdeiros das terras da fazenda nos documentos levantados entre os anos de 1880 a 1894. A maior parte da documentação analisada faz menção à divisão das terras da fazenda Araçatiba em sete partes. Não há citação de Manoel Guimarães na partilha da herança.

Após o falecimento dos filhos de Sebastião, na década de 1880, houve muitos herdeiros na sucessão daquelas terras. Mais adiante, entre os anos 1880 e 1905 é possível observar intenso debate pelas terras da fazenda Araçatiba nas páginas da imprensa local. Porém, para fins desta dissertação, fixamos nossa atenção nos anos de 1880 a 1894. O recorte se inicia em 1880, em razão de ser o primeiro registro da disputa pelas terras e termina no ano de 1894, por se tratar da data de doação de uma porção das terras à Nossa Senhora da Ajuda. Utilizam-se os jornais de 1880, depois 1884; mas, a maior ênfase encontra-se nos anos de 1893 a 1894, quando o debate se intensificou. Para análise também foi utilizada a carta de doação das terras para à Nossa Senhora da Ajuda, datada de 21 de abril de 1894.

2.1. DO DEBATE NA IMPRENSA À CARTA DE DOAÇÃO

A primeira notícia que se tem sobre as disputas por terras na região da fazenda Araçatiba foi publicada no dia 25 de agosto de 1880. Trata-se do embargo da medição das terras entre Araçatiba e Pedra Mulata (fazenda vizinha à Araçatiba, e que anteriormente pertencia à fazenda Jucuruaba), que segundo o denunciante, José Pinto de Oliveira, era injusto. Mesmo não se tratando de um problema relativo à fazenda Araçatiba, e sim no seu entorno, chama a atenção a lista dos embargantes. Segundo Oliveira, os responsáveis por tamanha injustiça eram Remigio Vieira Machado, Luciano Vieira de Gouvêa, Antonio Vieira Machado e Aprigio Machado Guimarães (*Jornal O Espírito Santense*, 25/08/1880). Apesar de não se conseguir informações sobre o desdobramento deste episódio é importante descrevê-lo, pois estes mesmos indivíduos, que aparecem atuando sempre em grupo, figuraram toda essa longa história de disputa por terras nesta região.

No dia 3 de novembro do mesmo ano e no mesmo jornal aparece a história já descrita no capítulo anterior a respeito do grupo de homens que vinha de Vitória para incitar os escravos da região a se libertarem. Porém, nesta mesma denúncia feita sobre este caso, pelo senhor Marciano Antonio Isidro, fica muito claro que o cerne da questão era denunciar uma ação ilícita do senhor João Pinto Neves, que segundo Isidro pretendia vender de forma ilegal parte das terras da fazenda Araçatiba. O senhor Isidro alegava que no momento em que ia à fazenda Araçatiba para resolver questões relacionadas a uma revolta de escravos, soube desses problemas sobre a venda das terras; e que o senhor Pinto Neves só tinha direito a uma sexta parte da sétima parte que pertenceu à senhora Miquelina (trata-se aqui de Miquelina Vieira de Gouvêa, filha do coronel Sebastião Vieira Machado), (Jornal *O Espírito Santense*, 03/11/1880).

No dia 27 desse mesmo mês, no mesmo jornal, aparece a figura de João Pinto Neves, que vinha a público responder ao senhor Marciano Antonio Isidro. Segundo Pinto Neves, Isidro equivocou-se, pois, na verdade, a senhora Miquelina tinha cinco filhos, logo ele era dono da quinta parte de uma das sete partes da fazenda Araçatiba, já que ele era casado com uma filha de Miquelina e não da sexta parte como afirmou Isidro. O mais interessante é que o senhor Pinto Neves fez o seguinte histórico da partilha das terras de Araçatiba:

A fazenda de Araçatiba por morte do Coronel Sebastião Vieira Machado coube por herança a sete herdeiros do mesmo Coronel, dos quaes alguns falecendo, forão successivamente as partes herdadas subdivididas, de modo que hoje há n'aquella fazenda herdeiros com partes na razão seguinte: o Sr. Marciano, por sua senhora, possui uma sétima parte; as duas cunhadas e D. Domiciana da Trindade cada uma, igual parte a do dito Sr. Marciano, e nas três ultimas parte tiverão por herdeiros os Srs. João Ignacio, D. Guilhermina Vieira e D. Miquelina – Estes trez últimos falecendo forão representados o 1º por 18, o 2º por 21 e o 3º por 5 herdeiros[...] (Jornal *O Espírito Santense*, 27/11/1880).

Curiosamente, o próprio senhor Pinto Neves continuava não ver problema algum no negócio com a parte que lhe cabia, pois não havia vendido nada. Ele alegava que somente permitiu ao senhor José Pinto Vieira Machado construir uma casa em uma parte das terras. Segundo o senhor Pinto Neves, as terras da fazenda Araçatiba “se não é um indiviso geral, é como tal considerado entre todos os herdeiros que não podem ao certo indicar a parte que lhes cabem; razão porque cada um planta onde melhor lhe convém, em comum”. Também, afirmava ainda que, em outro momento,

Isidro havia demonstrado interesse na sua parte da herança, e encerra afirmando que o senhor Isidro não iria conseguir afastá-lo de sua parte na fazenda Araçatiba (*Jornal O Espírito Santense*, 27/11/1880).

Isidro era casado com uma das filhas do coronel Sebastião Vieira Machado, a senhora Izabel Vieira Isidro de Gouvêa. Os senhores João Ignacio, Dona Guilhermina e Dona Miquelina, filhos do coronel Machado, figuravam como os ascendentes dos 44 herdeiros descritos pelo senhor Pinto Neves. Essas 44 pessoas passaram a responder pela herança após a morte de seus pais, como descrito acima; e juntos compunham três sétimas partes das terras da fazenda Araçatiba. As outras três estavam divididas entre três filhas do coronel Sebastião Vieira Machado: Izabel Vieira, esposa de Isidro; Dona Amélia Vieira de Gouvêa e Dona Clara Vieira de Gouvêa; e por fim, uma parte pertencia à Dona Domiciana Rodrigues da Trindade, que segundo o *Jornal O Espírito Santense*, era mãe de Marcellino Vieira de Gouvêa Machado, filho do coronel Sebastião, e havia falecido, deixando a sua parte na herança para Dona Domiciana conforme registrado (*Jornal O Espírito Santense*, 15/05/1886).

Diante da complexidade de se entender esta divisão de terras destacam-se as disputas que se deram entre dois grupos de herdeiros: o primeiro encabeçado pelo senhor Isidro, e o segundo por uma parte dos outros 44 herdeiros¹⁹. Como já mencionado anteriormente, esses indivíduos aparecem atuando em grupo; enquanto o “coronel Isidro” consta como representante de sua esposa e suas cunhadas Dona Amélia Vieira e Dona Clara Vieira. O segundo grupo é composto por filhos dos falecidos João Ignacio, Miquelina e Guilhermina. Se pensarmos em termos quantitativos, os “herdeiros das terras comuns” e o “coronel Isidro” representavam cada grupo três sétimas das terras da fazenda Araçatiba, ou seja, cada qual tinha quase a metade da propriedade desta fazenda. Destaco também aqui os “herdeiros de Dona Domiciana²⁰” que têm uma sétima parte da herança, mas aparecem de forma esporádica nesse embate e de forma isolada ou como beneficiários dos

¹⁹ Doravante chamarei em todos os momentos que me referir ao grupo representado pelo senhor Isidro, como o grupo do “coronel Isidro”, pois é assim chamado em algumas das fontes entre os anos de 1893 a 1894; porém quando for mencionado na documentação anterior a 1893 o chamarei de senhor Isidro, seguindo o tratamento dado pela fonte. Já o outro grupo, formados por 44 herdeiros, chamarei de “herdeiros das terras comuns”, pois assim irão defender o uso das três sétimas partes que lhes pertencem. Farão essa defesa até o fim desse debate na imprensa.

²⁰ Utilizarei a expressão “Dona” todas as vezes que referir-me à Domiciana Rodrigues da Trindade, pois assim é tratada nas fontes. E utilizarei “herdeiros de Dona Domiciana”, todas as vezes que fizer referência à atuação coletiva de seus netos.

interesses do “coronel Isidro”. Por não terem representatividade quantitativa de terra em relação aos outros, analisou-se as intervenções destes herdeiros na medida em que surgiram durante a pesquisa documental. Porém se ressalta a figura de Luciano Vieira de Gouvêa, um dos cinco “herdeiros de Dona Domiciana”, que atuou paralelamente junto aos “herdeiros das terras comuns”.

No jornal *A Província do Espírito Santo*, no dia 27 de julho de 1884, Basílio Daemon – o redator na época – escreveu que muitos sabiam que as terras de Camboapina, Araçatiba, Jucunema e Jucu estavam sendo tratadas como indivisas, chegando algumas partes a serem usadas como terras comuns; e que tal se sucedeu porque propositalmente desapareceram com o Livro de Tombo com toda descrição de compras, vendas, arrematações e divisões destas terras pertencente aos jesuítas. Daemon, também, afirma que fez algumas investigações e, por intermédio de um amigo, conseguiu uma cópia do Livro de Tombo, que pretendia a partir daquele dia torná-la pública. Daemon publicou o primeiro documento a respeito da divisão de terras em Camboapina, datado de 22 de janeiro de 1817 (Jornal *A província do Espírito Santo*, 27/07/1884). Sete dias depois, Daemon publicou o documento de arrematação da “Grande fazenda Araçatiba”, de 1780 (Jornal *A província do Espírito Santo*, 03/08/1884). Mais tarde essa documentação compôs em parte a grande obra, de autoria de Bazilio Daemon, *Província do Espírito Santo*.

A forma como Daemon aborda a questão é reveladora do modo como essas terras eram tidas como indivisas propositalmente, pois facilitava a venda de uma ou mais vezes do mesmo quinhão. Apenas se comprava uma parte, mas o restante era apropriado, pois não se sabia o real limite das terras.

2.2. REPRESENTANTES DOS GRUPOS ENVOLVIDOS NA DISPUTA POR TERRAS NA FAZENDA ARAÇATIBA

2.2.1. O “coronel Isidro”

Não se sabe ao certo quando o senhor Isidro se casou com Izabel Vieira Isidro de Gouvêa, filha de coronel Sebastião Vieira Machado, mas, na documentação levantada e analisada no primeiro capítulo, esse matrimônio já estava estabelecido desde meados dos anos de 1870, quando ele aparece casando seus escravos com os escravos de suas duas cunhadas. Segundo o Jornal *O Correio da Victoria*, o senhor Isidro consta como membro da Irmandade de São Benedito entre os anos de

1871 e 1872 (Jornal *O Correio da Victoria*, 14/06/1871). Neste mesmo veículo de informação, publicou-se, no dia 30 de setembro do mesmo ano, que o senhor Isidro, juntamente com outros cidadãos, contribuiu com a limpeza do rio marinho, importante via de escoamento da produção da região da fazenda Araçatiba até à baía de Vitória (Jornal *O Correio da Victoria*, 30/09/1871).

O senhor Isidro era um cidadão muito requisitado, principalmente por autoridades públicas e religiosas da província do Espírito Santo. No jornal *O Espírito Santense*, o senhor Isidro aparece sendo nomeado juntamente com outros três cidadãos para angariar donativos e promover a construção de uma capela e um cemitério no povoado da Barra do Jucu (Jornal *O Espírito Santense*, 09/11/1875). Essas empreitadas serviram para mostrar que este cidadão transitava em diferentes espaços e atuava em campos específicos do poder local. Como fica claro na publicação de 16 de julho de 1882, no jornal *A Província do Espírito Santo*, o senhor Isidro foi eleito Juiz de paz em Guarapari, onde residia. O mesmo jornal publicou em 24 de maio de 1883, que foi dada uma ordem de pagamento ao senhor Isidro pela construção da ponte sobre o rio Jucu. Este pagamento se referia à construção desta ponte em 1875 e somente em 1883 Isidro foi ressarcido das despesas (*A Província do Espírito Santo*, 24/05/1883). Tratava-se de homem de muitas posses com destaca atuação na região. Em 1885, o mesmo jornal noticiou que o senhor Isidro estava disposto a investir no melhoramento da estrada que ligava Guarapari à Vitória. Relatava-se seu investimento e futuro recebimento pela benfeitoria, conforme as condições dos cofres municipais (Jornal *A Província do Espírito Santo*, 17/04/1885).

Ainda no jornal *A província do Espírito Santo*, no dia 20 de abril de 1888, às vésperas da abolição, constava Isidro conferindo liberdade a todos seus escravos na sua fazenda Prosperidade. Diante das fontes pesquisadas, não foi, contudo, possível acompanhar se o mesmo aconteceu na fazenda Araçatiba, se é que ainda havia algum cativo naquela propriedade; pois como já mencionado no capítulo anterior o “coronel Isidro” teve um problema de insubordinação e vendeu muito dos seus escravos por essa razão.

No ano de 1891, no jornal *O Comercio do Espírito Santo*, o senhor Isidro aparece como o maior herdeiro da “casa de Araçatiba”²¹, pois possuía, além de suas terras,

²¹ Expressão usada pelo jornal.

os quinhões de suas cunhadas (Amélia Vieira e Clara Vieira). Mencionava-se ainda que ele pretendia adquirir outras propriedades (Jornal *O Comercio do Espírito Santo*, 10/05/1891).

Ainda ano de 1891, o senhor Isidro ficou internado durante meses com uma enfermidade gravíssima, conforme o jornal *O Estado do Espírito Santo*, e, em 16 de setembro daquele ano, já se noticiava o bem estar do senhor Isidro. O mesmo jornal publicou em 28 de maio de 1892 que Marciano Antônio Isidro havia sido nomeado para o cargo de coronel-comandante da 3ª Brigada da Comarca de Iritituba e Viana. Ainda neste jornal foi publicado em 24 de setembro de 1892 que o “coronel Isidro” havia enviado alguns produtos como raízes medicinais e madeiras de lei; da sua fazenda Prosperidade para uma exposição em Chicago. Todas essas notícias na imprensa local demonstram que o “coronel Isidro” era um senhor de terras e de escravos, além de um “benfeitor” da localidade.

2.2.2. “Herdeiros das terras comuns”

Entre os 44 herdeiros que tinham juntos três sétimas das terras da fazenda Araçatiba, percebe-se que 16 herdeiros aparecem sistematicamente representando o grupo. Desses 16 representantes se destacam: Luciano Vieira de Gouvêa, Aprígio Machado Guimarães, Áureo Ignacio Vieira, Benjamim Vieira Machado, Onofre Vieira Machado, Felipe Vieira Machado, Theophilo Ignacio de Oliveira e Benigno Vieira Machado. Estes são os que mais se repetem na documentação analisada. Todavia a documentação levantada não possibilitou fazer uma breve biografia desses indivíduos, dada a escassez de informação. Porém, segue uma breve descrição de quem foi Luciano Vieira de Gouvêa, pois foi o único que a documentação possibilitou acompanhar parte de sua trajetória.

Luciano Gouvêa constou em quase todos os abaixo assinados, e, na maioria das vezes, encabeçava a documentação. Chama a atenção o fato de ele ser neto de Dona Domiciana, no entanto, atuava ao lado do grupo dos 44 herdeiros. No ano de 1883, no jornal *A Província do Espírito Santo*, Antônio Marcellino Pinto moveu ação contra o Luciano Gouvêa (Jornal *A Província do Espírito Santo*, 1883). O litigante publicou anúncio no dia 11 de junho de 1887 com a denúncia contra Luciano Gouvêa por promover a libertação de seus escravos e venda de seus bens. Antônio Marcellino Pinto solicitava que ninguém fizesse negócio com Luciano Gouvêa uma vez que tinha movido contra este uma ação na justiça (A Província do Espírito

Santo, 11/06/1887). O mesmo jornal publicou em 8 de junho de 1888 que Luciano havia perdido a ação e houve penhora de todos seus bens para futuro leilão. Constavam como bens penhorados: duas casas em Itaúnas (Araçatiba), uma casa em Amarelos (Guarapari), um quinhão de terras em Araçatiba e outro em Jacarandá (Viana) (Jornal *A Província do Espírito Santo*, 08/06/1888).

Luciano Gouvêa não era homem de pouco prestígio, pois assumiu o cargo de subdelegado no distrito de Viana, em 1890, e o de tenente quartel-mestre na Comarca de Iiritiba e Viana, em 1892 (Jornal *Estado do Espírito Santo*, 1890,1892). Curiosamente, Luciano Gouvêa era subordinado ao coronel-comandante Marciano Isidro, que também assumiu aquele cargo na mesma época.

2.2.3. “Herdeiros de Dona Domiciana”

D. Domiciana recebeu como herança do seu filho Marcellino Vieira de Gouvêa um quinhão de terras que perfazia todo o território de Itaúnas, que incluía Barreiros, o restante do pasto da fazenda Araçatiba, onde tinha duas propriedades; terminando assim no Jacarandá. Esse quinhão de terras foi reconhecido por todos os herdeiros da fazenda Araçatiba, segundo Domiciana Trindade. Ela considerava legítimos herdeiros os seus netos Luciano, Maria, Izabel, Sebastião, Argentina e João. Seriam os únicos com direito de cultivar nessas terras. Mas, segundo Domiciana Trindade, eles não tinham o direito de conceder licença para nenhuma outra pessoa cultivar dentro daqueles domínios. Com este fim, Domiciana constituiu seu neto João Vieira de Gouvêa como seu procurador para tomar conta de suas terras, para impedir o abuso dos invasores que se estabeleceram nas lavouras da região, como o corte de madeiras sem autorização. Além disso, João Gouvêa teria a responsabilidade de tirar da propriedade os libertos que faltassem com respeito com a proprietária (Jornal *O Espírito Santense*, 10/05/1886).

Nos anos de 1880, quando o debate sobre as terras apareceu pela primeira vez, há um grande silêncio. As disputas por estas terras na fazenda de Araçatiba se intensificaram entre os anos de 1893 a 1894, sobretudo diante do contexto das regulamentações legais impostas ao uso das terras no território brasileiro.

Segundo Vânia Maria Losada Moreira (2005, p.223), a Lei de Terras de 1850 e seus regulamentos de 1854, buscavam organizar a apropriação de terras no território brasileiro instituindo a compra como único caminho legal possível. Essa legislação nacional serviu de base para as leis de terras que surgiram no início da República. A

autora (2005), ainda destaca a dificuldade da implementação dessa lei em todo o território brasileiro, devido à recorrente postergação dos prazos. Um dos motivos apontados por Vânia Losada (2005, p.224), foi o desenvolvimento de uma agricultura móvel e “predatória”, termo usado pela autora para designar a apropriação do território pela simples posse o que não era permitido pela legislação. Outro aspecto que dificultou a legitimação do uso dessas posses foi a insistência de muitos proprietários em não querer pagar os serviços de medição e demarcação; além do receio que após estas demarcações fossem introduzidos impostos territoriais, por parte do governo.

No Regime republicano, segundo Vânia Losada (2005, p. 224), o quadro de legalização fundiária e a apropriação indevida de terras não se alterou muito. A nova configuração política aproximou ainda mais as oligarquias regionais das decisões e das políticas territoriais, pois foi transferido para os estados o montante do patrimônio representado pelas terras devolutas. Com a Constituição de 1891, os estados passaram a organizar suas próprias leis levando em consideração a Constituição Federal. O Estado do Espírito Santo seguindo a diretriz nacional, em 1892, criou a Lei de Organização Administrativa. Dentro dessa lei foi formulada a Diretoria de Terras e Colonização, que tinha como objetivo principal o povoamento e a colonização do Estado (MOREIRA, 2005, p.225).

Conforme Vânia Losada (2005), foi criado o decreto n.º 4, de 4 de julho de 1892, tido como a primeira lei de terras do Estado Espírito Santo, que tratava diretamente das terras devolutas deste estado. Esse decreto pautou-se na Lei de Terras de 1850, tendo como pontos principais: a separação entre terras públicas e privadas; reconhecimento como terras privadas aquelas com títulos legítimos, já as terras de particulares que não estavam em conformidade com a Lei de Terras e seus regulamentos eram tidas como públicas. Outro ponto relevante desse decreto era a punição de novos formadores de posses ilegais; além de estabelecer a compra como única forma de adquirir novas terras. Segundo Vânia Losada (2005), era grande a distância entre o que a lei estabelecia e o que era praticado.

Respondendo à determinação de 1892 do Estado do Espírito Santo, Clara Vieira de Gouvêa e outros proprietários solicitaram a medição das terras da fazenda Araçatiba. Não foi possível localizar esta solicitação, porém o governador do Estado do Espírito Santo despachou o pedido em 28 de julho daquele ano, direcionando-a ao comissariado para medição requerida (Jornal *Estado do Espírito Santo*,

31/07/1892). Três dias depois, foi despachada a ordem de serviço pelo 3º distrito do comissariado geral das terras públicas do Estado, que ficava em Guarapary. O despacho visava dar prosseguimento à determinação requerida pelo governador do Estado. Segundo o representante do comissariado, o senhor Paulo de Campo Cartier, as medições se iniciariam no dia 1º de setembro daquele ano, cerca de um mês após a solicitação de Clara Vieira e demais proprietários da fazenda Araçatiba. O senhor Cartier marcou para iniciar as medições às 8 horas da manhã e convidou a todos os vizinhos limítrofes e demais interessados que comparecessem ao local no horário divulgado. Antes de iniciar as medições se avaliaria a cultura existente e a morada habitual dos proprietários daquelas terras. No final do despacho, o senhor Cartier frisou que iria afixar uma cópia daquele documento em diferentes lugares daquele distrito para que não se alegasse posteriormente falta de conhecimento (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 02/08/1893).

O resultado desse processo de medição que se iniciou em 1 de setembro de 1893 apareceu como forma de protesto num abaixo assinado feito pelos “herdeiros das terras comuns”, e publicado doze dias após o início das medições. O abaixo assinado foi direcionado ao presidente do Estado do Espírito Santo e ao engenheiro senhor Joaquim Adolpho Pinto Pacca, comissário geral das terras públicas do deste Estado. No documento, os signatários declaravam-se “herdeiros posseiros”²² da fazenda Araçatiba, legada por verba testamentária por seus finados pais, tias e outros condôminos daquela propriedade. Afirmavam ainda possuir plantações no local e morada habitual, motivo pelo qual protestavam contra os prejuízos causados, em suas posses de terras, pela medição “irregular”. Os signatários do documento afirmavam que o procedimento adotado para tal medição tinha como responsável o engenheiro Paulo Cartier a pedido do “coronel Isidro” (procurador de suas cunhadas Amelia e Clara Vieira), em oposição ao acordo firmado entre todos os herdeiros.

Segundo os “herdeiros das terras comuns”, os agrimensores traçavam suas linhas sem levar em consideração as benfeitorias de uns e cortando a posse de outros. A fim de fortalecer seus discursos, os signatários afirmavam que a fazenda Araçatiba fora arrematada junto da Fazenda Real do Rio de Janeiro, por Manoel Fernandes Vieira. Os “herdeiros das terras comuns” baseavam suas ilações em documento, cuja posse não identificavam. A fazenda seria, portanto, propriedade privada e não

²² Termo utilizado pelo jornal.

terra do Estado. Sugeriam ainda que o engenheiro Joaquim Pacca tombasse novamente a fazenda Araçatiba e depois procedesse a devida medição para que as oito partes da propriedade fossem igualmente divididas. Cabe uma ressalva de que é a primeira vez em que se fala em oito partes da fazenda Araçatiba, pois nos outros documentos se referia somente a sete partes. Como é a primeira vez que assim aparece nos documentos levantados será considerada a divisão destas terras da fazenda como sete partes.

Os “herdeiros das terras comuns”, ainda no abaixo assinado, lançaram algumas perguntas ao engenheiro Joaquim Pacca, sobre a continuidade do processo de medição já que as autoridades não sabiam o perímetro dos quinhões de todos os herdeiros. Indagavam sobre a possibilidade de medir com exatidão os quinhões destes herdeiros, inclusive dos órfãos diante dessa indeterminação. Interessante notar aqui que os signatários falavam em quinhões de terras, em registros de arrematação desta fazenda, mas conforme já havia sido denunciado por Daemon no ano de 1884, o documento desapareceu e ele próprio teve acesso apenas a uma cópia cedida por um amigo. É razoável pensar que estes herdeiros tiveram contato com a documentação publicada por Daemon. Mesmo com a ausência desses documentos por parte dos signatários, estes supunham que se a planta das terras não aparecesse a posse se tornaria criminosa. Porque não haveria essas autoridades de respeitar o direito dos herdeiros posseiros, que também queriam realizar aquela medição? E continuavam, “porque determina-se linhas que cortam terrenos ocupados com casa de posseiros, linhas que cortam benfeitorias?” Fica claro que os “herdeiros das terras comuns” na ausência de provas da propriedade da terra, lançaram mão ao direito de posse.

Ainda defendendo a tese do direito de posse, os signatários afirmam que se as terras daquela propriedade são de posse criminosa, há pelo menos por parte da maioria daqueles herdeiros dois direitos que lhes garante a posse: a cultura efetiva e a morada habitual. Já o “coronel Isidro”, requerente daquela medição, somente tinha o de cultura efetiva, pois residia no município de Guarapary, em terras já demarcadas, e Araçatiba pertence ao município de Viana. Os signatários afirmam que estão acompanhando as medições e na medida em que se sentem prejudicados questionam direto ao agrimensor, mas este segundo os “herdeiros das terras comuns” não pode traçar nenhuma linha diferente daquela indicada pelo requerente, o “coronel Isidro”.

Por fim, os signatários afirmaram que quando solicitaram ao agrimensor que levasse em consideração algumas capoeiras, logo o agrimensor disse que estes não tinham nenhum documento que provasse o direito sobre as capoeiras. Por sua vez, os “herdeiros das terras comuns” asseveraram que o “coronel Isidro” também não tinha documento, mas mesmo assim quando ele solicitava tinha suas capoeiras respeitadas. Indagavam mais uma vez: “onde, excelentíssimo senhor vamos fazer nossas medições achando-se já estas terras cortadas com a medição do senhor Isidro?”. Os signatários concluíam que o abaixo assinado era um clamor entre todos os “herdeiros das terras comuns”, uma vez que as linhas da demarcação estavam beneficiando o requerente e prejudicando os outros. Apelavam para a bondade, imparcialidade e autoridade dos destinatários daquele documento; e diziam não se colocarem contra a medição, porém pretendiam que ela fosse feita de forma a respeitar todos os demais herdeiros, afim de respeitar onde habitavam²³ (*Jornal Comércio do Espírito Santo*, 13/09/1893).

Seis dias após a publicação do mencionado abaixo assinado, outros dois “herdeiros das terras comuns” utilizaram a imprensa local para fazerem coro ao debate estabelecido em relação às mesmas terras. Publicaram no *Jornal Estado do Espírito Santo*, um abaixo assinado, veiculado no dia 19 de setembro, afirmando que tinham tomado conhecimento da publicação do último 30 de agosto no jornal *Comércio do Espírito Santo*, em que apareciam os “herdeiros das terras comuns” pela primeira vez protestando contra a demarcação. Há aqui um equívoco, pois, a publicação mencionada foi veiculada no dia 13 de setembro sob o número 974 e não no dia 30 de agosto. Porém, mais importante que a troca destas datas é o conteúdo exposto por estes signatários, no qual os dois herdeiros afirmaram estar de acordo com o documento publicado em 13 do corrente, pois também se sentiam prejudicados com as medições que se operavam naquela propriedade. Pedem que o excelentíssimo presidente do governo do Espírito Santo e o doutor comissariado geral fiquem atentos contra aqueles que tentam lutar em oposição ao direito que estes adquiriram por intermédio de seus pais e tios²⁴ (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 19/09/1893). A mesma notícia foi veiculada no mesmo dia no jornal *Comercio do Espírito Santo*.

²³ Assinam este documento os herdeiros: Aprigio Machado Guimarães, Onofre Vieira Machado, Aureo Ignacio Vieira, Luciano Vieira de Gouvêa, Benedicto Vieira Guimarães, Theophili Ignacio d'Oliveira, Augusto Vieira Machado, Benigno Vieira Machado, Felipe Vieira machado, Liberalino Vieira Machado, Benjamin Vieira Machado, Cincinato Vieira Machado, Salestiano Falcão da Vitória.

²⁴ Assinam este documento os herdeiros: Quintino Vieira Machado e Geroncio Vieira Fernandes.

Utilizando o mesmo veículo no dia 23 daquele mês Aureo Ignacio Vieira, que aparece assinando a primeira lista junto com outros “herdeiros das terras comuns”, solicita a inserção de uma documentação ao processo (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 23/09/1893). Como não se teve acesso aos autos do processo a análise ficará limitada ao debate publicizado na imprensa local. Entende-se para fim desta dissertação que os discursos proferidos nestes documentos têm, diferentemente dos autos do processo, um alcance maior em termos de público; e que por isso as partes interessadas travam verdadeiros embates discursivos. Sem contar que esta documentação exposta nos jornais, possibilitou o acompanhamento de grande parte desse imbróglio envolvendo a medição da fazenda Araçatiba, por esse motivo a importância de analisar até as pequenas interferências nos jornais.

Após essa intensa disputa no campo do discurso e no jurídico relatada e acompanhada pelos jornais, no dia 18 de dezembro, ou seja, aproximadamente três meses após a anexação do último documento junto ao processo, foi feita a última publicização sobre a divisão destas terras. Foi despachado pelo presidente do governo do Espírito Santo um requerimento feito pelo “coronel Isidro” e outros, solicitando indenização pelo valor que pagaram para fazer a medição nos terrenos da fazenda Araçatiba, uma vez que a justiça havia indeferido o processo. Este requerimento foi enviado para o comissariado para que este restituísse o requerente “coronel Isidro” (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 18/12/1893).

O acompanhamento desta disputa pela demarcação das terras da fazenda Araçatiba que colocou no cenário diferentes herdeiros com objetivos diversificados, pode também nos propiciar o entendimento de como estava configurada a administração desta propriedade após a morte do coronel Sebastião Vieira Machado. É razoável entendermos que no tempo do coronel Machado a sua figura política e o fato de ser o único senhor da fazenda fez com que no período em que era o administrador desta propriedade, não surgisse esses problemas, pelo menos na documentação levantada.

Os discursos demarcam de forma muito cabal o lugar ocupado por cada ator social nesse campo, se por um lado se tem o “coronel Isidro” defendendo a parte da herança que pertencia a sua esposa Izabel e suas duas cunhadas, Amelia e Clara; por outro tem um grupo que representa os 44 herdeiros, cuja composição era de cerca 16 pessoas, que afirmam falar em nome dos demais. Somado a esses dois grupos tem o representado por Dona Domiciana e seus seis netos. Sendo que como

já foi mencionado o Luciano Vieira Machado é um destes netos, porém aparece atuando ao lado dos “herdeiros das terras comuns”.

O último documento que fala das disputas pela demarcação da terra no ano de 1893 foi o citado acima, que se refere ao ressarcimento do dinheiro gasto pelo “coronel Isidro”. Entre o final de dezembro de 1893 à metade do ano de 1894 não foi localizado nenhuma referência a este debate, somente em 11 de julho de 1894 a discussão é retomada, conforme publicação do jornal *Estado do Espírito Santo*. A notícia se referia a um despacho do presidente do governo direcionado ao comissariado. Tinha como solicitante Argentina Vieira de Gouvêa, solicitando a medição da propriedade de Itaunas, como era chamado um dos quinhões de terras da fazenda Araçatiba, com propósito de se ter o memorial e a planta do terreno (Jornal *Estado do Espírito Santo*, 11/07/1894). A solicitante é neta de Dona Domiciana e muito provavelmente aproveitou o ambiente que estava colocado nas terras de Araçatiba para pedir a medição da parte que cabia aos “herdeiros de Dona Domiciana”.

No mês de agosto de 1894 se trava um debate nas páginas do jornal *Estado do Espírito Santo*, sendo possível observar todos os três grupos interessados pela demarcação das terras da fazenda Araçatiba. Inicia-se com um abaixo assinado publicado no dia 9 que tinha como endereçados o presidente do Estado do Espírito Santo, os doutores desembargadores da Corte de Justiça e os doutores juiz de direito e promotor público da Comarca de Viana. Tinha como signatários os “herdeiros de Dona Domiciana”, que alegavam terem assistido os trâmites legais das medições da fazenda Araçatiba solicitada pelo “coronel Isidro” e suas cunhadas. Os signatários afirmavam estarem verificando as medições do novo tombamento e as divisões dos quinhões que ocorria de forma a agradar todos os condôminos da fazenda. A bem da verdade, a insatisfação dos “herdeiros das terras comuns” vinha da própria negligencia destes, pois foram ao longo do tempo vendendo terrenos e quando da medição seus quinhões estavam menores devido estas vendas. Por sua vez os signatários afirmam que tinham se sujeitados a ficarem com brejos e pedreiras dentro de seus quinhões, mesmo assim suas partes estavam intactas. Os signatários afirmavam que os “herdeiros das terras comuns” estavam tentando dificultar o processo de medição das terras desta propriedade e prejudicando os demais condôminos; alegavam o uso comum de suas partes (três sétima), com o objetivo de expandirem seus terrenos. Os “herdeiros de Dona Domiciana”, que

fizeram esse abaixo assinado, afirmam que os “herdeiros das terras comuns” participaram do processo de medição, das audiências e chegaram até assinar os termos de concordância. Sendo assim, agiam de forma incoerente ao assinarem o termo de concordância e indo até o jornal para fazer críticas as medições. Dessa forma, os signatários se achavam no direito de escrever aquele documento mostrando essas contradições.

Os signatários deste documento voltam os seus discursos para o judiciário e afirmam que o Supremo Tribunal fará sua imparcial justiça na medição das terras. Enquanto que o grupo dos “herdeiros das terras comuns” estavam insatisfeitos com as medições, esse outro grupo dos “herdeiros de Dona Domiciana” afirmam que acompanharam as medições e que já na primeira audiência se colocaram favorável pelas medidas que estabeleceu as sete partes iguais e dividiu os quinhões de cada parte com seus respectivos herdeiros²⁵ (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 09/08/1894).

Interessante notar que nesse momento do debate pela disputa das terras da fazenda Araçatiba aparece pela primeira vez os “herdeiros de Dona Domiciana” atuando em grupo, neste momento surgiu então à figura de João Vieira de Gouvêa, neto e procurador de Dona Domiciana. Vale ressaltar, também, que o outro neto Luciano Vieira de Gouvêa não aparece assinando este documento. Deixando muito claro que mesmo tendo parte na herança das terras de Itaunas, seu posicionamento parece ser muito mais alinhado ao grupo dos “herdeiros das terras comuns”.

O abaixo assinado feito pelos “herdeiros de Dona Domiciana” e apresentado acima deixa claro que mesmo após o “coronel Isidro” ter tido seu pedido de medição das terras indeferido, conforme já mencionado no mês de dezembro do ano anterior. Os trabalhos dos agrimensores permaneciam na fazenda Araçatiba. Ao que tudo indica as autoridades responsáveis pela medição das terras haviam seguido a solicitação dos “herdeiros das terras comuns” de primeiro tombar novamente a fazenda e posteriormente refazer suas medições. Na ausência dos autos do processo não se pode afirmar quantas audiências já haviam acontecido até a escrita desse abaixo assinado. Mas é possível verificar, mediante os últimos documentos analisados, a

²⁵ Esse abaixo assinado tinha como signatários os senhores: João Vieira de Gouvêa, Argentina Vieira de Gouvêa, Antônio Barbosa dos Santos Ramos. Vale ressaltar que o outro herdeiro de Dona Domiciana, seu neto Luciano Vieira de Gouvêa não assinou o documento.

existência de pelo menos uma audiência em 1894, que deve ter acontecido antes do mês de agosto.

A resposta a esse documento analisado acima foi publicada no mesmo jornal no dia 20 do mesmo mês. Neste documento os “herdeiros das terras comuns” representantes das três sétimas partes da fazenda de Araçatiba fazem um abaixo assinado que tinha como destinatários os mesmos do abaixo assinado feito pelos “herdeiros de Dona Domiciana”. Neste documento os “herdeiros das terras comuns” vêm a público afirmar que haviam se deparado com o “Nós baixo assinados”, e julgavam que todas as informações nele contido era mentira. Frente a essas “inverdades” eles produziram um documento que é uma resposta a todas as acusações que foram feitas.

Os “herdeiros das terras comuns” afirmam que quando todos os condôminos estiveram diante do juiz em audiência, esta autoridade judicial avisou ao agrimensor que as medidas feitas a pedido do “coronel Isidro” haviam sido indeferidas. Solicitou ao agrimensor que de novo tombasse a fazenda Araçatiba e tirasse todas as sete partes, porém o agrimensor antes de terminar seu trabalho de tombamento, já havia tirado a parte que pertencia aos “herdeiros de Dona Domiciana”; muito provavelmente estão aqui se referindo ao pedido feito por Argentina Vieira de Gouvêa e publicado no dia 11 de julho daquele ano, já citado neste trabalho, veiculado naquele mesmo jornal. Esta desordem causada pelo agrimensor, que dividiu um quinhão de terras antes do fim do processo, foi feita na presença do senhor Juiz de direito Mariano de Nazareth e do major Antonio Marcellino Pinto. Os signatários deste documento acusaram o agrimensor de mesmo com o indeferimento da medição, uma vez que ainda se estava fazendo o tombamento, estava partilhando partes de terras e distribuindo para os agregados do “coronel Isidro”.

Em relação a acusação feita pelos “herdeiros de Dona Domiciana” os signatários afirmavam ter consciência de que as muitas terras já haviam sido vendidas por estes, e não seria este o motivo que os levava a não aceitarem as medições da fazenda, pois saberiam sair em defesa dos compradores; o real motivo que os levava a se colocar contrários as demarcações era os abusos decorrentes das outras medições requeridas ao governo e que estes “herdeiros da terras comuns” só tomaram conhecimento por meio do tombamento. Os signatários afirmam que acreditam na imparcialidade da justiça em fazer a justa medição da fazenda,

afirmam ainda que só reconhecem que foi tirado uma única parte para os “herdeiros de Dona Domiciana”; já as outras seis partes estão em comum. Porém a parte dos “herdeiros de Dona Domiciana” ainda precisava ser regularizada, pois o agrimensor precisaria descontar entre todos os condôminos os vinte e tantos alqueires no Brejo Grande.

Os signatários afirmam que o agrimensor estava realizando a medição que já havia sido indeferida pela justiça, dessa forma prejudicava as benfeitorias que estes haviam feito nas terras, da qual eles eram lavradores. A fim de fortalecer os seus argumentos, aproveitaram o momento da denúncia para afirmarem estar cientes que a planta do novo tombamento foi entregue no mês de julho de 1894 ao senhor juiz e que um mês depois da entrega, o agrimensor ainda estava trabalhando. Enceram o abaixo assinado fazendo as seguintes indagações: “Onde está a legalidade desta medição? A que autoridade entregou o senhor agrimensor as plantas dos quinhões para se fazer o julgamento da medição?”²⁶ (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 20/08/1894).

Após esta publicação feita acima foi a vez do “coronel Isidro” ir até a imprensa para expor sua visão diante desse debate. “O coronel Isidro” utilizou o mesmo jornal para publicar uma resposta direcionada ao senhor Augusto Vieira Machado e os demais “herdeiros das terras comuns” que tinham feito um abaixo assinado publicado no dia 20 daquele mês. Segundo o signatário deste documento, o “coronel Isidro”, os “herdeiros das terras comuns” assinantes deste documento estavam sendo contraditórios, pois haviam participado do processo de medição e na ocasião manifestaram apoio ao retombamento da área da fazenda Araçatiba, assim como na divisão dos quinhões. Segundo o “coronel Isidro”, os “herdeiros das terras comuns” chegaram até assinar os termos em plena audiência. Para o “coronel Isidro” estes herdeiros queriam era atrapalhar o processo de medição das terras, desrespeitando os demais condôminos; sem contar que não tinham condições de chamar os “herdeiros de Dona Domiciana” de mentirosos, pois o que estavam fazendo, na

²⁶ Esse abaixo assinado foi feito no dia 10 de 1894 e teve como signatários os senhores: Augusto Vieira Machado, Luciano Vieira de Gouvêa, Benigno Vieira Machado, Theophilo Ignacio de Oliveira – assinou por Deolinda Vieira Machado, Aureo Ignacio Vieira, Belmiro Vieira Machado, Benjamin Vieira Machado – assinou por Cincinato Vieira Machado, Benigno Vieira Machado, Onofre Vieira Machado, Felipe Vieira Machado, Liberalino Vieira Machado, Aprígio Machado Guimarães, Salustiano Falcão da Victoria, Benedicto Vieira Guimarães, Silvino Vieira Machado.

visão do “coronel Isidro”, também era uma mentira; pois diante da audiência foram favoráveis e posteriormente não estavam mais cumprindo com suas palavras.

O “coronel Isidro” continua sua manifestação, questionando o senhor Augusto Vieira Machado e os outros “herdeiros das terras comuns”, perguntando-lhes o porquê não fizeram em tempo hábil tal reclamação. Daquele momento em diante o “coronel Isidro” afirma que aquele imbróglio iria ser esclarecido pelo Juiz da Comarca de Viana, que haveria de ser justo e imparcial em seu julgamento (*Jornal Estado do Espírito Santo*, 30/08/1894).

O desfecho dessa disputa pela demarcação das terras de Araçatiba parece ter acontecido ainda na segunda metade do ano de 1894, ao menos no campo dos debates na imprensa, pois quando esses herdeiros retornam a utilizar os jornais, fica visível que já havia um acordo construído pelas partes interessadas. Era o que apontava o último documento que traz essa discussão e que foi publicado no jornal *Commercio do Espírito Santo*, no dia 8 de novembro de 1894, tendo como responsável pela notícia o “coronel Isidro”. Nessa publicação se destaca um interesse dos herdeiros em doar parte das terras da fazenda Araçatiba para a santa Nossa Senhora da Ajuda. É a primeira vez em todo o debate estabelecido na imprensa, entre os anos de 1893 a 1894, pela demarcação desta propriedade que surgiu esse interesse.

O “coronel Isidro” inicia seu abaixo assinado ressaltando o fato de ser procurador de sua esposa Izabel Vieira, e sua cunhada Clara Vieira; não citou a outra cunhada, Amelia Vieira, pois já havia falecido em setembro daquele ano. O signatário, vale ressaltar, respondia por três partes das sete que totalizavam à fazenda Araçatiba. Muito provavelmente tenha ficado com a parte da herança que pertencia a Amelia Vieira, pois durante o levantamento documental não foi encontrado nenhum outro herdeiro solicitando os direitos da parte que pertencia à Amelia Vieira. O “coronel Isidro” em seu abaixo assinado afirmava que estava trazendo a público o que havia ocorrido na segunda audiência do retombo da fazenda Araçatiba, que foi presidida pelo juiz de direito da Comarca de Viana, com a presença do promotor público, do curador de órfãos, os cidadãos capitão Alvares de Souza, capitão Julio de Moraes, tenente Loroza e outros. Segundo o signatário, os herdeiros da fazenda estavam todos presentes; ao fim da audiência o juiz declarou que os herdeiros podiam requerer o que lhes pertencesse por direito. Segundo o signatário, “coronel Isidro”, os “herdeiros de Dona Domiciana” declararam estar de acordo com o retombamento

e a divisão dos quinhões de terras, com a sétima parte que tinham direito. Já os “herdeiros das terras comuns”, os 44 que tinham juntos as três partes das outras seis restantes, declararam ao juiz não terem condições de arcar com as custas do processo, por esse motivo iriam permanecer com suas partes sendo tratadas como terras de uso comum.

O “coronel Isidro” afirmava que havia um interesse coletivo em doar à Nossa Senhora da Ajuda o morro da capela, porém a parte das terras onde se encontrava a capela estava dentro do território ainda tido como de uso comum; sendo assim, o “coronel Isidro” solicita que esta parte que iria ser doada fosse incluída no seu quinhão de terra, logo que terminasse a medição e julgada a sentença se efetivaria a doação. Para o trabalho de discriminação e medição da área a ser doada foi incumbido o agrimensor Cordeiro, que por se tratar de uma doação feita para uma santa, se encarregou de fazer o trabalho de medição gratuitamente. Acompanhou o trabalho de medição, segundo declarou o “coronel Isidro” os senhores João Falcão, Augusto Vieira Machado, Benigno Vieira Machado, Lindolfo Vieira Machado, e outros herdeiros, que não foram citados pelo signatário. Segundo o “coronel Isidro” a notícia de que parte das terras da fazenda iriam ser doadas para a Santa Nossa Senhora da Ajuda chegou ao vigário da freguesia de Viana, que não só aceitou como também solicitou que tão logo terminasse a medição e fosse julgada a sentença, que fosse também marcado um dia para que na doação se realizasse uma solenidade e lavrasse em ata aquela dádiva. O signatário termina seu abaixo assinado justificando o motivo pelo qual estava escrevendo esse documento, segundo o “coronel Isidro” havia uma mentira sendo propagada em Viana; pois havia um “boato” que ele queria ficar com o morro da capela de Nossa Senhora da Ajuda; muito pelo fato dele ter solicitado que incluísse essa parte no seu quinhão, porém o signatário afirma que tomou essa decisão porque temia que os interesses de Nossa Senhora fossem prejudicados caso aquela parte da capela ficasse dentro do território dos “herdeiros das terras comuns”(Jornal *Commercio do Espírito Santo*, 08/11/1894).

A audiência que o “coronel Isidro” está se referindo ocorreu entre o fim do mês de agosto e os primeiros dias do mês de outubro, basta para isso analisar sua resposta dada aos “herdeiros das terras comuns” e publicada no dia 30 de agosto no jornal *Estado do Espírito Santo*, trecho já citado neste trabalho. Nesta resposta o “coronel Isidro” aponta para um julgamento que iria acontecer. Se tomarmos o dia 8 de

outubro de 1894, que foi quando o “coronel Isidro” escreveu sobre essa segunda audiência, temos como demarcar temporalmente esse acontecimento. Tal audiência contou com a presença de todos os herdeiros, ou seja: o “coronel Isidro”, os “herdeiros de Dona Domiciana”, e os “herdeiros das terras comuns” estavam presentes nesta reunião.

O coronel deixa claro que estava usando aquele espaço no jornal para justificar o fato de ter solicitado ao juiz a inclusão do morro da capela em seu quinhão e que sua atitude havia sido interpretada erroneamente, pois queria era “proteger os interesses de Nossa Senhora da Ajuda”. Por mais coincidência que parece essa audiência ocorreu no período que se realiza à festa desta padroeira. O dia 8 de setembro é comemorado o dia de Nossa Senhora da Ajuda, e esta audiência como já citado, ocorreu dias antes ou dias após a realização desta festa. Não se pode com isso afirmar o quanto esse fato contribuiu para o posicionamento dos herdeiros, em doar parte das terras. Mas é possível ter a dimensão da pressão exercida sobre o “coronel Isidro” que estava sendo acusado de tentar agregar aos seus quinhões o morro da capela, justamente no período da realização da festa à Nossa Senhora da Ajuda.

Já o grupo citado no jornal “herdeiros de Dona Domiciana”, segundo o “coronel Isidro”, aceitou o retombamento e as divisões das terras. Enquanto que o outro grupo “herdeiros das terras comuns” aparece defendendo o uso coletivo das três sétimas partes da fazenda. Segundo o “coronel Isidro”, esse “comunismo” da terra, palavra utilizada pelo signatário para designar o uso comum, ao menos é o que o contexto indica, iria atrapalhar os interesses de Nossa Senhora da Ajuda.

A documentação que foi escolhida para acompanhar essa disputa pelas terras da fazenda Araçatiba não possibilitou saber se houve outros desdobramentos, pois essa foi a última referência encontrada nos jornais. Ao que tudo indica se tomar as palavras descritas acima pelo “coronel Isidro”, e não contestada posteriormente por nenhuma das partes – pelo menos não aparece nos documentos analisados – pode-se de fato ter ocorrido uma sentença que seguisse ao acordo estabelecido nesta audiência. Isto ao menos no que diz respeito a divisão das terras; já em relação a doação do morro da capela a Nossa Senhora da Ajuda, também, não existe nenhuma menção nos jornais analisados se foi ou não efetivada à doação.

Ao analisarmos a querela que envolveu um grupo de herdeiros em torno das terras herdadas, por seus antepassados; é possível perceber no micro, na realidade

vivência pelos proprietários da fazenda Araçatiba, aquilo que era o resultado das decisões tomadas no macro. Decisões de ordem legal, administrativas, sobretudo decisões que mostravam como que as oligarquias locais reagiam e como eram afetadas no seu cotidiano, por normas estabelecidas pelos governantes. É razoável conjecturar que questões dessa natureza, também tenham ocorrido em outras propriedades; uma vez que a realidade das terras indivisas permeava outras fazendas, para além da propriedade da fazenda Araçatiba. Como bem destacou Vânia Losada (2005, p. 226), afirmando que em 1896, o governador Muniz Freire, declarou que a questão da regulamentação fundiária no Espírito Santo, pouco caminhou. No que diz respeito às dificuldades de se regulamentar as propriedades neste estado, se destacam alguns aspectos, segundo Vânia Losada:

Parte do problema era, sem dúvida, da dificuldade política e administrativa em forçar o setor privado a regularizar a situação de suas terras e acessar as ocupações ilegais. Diante disso, a possibilidade de distinguir as terras devolutas daquelas sob o domínio de particulares ficava virtualmente inviabilizada em certas sub-regiões do estado. A resistência dos grandes posseiros em acatar a legislação em vigor era estratégica e visava fundamentalmente à garantia da continuidade do acesso a novas terras sem o recurso da compra [...].

Outra parte do problema era que a “liberalidade” da política de terras, adotada pelo governo estadual, facilitou a proliferação da corrupção na arena da legalização territorial, em benefício dos grandes fazendeiros e posseiros [...] (MOREIRA, 2005, p.226)

Sendo assim, o quadro exposto pela análise dos jornais, somado aos aspectos apontados acima pela autora, Vânia Losada (2005), permite compreender que os problemas em relação à regulamentação fundiária, no Brasil e em especial no estado do Espírito Santo, não foi resolvido com a Lei de Terras de 1850, e nem tão pouco durante os primeiros anos da República. Portanto, faz-se mister deixar claro que não é objetivo dessa dissertação esgotar a problemática da regulamentação fundiária da fazenda Araçatiba, que segundo a documentação analisada, não se sabe se ocorreu ou não durante o período das audiências citadas anteriormente. Durante o levantamento documental não se encontrou respostas que apontassem para essa regulamentação, porém em relação à doação das terras do morro da capela o quadro é mais complexo, devido à existência de um documento de posse da Mitra diocesana de Vitória que nos provoca algumas reflexões. Trata-se de uma carta de doação das terras para a Santa Nossa Senhora da Ajuda, realizada em 21 de abril de 1894, esta audiência foi presidida pelo coronel Mariano Ferreira de

Nazaré, na residência de José Luis Siqueira Nunes, em Araçatiba. Teve como escrivão Júlio Cesar de Paula Moraes. E contou com a presença do doutor Manoel Clodoaldo Linhares, Promotor Público da Comarca. O patrimônio foi doado pelos “herdeiros das terras comuns” basta para isso analisar os nomes dos doadores²⁷. O patrimônio doado ficou assim dividido:

Partindo do Porto da Valinha, dividindo pelo sul com o brejo grande, abeirando a colina até o córrego Tabuão, seguindo por este, abeirando a colina até a volta do Cercadinho, abaixo do Porto da Vala e pelo rio acima, até a frente da casa de Augusto Machado e daí em linha reta ao poço branco do Porto da Valinha²⁸.

Caso a doação fosse efetivada dentro do período posterior a audiência descrita anteriormente pelo “coronel Isidro”, se trataria apenas da formalização de um acordo firmado entre as diferentes partes. Todavia chama a atenção o fato dessa doação ter sido realizada em 21 de abril, aproximadamente seis meses antes da audiência que supostamente estabeleceu a partilha das terras da fazenda Araçatiba. Somado ao fato de somente participar da doação os “herdeiros das terras comuns”, talvez pelo fato do morro da capela está dentro das três sétimas partes que lhes pertencia, como já foi apontado pelo “coronel Isidro”. Porém chama a atenção o fato do “coronel Isidro” aparecer seis meses depois afirmando que existia um interesse coletivo em doar aquela parte de terras para a padroeira. Talvez tivesse conhecimento da doação e estava fazendo uma encenação com o intuito de, diante do juiz, reaver aquela parte que por algum motivo lhe interessava, quiçá um motivo religioso, ou mesmo por terra; o que se acredita ser pouco provável. Uma vez que se essa doação fosse do conhecimento do “coronel Isidro” é muito provável que ele iria à imprensa para questioná-la, pois fora feita antes do processo de tombamento e partilha das terras. É razoável supor que ele não soubesse daquela doação.

O mais intrigante é que aquela doação foi feita antes do debate na imprensa que aconteceu durante o mês de agosto, de 1894 e mostra os três grupos discutindo o processo de retombo da fazenda. Nesse debate de agosto, já citado anteriormente,

²⁷ Aprígio Machado Guimarães, Luciano Vieira de Gouvêa, Áureo Inácio Vieira, Quintino Vieira Machado, Benjamin Vieira Machado, Porfírio Rodrigues Falcão, Onofre Vieira Machado, Felipe Vieira Machado, Benigno Vieira Machado, Belmiro Vieira Machado, Teófilo Inácio de Oliveira, Maria Vieira de Gouvêa Neves, Emílio Vieira Falcão, Amália Vieira Machado, Galdino Vieira Machado, Leonídia Vieira Machado, Áurea Vieira Falcão, Deolindo Vieira Machado, Jovita Vieira Falcão, Esméria Vieira de Gouvêa e Silvina Vieira Ribeiro

²⁸ O documento de doação encontra-se no fundo documental do Setor de Patrimônio da Arquidiocese de Vitória.

os “herdeiros das terras comuns” afirmam ter conhecimento que a planta do retombo havia sido entregue ao juiz no mês de julho.

O intenso debate entre todos os herdeiros da fazenda Araçatiba e que foi descrito até aqui nos leva a supor que esta doação foi realizada por uma das partes dos proprietários da fazenda Araçatiba, a dos “herdeiros das terras comuns”, sem o conhecimento dos outros herdeiros. A motivação para que essa doação se realizasse dessa maneira não é possível alcançar mediante a documentação analisada. Muito provavelmente devido ao fato dos “herdeiros das terras comuns” discordarem da forma como estava sendo conduzidas as demarcações daquela propriedade. Outro elemento que também é possível notar na documentação analisada é a forma como os “herdeiros das terras comuns” tratam o “coronel Isidro”, em momento algum se referem a ele com um grau de parentesco. O debate estabelecido nos jornais analisados nos revela um grupo de herdeiros, divididos entre tios, primos e irmãos, que no momento de se estabelecer os limites da propriedade de cada parte estes se desconheciam. Juntando-se em subgrupos que além da relação sanguínea também se destaca pelas ideias defendidas, como é o caso de Luciano Vieira de Gouvêa, pois se beneficiava de ser um dos “herdeiros de Dona Domiciana”, mas quando o assunto era as disputas pela demarcação das terras da fazenda Araçatiba, se posicionou ao lado dos “herdeiros das terras comuns”.

Como já mencionado nesta dissertação havia uma prática entre os “herdeiros das terras comuns” em fazer o uso coletivo das terras que lhes pertenciam. Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008, p. 133), as terras de uso comum são aquelas que o controle não é exercido por interesses individuais ou por um determinado grupo doméstico de produtores, mas sim nas relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que formam uma unidade social. Para além do código legal esses grupos se organizam dentro de normas específicas, que é acatada de forma consensual. Estas normas se atualizam dentro do próprio território, por meio dos laços de solidariedade e de ajuda mútua que sedimenta um conjunto de regras estabelecidas sobre uma base física tida como comum.

Ao acompanharmos todo o debate travado na imprensa e que tinha como alvo as demarcações das terras da fazenda Araçatiba é razoável supor que contribuiu significativamente para a doação das terras o fato dos doadores terem permanecido com o uso comum de suas partes. Por mais que o “coronel Isidro” tenha mostrado o

interesse em fazer tal doação, sua última manifestação na imprensa tinha mais o interesse em se defender das acusações que vinha sofrendo em Viana. Vale ressaltar que no final daquele ano de 1894 o “coronel Isidro” era candidato a deputado estadual pelo Espírito Santo, sendo eleito, assumiu o seu mandato em 1895, (Jornal *Estado do Espírito Santo*, 21/01/1895).

Os “herdeiros das terras comuns”, já haviam acusado o “coronel Isidro” de ter em Araçatiba somente o direito de cultura efetiva, pois não tinha o de morada habitual uma vez que residia em Guarapari. Deixando claro que no entendimento dos “herdeiros das terras comuns” o “coronel Isidro” só se manifestava na fazenda Araçatiba, quando o assunto era terra.

Quando as terras foram doadas para Nossa Senhora da Ajuda em 1894 aquela parte da fazenda já tinha um núcleo populacional considerado. Basta para isto analisar a descrição feita nove anos antes, ainda no período escravista, conforme publicado no jornal *O Horizonte*

[...] Araçatiba, antiga e extensa fazenda, onde habitaram os jesuítas, homens ambiciosos e de vontade de ferro, cujas tentativas punham logo em prática, levantando em cada sítio que lhes convinha, um templo e mais edifícios sólidos para suas habitações, como aqui o fizeram de linda architectura; passando mais tarde ao domínio do finado Coronel Sebastião Vieira, que também edificou boas casas, alem de outras que ultimamente se tem construído, está hoje com aspecto de povoação, onde conta-se já três casas commerciaes e uma escola do sexo masculino, bem freqüentada; sua população é de 500 almas, mais ou menos, que empregam-se com assiduidade na cultura da terra, onde tiram regulares colheitas de café, e de outros cereaes que esta ubérrima terra produz[...] (Jornal *O Horizonte*, 14/05/1885).

O texto foi publicado na seção de correspondência e o autor não é identificado, descreve Araçatiba com o intuito de que as autoridades provinciais do Espírito Santo vejam esta área como um possível lugar para a instalação de um engenho central. O autor afirma que os lavradores desta região ofereceram canas de açúcar gratuitamente, por um tempo, a fim de que se edificasse ali este empreendimento. Não há registro se tal empreendimento foi instalado ali. Porém é interessante observar a forma como Araçatiba foi descrita, pois o autor faz um panorama do desenvolvimento e da ocupação desta região; do período jesuítico podia ainda se ver a construção da Igreja e da residência, do período do finado coronel Machado somava-se a construção de boas casas, que estava sendo acrescido com a construção de outras residências.

Essas novas residências que foram descritas pelo autor, compunham juntamente com a existência de três comércios e uma escola à estrutura que se assemelhava a de um povoado. Também, descreve que neste povoado habitavam aproximadamente 500 pessoas. A descrição feita por esse autor desconhecido e registrada no jornal mencionado acima serve para reforçar a hipótese de que foi no entorno da construção jesuítica que se desenvolveu as habitações e as relações sociais dos trabalhadores e moradores dessa fazenda. Os documentos analisados até este momento dessa dissertação autorizam a supor que este povoado era composto neste período por homens livres, libertos e escravos, que usufruíam tanto dos espaços geográficos, quanto daqueles tidos como de vivência. Assim sendo, uma vez que muito dos escravos eram libertos permaneciam na fazenda, gozando até de boas relações com seus ex-senhores. Alguns escravos transitavam livremente tendo contato com libertos e com quilombolas. O pós-abolição mostrou o interesse de muito desses libertos em permanecer na fazenda Araçatiba.

Grande parte dos “herdeiros das terras comuns” moravam em Araçatiba como já foi descrito anteriormente neste trabalho. Enquanto que o “coronel Isidro” morava em Guarapari, e os “herdeiros de Dona Domiciana” moravam no lugar chamado Itaunas. Por mais que Itaunas fizesse parte da fazenda Araçatiba, naquele lugar existia núcleo habitacional independente como já foi descrito anteriormente. O quadro descrito do povoado de Araçatiba em 1885 muito provavelmente não era diferente do que estava estabelecido em 1894, quando da doação das terras. Uma diferença que precisa se estabelecer é que com a abolição não se pode afirmar o destino dos recém libertos, a não ser aqueles que declaram abertamente o desejo de permanecer na fazenda Araçatiba. De posse dessas informações é razoável pensar que quando se deu a doação tinha-se o interesse de preservar o núcleo habitacional e social da fazenda. Portanto aqueles que habitavam na região doada, o morro da capela, foram beneficiados. Pois, tornaram-se moradores das terras que pertenciam a Santa Nossa Senhora da Ajuda; estabelecendo assim oficialmente uma região da fazenda Araçatiba como sendo de uso comum, uma propriedade coletiva. Ao mesmo tempo os doadores permaneceram com as suas três sétimas partes de terras como sendo de uso comum entre os 44 herdeiros, chamados aqui de “herdeiros das terras comuns”. Logo se tinha uma parte da fazenda Araçatiba que preservava o uso

comum e um povoado dentro desta parte era de propriedade de Nossa Senhora da Ajuda.

Segundo Almeida (2008, p.145), os sistemas de uso comum têm como objetivo estreitar os vínculos possibilitando uma coesão capaz de propiciar o acesso à terra diante de outros grupos sociais poderosos e mais afastados. As regras de aliança e sucessão que giram em torno do uso comum dos recursos básicos disponíveis nestas áreas, possibilitam certa estabilidade territorial. Ainda segundo o autor (2008), esses camponeses e seus descendentes passaram a designar suas extensões de terras com denominações específicas:

A noção corrente de terra comum é acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação, que bem evidenciam, através de denominações específicas, a heterogeneidade das situações a que se acham referidas, a saber: “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de Irmandade”, “terras de parentes”, “terras de ausente”, “terras de herança” (e/ou “terras de herdeiros”) e “patrimônio” (ALMEIDA, 2008, p. 146).

O morro da capela, denominação dada a parte das terras doadas à Nossa Senhora da Ajuda se configura na chamada “terras de santo”, que segundo Almeida (2008, p. 149) suas formas de uso comum se estabelecem em um quadro onde coexistem legitimação jurídica e imaginação dos moradores; pois de fato os santos aparecem como proprietários legítimos do território. Nas “terras de santo” se sobressaem as lideranças locais que têm suas funções atreladas aos festejos e ao cerimonial religioso, e acionam-se os rituais de devoção para manter a coesão do grupo. Conforme Almeida (2008, p. 150), em muitos casos essas áreas “[...] respondem também pela denominação de “patrimônio”, abrangendo, no mais das vezes, povoados camponeses encravados dentro de grandes propriedades [...]”. A denominação de “patrimônio do santo” parece ser o mais adequado para nomear o povoado de Araçatiba. Uma vez que as terras doadas correspondem a área que desde a origem da fazenda se estabeleceu como o núcleo central, e que no momento da doação era um povoado cercado por quinhões de terras que pertenciam aos “herdeiros das terras comuns”, ao “coronel Isidro” e aos “herdeiros de Dona Domiciana”.

2.3. CONCLUSÃO

A disputa pelas terras da fazenda Araçatiba entre os anos de 1893 a 1894 possibilitou o acompanhamento, em parte, da tentativa de regulamentação fundiária desta propriedade. Ao se fazer este percurso deparou-se com a realidade e alguns relances do cotidiano que envolvia os moradores da fazenda. Os herdeiros estavam, ao menos no momento do debate na imprensa, atuando em subgrupos caracterizados, neste trabalho, como: “coronel Isidro”, “herdeiros de Dona Domiciana” e os “herdeiros das terras comuns”. Isso não significa que atuassem assim em todos os momentos, mas assim procediam diante da necessidade de defender seus interesses na sucessão das terras da fazenda. E assim atuaram até o momento da doação das terras a Nossa Senhora da Ajuda.

Até este momento, neste capítulo, pretendeu-se mostrar o contexto que desencadeou a doação das terras para a santa padroeira. Por isso descreveu-se na medida do possível os passos dados pelos diferentes grupos de herdeiros que levou até à referida doação. O próximo passo é mostrar, no capítulo III, como que a comunidade afro-brasileira da fazenda Araçatiba se apropriou desta doação de terras.

3. FÉ E DEVOÇÃO (1894 A 1932)

Este último capítulo tem como proposta apresentar a comunidade de Araçatiba, mostrando através dos bens materiais e imateriais como que esta comunidade afro-brasileira se apropriou da herança legada à Nossa Senhora da Ajuda e de certa maneira apropriada pelos seus ancestrais. A fim de apresentar os elementos materiais que ainda compunham a paisagem desta comunidade no início do século XX, utilizar-se-á algumas imagens e depoimentos orais. Ao analisar a herança imaterial e a forma como essa comunidade se apropriou dela, usa-se uma entrevista realizada em 21 de maio de 2011 com dona Emiliana Coutinho da Silva, moradora da comunidade de Araçatiba. Analisa-se o depoimento de uma única pessoa por entender se tratar de uma voz autorizada a falar pelo grupo. Na análise desta entrevista busca-se mostrar os mecanismos utilizados pela depoente para se apropriar das terras doadas para a Santa Nossa Senhora da Ajuda.

3.1. O PÓS-ABOLIÇÃO E A COMUNIDADE DE ARAÇATIBA

Segundo Ana Maria Rios (2004), a historiografia por muito tempo apresentou pouco potencial explicativo para o destino dos últimos cativos no pós-abolição. A autora enfatiza que até a década de 1990 buscava-se apresentar apenas o processo de marginalização destes cativos frente ao mercado de trabalho. Parecia que, além da senzala, a abolição havia retirado o cativo também da história. Porém, as transformações historiográficas, operadas dentro e fora do Brasil, passaram a incluir diferentes atores sociais, como o papel do estado, dos ex-senhores, a dinâmica escrava na véspera do fim da escravidão. Além da recontextualização dos conceitos como liberdade e cidadania (RIOS, p. 170 – 171).

Autores, como Carlos Costa (2008), defendem uma postura mais ativa dos escravos e dos libertos no pós-abolição. Para este autor, os libertos buscavam ter acesso a pequenas propriedades rurais, formando verdadeiros campesinatos negros. O autor aponta, no entanto, que um dos maiores problemas em se estudar o pós-abolição é a limitação das fontes (COSTA, p. 25-31).

Em face das dificuldades de encontrar as fontes sobre a comunidade afro-brasileira de Araçatiba, fez-se uso nesta dissertação de acervo imagético, de alguns depoimentos orais, além de documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN-ES, incluindo uma visita técnica do museólogo Frei Róger Brunório à comunidade de Araçatiba, realizada em 12 de abril de 2013. As imagens, em sua maioria, são de autoria do fotógrafo Eustychio d’Oliver, que, entre os anos de 1907 a 1908, foi contratado pelo governo do Estado do Espírito Santo para fotografar o cotidiano do Estado²⁹. Já os depoimentos foram colhidos durante as pesquisas e projetos de extensão do Programa de Educação Tutorial – PET Cultura, entre os anos de 2011 a 2015.

Utiliza-se dessa documentação para tentar dar um panorama da comunidade de Araçatiba durante o início do século XX, procurando enfatizar a permanência de uma herança material, e, sobretudo de uma imaterial. Começa-se a narrativa pela Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Antes de iniciar a apresentação da comunidade de Araçatiba, em específico da Igreja, faz-se breve recuo temporal até o ano de 1884, para citar duas estrofes do poemeto descritivo produzido pelo padre Francisco Antunes de Siqueira, que, de forma poética, fez uma descrição de Araçatiba:

XVI

A’ direita, deixado o Mamoeiro,
De um ramo poderoso dos Falcões,
Onde outr’ora rios de dinheiro
Compráram fofas honras e brasões,
Descobre-se gamenh’em um outeiro
Um convento de sorrisos nas feições:
E’ obra ainda dos filhos de Loyolla,
Qu’ali tiveram a punjante escola.

XVII

E’ esbelta orága da capela
A mãe de Deus, Senhora d’Ajuda;
Ali a troça da cidade bella
Palradeira fasia a moça, muda...
O’ que bem gostosa fartadella
Tomava por ali gente graúda...
Callabôca por modestia dura
Aquillo, que a mente conjectura
(Padre Francisco Antunes de Sequeira, 1884, p. 60).

A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda “Um convento de sorriso nas feições”

²⁹ O fotógrafo Eutychio d’Oliver foi convidado pelo então governador do Estado do Espírito Santo, Henrique da Silva Coutinho, no ano de 1907, para produzir um álbum fotográfico em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros, no ano de 1808. O álbum ficou pronto no ano de 1908 no governo de Jerônimo Monteiro e fez parte da exposição nacional, que tinha como finalidade retratar para o exterior e para o próprio país como era o Brasil no início do século XX. Esse acervo fotográfico levantado por Eutychio d’Oliver encontra-se nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – ES. Coleção Eutychio d’Oliver – Um olhar sobre o Espírito Santo do início do século XX.



Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora da Ajuda – Araçatiba, Viana, ES. 1907/1908. Fotografia de Eutychio d'Oliver. Fundo documental do IPHAN_ES, coleção Eutychio d'Oliver – Um olhar sobre o Espírito Santo do início do século XX.

Nesta imagem de 1907/1908 é possível fazer algumas ponderações. Enquanto o príncipe Maximiliano descreve a presença de duas torres em sua visita à fazenda Araçatiba em 1815, nesta imagem é possível visualizar apenas uma das torres. Por não ser o objeto central deste trabalho a análise da estrutura arquitetônica da igreja, e sim as relações estabelecidas entre a comunidade negra de Araçatiba e sua devoção à Santa Nossa Senhora da Ajuda, a análise limita-se ao que está descrito no catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo. Neste documento fala-se que a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda foi tombada pelo IPHAN em 20 de março de 1950, por meio do processo 422.T, com inscrição no livro Histórico nº 267, folha 46 e no livro do tombo das Belas Artes sob o nº 353, Folha 72 (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2009, p. 346).

De acordo com um levantamento realizado pela Arquiteta Maristela dos Santos a pedido da Diretora da 6ª Sub-regional/IPHAN – ES, Tereza Carolina Frota de Abreu, feito em 10 de maio de 1999, fisicamente a igreja é descrita da seguinte forma:

O edifício comprovadamente jesuítico apresenta três volumes distintos, destacando-se a torre sineira que é coberta por uma cúpula de tijolo e apresenta pináculos e platibanda vazada. Os outros dois volumes caracterizam-se pela cobertura da nave e pela capela mor que se une à sacristia formando estes dois últimos um único corpo.

A nave possui um coro com janelas de púlpito construídas por tampos de calha e caixilhos de vidro e guarda corpo em madeira balaustrado e pintado, o que não se faz entender a existência de tais janelas.

A capela mor caracteriza-se pelas duas tribunas constituídas guarda corpo em madeira balaustrado sem pintura. O altar mór é simples e sem pintura.

A fachada principal é caracterizada por frontão constituído por volutas, óculo em forma rosácea, e platibanda vazada que se prolonga nos dois extremos do frontão. A platibanda à esquerda em cima uma parede que possui contraforte e óculo na altura do coro da nave. A platibanda direita se prolonga encimando uma parede até encontrar a torre. Caracteriza também esta fachada o falseamento de colunas com base e detalhes em massa. A portada é fechada por tampo almofadado, com quadro em madeira constituído por soco e arco abatido, possuindo sobreverga caracterizada por uma leve cimalha. Por sobre esta encontra-se em massa a data de 1849 e as inscrições SVM, prováveis iniciais de Sebastião e data em que o mesmo realizou obras no edifício conforme consta em pesquisa histórica.

A torre sineira em três pisos, a partir da cimalha que percorre todo o frontão, apresenta quatro fachadas, sendo que a posterior é cega, na principal e na esquerda aparece um óculo redondo, e uma janela de púlpito com tampo de calha sem caixilhos, encimada por pequena cimalha igualmente em arco abatido. A fachada posterior do edifício também apresenta contraforte e janelas de púlpito que internamente apresentam conversadeiras. As fachadas laterais apresentam beiral encaracolado.³⁰

Além dos aspectos arquitetônicos da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda descritos no documento acima, chama a atenção a aproximação que é feita entre o coronel Sebastião Vieira Machado e uma possível reforma efetuada por ele no ano de 1849, quando ele teria colocado suas iniciais acima da portada da igreja. Vale destacar, que durante o levantamento da documentação em que se baseia esta pesquisa, não se encontrou nenhuma menção a tal reforma, nem tão pouco nada que fizesse alguma relação entre as siglas SVM com a figura do coronel Machado. Exceto um único documento já citado no primeiro capítulo, que atribui a construção da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda como obra do coronel Machado. Porém, como já mencionado, esta igreja foi obra dos jesuítas. Na imagem abaixo é possível visualizar as iniciais e a data da possível reforma.

³⁰ Fundo documental do IPHAN-ES, Memo. 6ª SubR/6ª SR/ IPHAN/n.059/99.



Figura 3 – Imagem com as possíveis iniciais do Coronel Sebastião Vieira Machado, proprietário da Fazenda Araçatiba, no século XIX.
Fonte: Banco de Dados do LEENA/UFES, acervo do PET Cultura, fotografia de Rubens Teixeira, em 15/10/2012.

Vale ressaltar que no ano de 2013, em uma visita técnica solicitada pelo IPHAN-ES, o Frei Róger Brunório, museólogo e responsável pelo Departamento de Bens Culturais da Província Franciscana da Imaculada Conceição, levantou a possibilidade dessas iniciais SVM serem referentes à Santíssima Virgem Maria³¹. Porém o mesmo especialista deixou claro que não podia afirmar categoricamente tal hipótese. Fato é que, como descrito mais adiante, a narrativa construída sobre a relação do coronel Machado com a reforma da Igreja ganhou uma repetição no discurso oral, que ainda vigora nos dias atuais, até mesmo sendo incorporado na documentação oficial, como é o caso do documento do IPHAN-ES citado acima.

3.2. “A MÃE DE DEUS, SENHORA D’AJUDA” - ORIGEM DA DEVOÇÃO

A devoção à santa Nossa Senhora da Ajuda teve seu início muito antes da família Vieira Machado assumir a fazenda Araçatiba. Nesse sentido, faz-se um breve recuo temporal mostrando um pouco dessa trajetória devocional. Parte das devoções surgidas no século XVI, em especial as que homenageavam Nossa Senhora, chegaram às colônias com as expedições marítimas. Como forma de abençoar os

³¹ Visita técnica realizada dia 12 de abril de 2013. Com a presença do Museólogo Róger Brunório, uma representante da superintendência do IPHAN – ES, do Tutor e dos bolsistas do programa de Educação Tutorial – PET Cultura – UFES.

marinheiros, militares e tripulações das embarcações que adentravam o mar em busca de novas terras, os portugueses organizavam vários festejos.

Segundo Maria José de Deus (2013) na ermida da praia do Rastelo, em Lisboa, os soldados e marinheiros tinham como costume invocar Nossa Senhora da Ajuda antes de ganharem o mar. Muitas embarcações portuguesas foram colocadas sobre a proteção desta santa. Inclusive Tomé de Souza trouxe na sua frota uma pequena imagem de Nossa Senhora da Ajuda. No Brasil, este foi o primeiro momento em que Nossa Senhora da Ajuda foi invocada. A fim de homenagear Tomé de Souza, os jesuítas, em 1550 começaram a erguer o Arraial da Ajuda, na Bahia. Construíram uma pequena capela, que é hoje considerada o mais antigo santuário mariano do Brasil (DEUS, p. 3).

Dentre os muitos títulos marianos está o de Nossa Senhora da Ajuda, que assim como Nossa Senhora da Boa Esperança, do Amparo e da Boa Viagem, estava relacionada às longas e perigosas travessias marítimas. O título de Nossa Senhora da Ajuda está relacionado com a morte de Cristo na cruz. No momento em que Cristo oferecia sua vida em sacrifício, Nossa Senhora se colocava como “da Ajuda”, intercessora (DEUS, p. 1), conforme as palavras de Santo Ambrósio:

Diz Santo Ambrósio que o estar Maria Santíssima ao pé da Cruz, não foi tanto para consolar ao Filho em os tormentos de tão cruel morte, como Lhe via padecer, para implorar com Ele do Eterno Pai, a saúde e a redenção do gênero humano: *PIISOCULISPECTABAT, NON FILII MORTEM, SED MUNDISALUTEM*. Aqui teve verdadeiramente a Senhora o título de Ajuda. Sôbre que Santo Ambrósio contemplou que aquela real antecâmara do Soberano Rei da Glória, ornada de todas as graças e dons do Espírito, assistindo ao pé da Cruz, vendo nela o doloroso Filho oferecendo a vida pelos homens, julgou de si, o podiam também ajudar em aquela comum necessidade dos pecadores: *AULA REGALISPUTABAT SE ET SUA MORTE PUBLICO MUNERIALIQUIDADJUTURAM*. O Cartusiano a intitula não só Senhora da Ajuda, mas lhe dão o título de Salvadora, porque foi tanto o que os homens lhe custaram, que parece nos mereceu realmente este titulo (SANTO AMBROSIO, Apud LIMA JÚNIOR, Augusto de, 1956, p. 181).

A invocação a Nossa Senhora da Ajuda pode ser vista também em outras regiões do Brasil e em outros lugares do mundo. Conforme afirma Junior “Parece que a invocação de Nossa Senhora da Ajuda marca o rastro jesuíta em suas peregrinações e catequeses” (LIMA JÚNIOR, p. 183). Corroborando com essa hipótese, ressalta-se como já descrito no primeiro capítulo dessa dissertação, a imagem de Nossa Senhora da Ajuda estava no inventário dos bens jesuítas da

fazenda Araçatiba feito no século XVIII. Não se pode afirmar se tratar da mesma imagem que existia no tempo do coronel Machado, mas parece claro que a devoção à santa, neste território, não se iniciou no século XIX. No Espírito Santo, além de ser invocada na fazenda Araçatiba, é possível observar a devoção na antiga igreja da fazenda jesuítica de Carapina, construída em 1746. Em Carapina, a imagem desta Santa chegou pelas mãos do Padre Rocha (DAEMON, 2010, p. 354). Nesta Fazenda também eram realizadas muitas festividades a Nossa Senhora da Ajuda.³² Durante os séculos XIX e XX, muitas festas foram realizadas na Fazenda e depois na comunidade de Araçatiba em devoção à Santa Nossa Senhora da Ajuda. Toda esta movimentação religiosa é possível ser vista nos jornais locais da época. Uma destas notícias, no ano de 1906, trazia a seguinte informação:

A população de Araçatiba, auxiliada pelo digno e estimado Vigário Padre João Maria Cochard, festejou nos dias 7 e 8 deste mez, com extraordinário esplendor, a sua excelsa padroeira N. S. da Ajuda[...]. Na praça, em frente a capella, foi levantada um coreto que se achava enfeitado de galhardetes e giornos e onde foram vendidos os briudes oferecidos. Na noite de 7, pelas 10 horas, foram queimadas algumas peças de fogo artificial, trabalho de um curioso, que nada deixou a desejar. As festas religiosas constaram de vésperas, Missa solene, procissão, *Te-Deune* benção de SS. Sacramento, notando-se em todos os ectos o maior respeito e devoção (Jornal Oficial, 07/09/1906).

Na descrição da festa de Nossa Senhora da Ajuda feita pelo Jornal *Official*, no início do século XX, é possível ver a grandeza do evento nesta fazenda, além de notar pelo noticiário o envolvimento da comunidade na organização da festa. Vale destacar a forma como o jornal descreve o ambiente de respeito e devoção.

³² Jornal O Espírito-Santense, Vitória, 1º de agosto de 1874. Disponível em <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em 23 maio 2013.

3.3. ICONOGRAFIA DA IMAGEM



Figura 4 – Imagem de Nossa Senhora da Ajuda de Araçatiba. Fotografia de Rubens Teixeira. Madeira Policromada– século XVIII. Dimensões de aproximadamente 1,30 metros de Altura. (Fundo documental do IPHAN). Fonte: Banco de Dados do LEENA/UFES, acervo do PET Cultura, em 28/01/2012.

Para descrever a iconografia da imagem de Nossa Senhora da Ajuda faz-se necessário utilizar a análise feita pelo Frei Róger Brunório, em visita técnica já mencionada acima.

Imagem do século XVIII, aos pés da Santa Nossa Senhora da Ajuda estão cinco seres celestiais, o de corpo inteiro é um anjo e os outros quatro que só têm cabeça e asas, são querubins. No centro estão três Querubins que se olham formando um jogo simétrico, dando um tom de cumplicidade. O outro Querubim está olhando para Santa Nossa Senhora da Ajuda, no mesmo momento em que a Santa olha para o horizonte, como se estivesse apontando o caminho a seguir. O anjo que está do lado esquerdo olhando para baixo e parece estar segurando algum objeto que estava na mão da Santa. Este anjo é móvel, podendo ser tirado e recolocado no conjunto da imagem. A Santa porta um objeto na mão direita, que com o tempo se perdeu (BRUNÓRIO, 2013).

Segundo o Frei que fez a análise iconográfica, pode ser um Cetrio, uma Palma ou uma Oliveira.

A imagem inteira forma a letra "S". Partindo da cabeça da Santa, passando pela sua mão direita, indo até o querubim que está olhando para ela e indo em direção do anjo. Dando um sinal de movimentação típica do barroco. A movimentação da arte barroca é possível ser percebida no véu da santa, sendo que a maior parte está do lado esquerdo, mas há também uma parte no lado direito (BRUNÓRIO, 2013).

Outro destaque a se fazer na comunidade de Araçatiba é o antigo porto, que servia para escoar a produção desta fazenda. Na imagem abaixo, ainda é possível vê-lo em atividade durante o início do século XX.



Figura 5 – Porto e entreposto comercial de Araçatiba, Viana, ES. 1907/1908. Fotografia de Eutychio d'Oliver. Fundo documental do IPHAN-ES, coleção Eutychio d'Oliver – Um olhar sobre o Espírito Santo do início do século XX. (A foto tem uma marcação escrita, datando o ano de 1910, porém foi uma intervenção que o documento sofreu, mas não é essa a data da fotografia, conforme já citado).

Ainda na primeira metade do século XX, era possível ver a importância do porto de Araçatiba como um ponto para escoar a produção do entorno da fazenda Araçatiba, que neste momento já não tem a mesma importância comercial que tinha no período em que esteve sob domínio dos Vieira Machado. Segundo a matriarca da comunidade de Araçatiba, Emiliana Coutinho da Silva, moradora da comunidade e

nascida em 1932, o canal, na época de sua infância, funcionava como o único meio de transporte que ligava Araçatiba à capital Vitória

Naquele tempo devido à dificuldade não tinha condução, tudo era através de canoa. Os canoeiros vinham lá de Jacarandá, passava por aqui. Eles levavam as mercadorias pra Vitória. Ali onde era o Extrabom, ali tinha as barraquinhas, que amarravam as canoas. Naquele tempo era muito falada as Lojas Pernambucanas. Compravam tudo lá! Roupas de noivo. [...] Então aquela Vila Rubim que vocês vêem agora, tudo bonitinho. Quando eu era criança as canoas chegavam ali. Eles levavam tudo daqui: era milho, arroz, feijão, farinha, galinha, banana, laranja, vendiam tudo na Vila Rubim. Então essa viagem durava três dias (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Através do canal, os moradores de Araçatiba e do seu entorno, como os da fazenda Jacarandá, transportavam seus produtos em canoas feitas de tronco de árvores até as margens da baía de Vitória na Vila Rubim. Trazendo de lá produtos diversos que abasteciam o comércio local. Havia nas margens do porto de Araçatiba um entreposto comercial (Figura 6), que, no início do século XX, servia como distribuidor de produtos vindo da capital e comercialização da produção regional.



Figura 6 – Foto do antigo entreposto comercial. Provavelmente da década de 1940. Fonte: Banco de Dados do LEENA/UFES, acervo do PET Cultura.

Dada as limitações impostas pela imagem acima é possível notar a presença de uma comunidade majoritariamente negra. Se tratando de um período histórico, que a ausência de documentação dificulta o acompanhamento étnico da comunidade, tal

informação extraída desta imagem serve, para supormos que no pós-abolição a comunidade negra de Araçatiba permaneceu neste território da Santa.

Esta hipótese é fortalecida com a observação da imagem abaixo, que revela uma presença negra servindo de mão de obra no início do século XX.



Figura 7 – Engenho de Araçatiba, Viana, ES. 1907/1908. Fotografia de Eutychio d'Oliver. Fundo documental do IPHAN_ES, coleção Eutychio d'Oliver – Um olhar sobre o Espírito Santo do início do século XX. (A foto tem uma marcação escrita, datando o ano de 1910, porém foi uma intervenção que o documento sofreu, mas não é essa a data da fotografia, conforme já citado).

Na imagem acima é possível ver a presença de negros carregando cana de açúcar. Todos parecem fazer pose para o fotógrafo e ao fundo está a locomotiva que movia o alambique. Provavelmente a mesma descrita por seu losni, no depoimento abaixo

[...] Naquele triângulo era o alambique da cachaça Araçatiba. E quando eu era criança, tinha uns treze anos, peguei muita cachaça ali [...]. [...] Teve um cidadão aqui [Indiviso – Bairro do município de Viana, próximo a Araçatiba], há anos [...], veio procurar se eu sabia dizer aonde estava a locomotiva que movimentava o alambique da cachaça Araçatiba. Diz que não sabia. Lembro muito da máquina, porque as vezes estava lá na hora do almoço e escutava: Piiiiiiiiiii, dava aquela buzina e a peãozadatava lá na roça. Lembro demais, mas não sei para onde foi [...] (OLIVEIRA, losni Elias de. [Dezembro de 2013]. Entrevistadores Marcos Aurélio dos Santos Vertelo; Bruna Wandekoken; Rubens Teixeira – acervo PET Cultura UFES).

No relato acima, seu losni, morador do bairro do Indiviso, vizinho da comunidade de Araçatiba, localizada no município de Viana, fala que no triângulo que separa a entrada de Araçatiba e o caminho que vai em direção à Indiviso e Jacarandá ficava o alambique Araçatiba. Vale ressaltar que losni nasceu em 1924 e, no seu relato, ele ia à Araçatiba quando tinha aproximadamente treze anos. Logo é possível considerar que este alambique ainda estava em funcionamento nas décadas de 1930/1940.

Após fazer uma análise do patrimônio material da comunidade de Araçatiba, faz-se mister uma imersão na memória de uma das descendentes dos negros herdeiros das terras de Nossa Senhora da Ajuda, a fim de mostrar a face imaterial da herança dessa comunidade.

3.4. HERDEIROS DA TERRA DA SANTA: EMILIANA COUTINHO DA SILVA

Na construção deste item toma-se por como base uma entrevista realizada em 21 de maio 2011 que teve como entrevistada Emiliana Coutinho da Silva, doravante chamada de Nini. Nascida em 1932 nesta comunidade, onde também passou toda sua vida, exerce na comunidade de Araçatiba um poder simbólico. Segundo Pierre Bourdieu (2009), “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, p. 7). Ainda segundo Bourdieu:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (Física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não nos reside ‘sistemas simbólico’ em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o da palavra de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2009, p. 14-15).

Dona Nini exerce em Araçatiba uma relação simbólica com diferentes atores sociais, tanto internos quanto externos à comunidade. Integra o grupo “Memória Viva”,

formado por aqueles que, segundo a comunidade, são portadores de uma memória coletiva, uma espécie de griots³³. No “Memória Viva”, Nini é uma voz autorizada a falar em nome e por todo o grupo, um dos motivos que levou a procurá-la. Somado a isso, ir ao seu encontro apresentou-se quase como condição para a realização deste terceiro capítulo, na medida em que sua indicação pela maioria dos moradores da comunidade tornou-se quase uma unanimidade quando se fala da história local. A seguir tem-se uma breve descrição do perfil da matriarca e da dinâmica estabelecida em torno da construção de sua autoridade.

3.4.1. Perfil e memória da matriarca Emiliana

Dona Nini nasceu em 30 de agosto de 1932, casada há 45 anos³⁴ e sempre viveu em Araçatiba. Ainda recém-nascida, perdeu o pai e foi deixada por sua mãe aos cuidados de seu padrinho, João Colombo Neves, filho de Maria Vieira de Gouvêa Neves, uma das herdeiras do fazendeiro Sebastião Viera Machado. Segundo a entrevistada, ela foi criada com muito carinho pelo padrinho, que sempre incentivou seus estudos. No entanto, devido às dificuldades (na comunidade de Araçatiba só havia escola primária), Nini concluiu seus estudos apenas até a 4ª série.

Durante a infância pôde se dedicar às brincadeiras, já que não teve atividades laborais a não ser ajudando seu padrinho. Começou a trabalhar aos 11 anos, no serviço doméstico. Posteriormente, passou a ajudar seu padrinho com os trabalhos da lavoura, revelando ter aprendido muito com ele. Após a morte de João Colombo, ela passou a cuidar de tudo, do gado e da lavoura, preservando o que seu padrinho tanto zelava. Em 1967, ganhou uma bolsa de estudo do Governo Federal para estudar em Santa Teresa, cidade da região serrana, onde se instalou a Escola Agrotécnica, fundada na década de 1940.

A entrevistada relata ainda que gostava muito de estudar ciências; adorava os trabalhos de campo que a proporcionavam estudar as plantas, a pocilga, o apiário. Nessa época, Nini dedicava-se exclusivamente aos estudos. Quando voltou à Araçatiba, Nini exerceu a função de alfabetizadora tanto do MOBREAL (Movimento

³³ - **Griot** – significa guardião da memória. Expressão de origem francesa, na cultura africana é o termo designado ao contador de história. As mulheres eram conhecidas como Griotes. Os negros escravizados e trazidos para o Brasil trouxeram da África a prática de contar histórias. Com as novas tecnologias os griots foram perdendo espaço. A contação de história tem disputado espaço com as novas formas de comunicação. Ver mais em Griots – Culturas Africanas: linguagem, memória, imaginário.

³⁴ Seu esposo ainda estava vivo quando da realização dessa entrevista, porém veio a falecer alguns anos depois.

Brasileiro de Alfabetização), como de crianças pelo Estado. Revela sempre ter se orgulhado de ter alfabetizado pessoas que hoje estão com boas condições de vida. Dona Nini trabalhou durante muitos anos na Igreja de Araçatiba como zeladora³⁵, detendo as chaves da igreja, que recebeu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De 1969 a 1990, como voluntária e de 1990 a 2002, e, posteriormente, como funcionária da prefeitura de Viana. No entanto, Dona Nini não trabalhava sozinha, contava com a ajuda dos vizinhos para a limpeza da igreja e dos utensílios do templo, herança dos jesuítas. Nesse período, ocorreram alguns roubos, o que mais marcou foi o realizado no dia 21 de abril de 1985 – dia da morte de Tancredo Neves.

Apropriando-se desta herança³⁶, dona Nini elabora na entrevista uma fala resgatando todo este passado de proximidade com o fazendeiro Sebastião Vieira Machado. Por este motivo, passa-se agora a análise do processo de construção e reconstrução identitária da comunidade de Araçatiba. Para tanto, utiliza-se o conceito de autoridade tradicional de Max Weber, em que uma das formas é o matriarcado, caracterizado pela gestão comunitária centrada numa mulher. A matriarca desta comunidade possui uma autoridade que se articula entre o conceito de autoridade tradicional de Weber (2006) e o conceito de tradição inventada de Hobsbawm (2006). Ao reconstruir o passado através de uma memória Halbwachiana, na qual a narrativa do passado é associada a um projeto coletivo, ela reconstrói o passado a partir de uma necessidade do presente, centrada na busca de uma identidade que lhe forneça a manutenção do direito de propriedade.

Pode-se afirmar que Dona Nini tem uma memória Halbwachiana. Segundo essa teoria, o discurso do indivíduo é também um discurso do coletivo. Maurice Halbwachs (2004) diz que a memória individual existe a partir da memória coletiva e de suas relações sociais e que as lembranças podem partir da vivência em grupo. Na verdade, é uma reconstrução do passado com a ajuda do presente, e essa

³⁵ Esta relação entre Dona Nini e a conservação da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, pode ser vista na notícia do Jornal *A Gazeta*. Em uma entrevista falando sobre a comunidade de Araçatiba, a matéria dizia que “por tradição, a família de Emiliana Coutinho da Silva faz o que pode para manter a igreja de pé e com no mínimo de conservação”. Em outro trecho dona Nini diz “Sei o duro que minha família deu para manter essa igreja e sei o quanto ela é importante para nossa história (Jornal *A Gazeta*, 11/11/1984).

³⁶ Ver mais em BOURDIEU, Pierre. *As contradições da herança*. Trad. Enid Abreu Dobransky. LINS, Daniel (Org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. Campinas: Papirus, 1997.

reconstrução feita no presente é elaborada a partir de outras reconstruções feitas anteriormente (HALBWACHS, p. 75-76).

Segundo o dicionário de conceitos históricos, o historiador Eric Hobsbawm utiliza o conceito de tradição inventada para denominar práticas ritualísticas ou simbólicas reguladas por regras aceitas por todos e que tem como objetivo desenvolver na mente e na cultura valores por meio de uma relação com o passado feita por repetição. A característica principal da tradição inventada é que ela estabelece uma relação artificial com o passado. E a tradição tem como função legitimar alguns valores através da repetição do rito. Portanto, a Identidade é construída e reconstruída (SILVA, 2006, p. 405-408).

Os laços estabelecidos entre dona Nini e Sebastião Vieira Machado passam por uma relação de apadrinhamento que tem origem numa tradição que ultrapassa o século XIX e alcança o século XX. Como já foi abordado no primeiro capítulo desta dissertação, em Araçatiba, era muito comum os espaços de liberdade estabelecidos entre cativos e senhores por meio do apadrinhamento. Guardados os devidos contextos históricos, o século XX colocou novamente, num laço de apadrinhamento, um herdeiro do coronel Machado e uma descendente dos negros da fazenda Araçatiba. Segundo Nini assim era essa relação entre ela e seu padrinho:

E meu padrinho me criou com tanto carinho, só você vendo. Me ensinou... Me ensinou a fazer tudo, ele sabia fazer tudo, lavar roupa, passar, cozinhar. Todo lugar que meu padrinho ia ele me levava. Eu fiquei conhecida... A gente ia à posse de prefeito, festa na Câmara, na Assembléia. E terminou o pessoal quando fui crescendo o pessoal me chamava de menina de Colombo, porque o nome dele era João Colombo Neves (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Mesmo recebendo de seu padrinho uma herança que perpassa pelo viés material e alcança uma dimensão imaterial³⁷, Nini tem consciência do seu lugar enquanto uma quilombola, termo usado pela própria entrevistada.

[...] Tem pessoas que se acham melhor do que a gente. Tem pessoas que nem dá bom dia a gente, achando que a minha cor pega em você. Então tem muito racismo, apesar de nossa comunidade ser pequenininha, mas tem muito racismo ainda. Aí eu falo, bom! Quem se acha branco aqui e vem morar em Araçatiba é que tá sobrando, não somos nós. Então vai procurar um lugar lá pra Marechal Floriano, porque lá é onde estão os imigrantes. Agora aqui são os quilombolas (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011].

³⁷ Ver mais em Giovane Levi. A Herança Imaterial

Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Nini faz questão de demarcar o território como quilombola, deixando claro que se alguém está incomodado deve procurar outro lugar para viver. Mesmo tendo convivido com um dos herdeiros do coronel Machado, o que mais chama a atenção é a forma como Nini se apropria dessa herança, buscando ocupar os espaços de poder na comunidade.

3.4.2. A guarda da chave da Igreja e o poder local

A matriarca foi responsável por muitos anos pela chave da Igreja Nossa Senhora da Ajuda, responsabilidade atribuída pelo próprio IPHAN. Dona Nini adotou, durante toda entrevista, uma postura de guardiã do patrimônio local, posição perceptível na sua relação com os utensílios da igreja:

a) Relação com os utensílios da Igreja

[...] sempre cuidando de tudo, o que nós encontramos, porque o que os jesuítas deixaram pra nós, pra nós até hoje é uma relíquia. Não é? Aquelas jarras tão bonitas. Então aquilo ali, na igreja ainda deve ter alguma. Não sei se depois que eu saí se quebraram. Aquelas jarras de porcelana, ela era uma coisa linda. Nós sempre usamos, mas sempre com o cuidado de não quebrar, porque aquilo foi deixado com muito carinho (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Dona Nini se mostra preocupada no cuidado com os utensílios da igreja ao ressaltar que foram deixados com muito carinho e que possuem valor muito grande para a comunidade. Ela consegue recordar a beleza de cada peça e faz uma viagem no tempo para mostrar que estes bens foram deixados pelos jesuítas. Ou seja, ela vai ao século XVIII para reafirmar a antiguidade dos objetos e reafirmar seus valores simbólicos. Na análise a seguir mostrarei porque ela consegue se lembrar desses objetos.

b) Os roubos da igreja:

[...] foi assaltada, mas roubaram tudo que eles [os jesuítas] trouxeram de precioso pra nós. Eu lembro daquilo desde criança. Porque meu padrinho era sacristão, ele cuidava... A nossa casa era frequentada pelos padres. Os padres se hospedavam na nossa casa, e desde criança meu padrinho me mostrava tudo aquilo. Depois que ele acabava a missa, meu padrinho guardava tudo dentro do tabernáculo. Aquela coisa tão... Cálice de ouro. Tudo trazido da Espanha, cálice, âmola de prata, um ostensório, mas lindo, lindo, cheios de pedras preciosas, uma roxinha, uma verdinha, uma

branquinha. Olha! Até hoje se eu ver aquele material eu conheço tudo.

Roubaram tudo menino. Tiraram a toalha do altar enrolaram tudo e saíram pelas portas dos fundos. Eu acho que foi uma tristeza tão grande pro povo de Araçatiba naquele dia que eu acho que ninguém almoçou, ninguém jantou. Porque nunca tinham roubado um alfinete e quando roubaram, roubaram tudo.

[...] Até hoje seu ver qualquer uma daquelas peças eu conheço porque desde a minha infância, e o carinho que a gente tinha tão bonito as coisas, depois roubaram outra vez, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição do século XVI. Ela toda restauradinha, de novo, não encontramos também. Depois roubaram o sino, foram três roubos. Mas Graças a Deus eu comuniquei, na hora que eu encontrava qualquer coisa roubada. Comuniquei aos órgãos competentes e graças a... E não achamos nada, foi uma pena que não conseguimos achar nada, mas graças a Deus saímos de lá com a cabeça erguida (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES)³⁸.

Segundo a entrevistada, os jesuítas trouxeram estes objetos para os moradores da fazenda. Antes de descrever os utensílios que foram roubados, estabelece ainda uma filiação com os jesuítas, começando pelo seu padrinho, que era sacristão e o responsável por guardar todas as peças, passando pelos padres da igreja que, segundo ela, hospedavam-se em sua casa, e por fim, a época de sua infância, quando o padrinho fazia questão de mostrar-lhe os objetos. Com essa filiação, a Nini mostra o quanto conservou da tradição e guardou exatamente aquilo que os jesuítas trouxeram, colocando-se como uma guardiã daqueles bens. Essa postura de protetora da tradição também se revela em outras falas, como pode se ver a seguir.

3.4.3. Devoção à Santa Nossa Senhora da Ajuda

A entrevistada apresentou-se como uma pessoa muito devota. Quando indagada sobre o que representava Nossa Senhora da Ajuda, que veio de Portugal como Padroeira dos navegantes, obteve-se a seguinte resposta:

³⁸ Este roubo foi noticiado pelo Jornal *A Gazeta*. A notícia dizia que “a queixa do roubo foi registrada na Delegacia de Menores e Vadiagem, que estava de plantão na Chefatura de Polícia”. O autor da queixa foi seu Josué Crescêncio da Silva (esposo de Dona Nini). Segundo Josué, pela manhã ele observou a porta da igreja aberta e verificou que havia acontecido um roubo naquele lugar. Após a verificação toda a comunidade se dirigiu para o local do roubo (Jornal *A Gazeta*, 23/04/1895). Sobre esse roubo é possível acompanhar todos os processos, analisando os ofícios número 31,32,33 e 36 do IPHAN-ES, entre os dias 06 à 16 de maio de 1985. No ofício nº 33 direcionado ao prefeito da cidade de Viana, Sr. Demostenes de Carvalho Soares, o representante do IPHAN-ES, solicita ao prefeito a colocação de funcionários para limpar e fazer a segurança da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, e destaca que os senhores “Josué Crescêncio da Silva e sua esposa Dna. Emiliana Coutinho da Silva (vizinhos mais próximos da igreja), têm exercido estas funções de maneira precária (sem nada receberem para isto) e poderiam talvez, a critério do prefeito, ser aproveitados para a citada tarefa (IPHAN-ES – Fundo documental).

[...] Nossa Senhora da Ajuda representa tudo, porque os jesuítas, o santo de devoção deles era São Inácio de Loiola, e do Sebastião Vieira quando ele reformou a igreja, você viu na porta da igreja a data? 1849 foi a data da reforma da igreja. Então ele fez a reforma com as características de Portugal. Aí trouxe Nossa Senhora da Ajuda de lá, de Portugal. Então, Nossa Senhora da Ajuda pra nós é tudo. Todo mundo tem muita devoção mesmo, até hoje, Deus nos livre que alguém tire nossa senhora da ajuda daquela igreja (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Dona Nini, ao dizer que Nossa Senhora representa tudo, mas não entrando em detalhes, faz uma análise muito generalizada da atuação da Santa. Ela vai até os jesuítas para dizer que a Santa não chegou à Igreja por intermédio destes, mas pelas mãos do coronel Sebastião Vieira. Como já visto e analisado anteriormente, é muito provável que esta imagem de Nossa Senhora da Ajuda já estivesse na fazenda Araçatiba desde o período jesuítico. Todavia, a memória da entrevistada constrói uma ligação direta entre o coronel Machado e a Santa Nossa Senhora da Ajuda. Fato compreensível dada a importância da proximidade destes dois elementos simbólicos, o coronel e a santa, para a memória local. A entrevistada faz ainda questão de perguntar se repararam na data da reforma da Igreja, que foi em 1849, para dizer, por fim, que a Santa representa tudo para a comunidade. Vale ressaltar, como já mencionado no início deste último capítulo, não foi encontrado nenhum documento que fizesse menção a tal reforma.

Em nenhum momento da entrevista, Nini cita a “função” da Santa na Igreja, diferente da sua fala em relação a São Sebastião: “[...] até hoje, nós temos muita devoção a São Sebastião, que nos livra da peste, das doenças. Então, nós fazemos a procissão de São Sebastião todos os anos”. No entanto, diferentemente dessa fala específica, o que parece ser relevante tanto para dona Nini como para a comunidade não é o caráter devocional, mas o fato de a Santa ter sido trazida para a fazenda pelo Sebastião Vieira, uma vez que foi por intermédio dos herdeiros do coronel Machado que as terras foram doadas para a Santa Nossa Senhora da Ajuda. Ainda assim, isso não significa que dona Nini e os demais moradores não tenham uma devoção pela Santa. Na verdade, essa relação acontece devido à dívida que a Santa Nossa Senhora da Ajuda os concedeu: o direito à terra. Por isso, eles consideram-se filhos da Santa.

3.4.4. “Todo mundo era católico, porque eles aprenderam com os portugueses a serem católicos”.

Segundo Mircea Eliade (1992), as festas religiosas servem para reatualizar periodicamente as relações entre os homens e o divino, ou seja, os homens são uns antes e outros depois de participarem das festas, e de certa forma este ritual serve para tornar os humanos contemporâneos dos deuses. Na relação com os deuses os homens com o passar do tempo perdem o referencial, o modelo de devoção e a reatualização periódica dos gestos “as festas religiosas”, é que voltam a mostrar a sacralidade do modelo (ELIADE, 46-47). Conforme Magno Francisco de Jesus Santos (2012), para se entender os sentidos existentes em uma festa de santo, é preciso ir à busca dos aspectos que muitas das vezes estão ocultos na memória social de uma comunidade. Celebrar uma festa significa se auto representar nela, reforçar a identidade do grupo e demarcar territorialidade, desta forma é preciso que se analise além do espetáculo, é mister que se observe as margens, os preparativos, pois estes podem revelar o real propósito deste ato (SANTOS, p.155). É possível entender que há pelo menos duas dimensões dentro destas festas, a primeira é a mística, onde o devoto busca se aproximar da divindade através dos rituais; a segunda é, de certa forma, uma consequência da primeira, nela os compromissos firmados são reatualizados, ou seja, o devoto precisa entender que está um tanto quanto distante do divino, e que deste precisa se aproximar; por sua vez o divino precisa reafirmar seu compromisso com o fiel. Nesta relação de reciprocidade, o título atribuído a um santo também é um indicio de relevância (SANTOS, 2012, p. 157).

Quanto às festas da comunidade, a entrevistada discorreu sobre as principais, todas de origem católica.

As festas de Araçatiba eram muito boas. A festa famosa é a festa de Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Padroeira. Nossa Senhora da Ajuda é tudo pra nós. Então essas festas duravam uns dez dias. Porque começa com a novena, feita pelas famílias, cada um queria comprar mais foguetes do que o outro. Então aquela festa era tão animada (SILVA, Emiliania Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Foi proposto, então, a ela que falasse também de algumas realizadas só entre escravos. A resposta, abaixo transcrita, mostra como o catolicismo aparentemente prevaleceu nessa comunidade:

[...] eu acho, que foi tudo assim, trazido pelos portugueses, porque eles trouxeram pra cá a religião. Os escravos eram analfabetos, mas aprenderam a rezar o terço, porque não dependia de leitura. Então, quando eu era criança ainda tinha uma escrava aqui. Ela contava pra gente, que o Sebastião Vieira Machado era um homem “muito bom”. Abaixo que Araçatiba não tinha tronco, então a religião nossa foi toda trazida pelos portugueses.

Então, por isso que o pessoal aprendeu a fazer essas festas, e os escravos acompanhavam. Porque eles... Você vê que os africanos gostam muito de espiritismo, mas em Araçatiba não tinha nada disso. Todo mundo era católico, porque eles aprenderam com os portugueses a serem católicos. Nunca o pessoal da minha família falava que aqui tinha um centro espírita, era tudo da religião. Então, não tinha protestante, todos eram católicos [...] (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Como era de se esperar, Dona Nini destacou as festas religiosas, em especial as do catolicismo, afirmando terem sido trazidas pelos portugueses. Porém, na historiografia brasileira, não são poucos os exemplos de sincretismo religioso, ou seja, festas e devoções praticadas pelos negros que eram misturas da religião Católica com as religiões africanas. Até que ponto os escravos dessa fazenda eram passivos nessa relação? Será que eles, como afirma a entrevistada, eram todos católicos? Ou existia espaço para práticas das religiões africanas? É possível responder à indagação fazendo menção à hipótese levantada pelos moradores, em especial dona Nini, e pelo que escreveu Cleber Maciel (1994).

A entrevistada revela ter tido, ainda quando era criança, contato com uma escrava que lhe falava que Sebastião Vieira era um homem “muito bom”, e que em Araçatiba não havia tronco, símbolo dos castigos da escravidão. Seguindo essa hipótese, ou seja, em defesa da existência de um relacionamento “amistoso” entre escravista e escravos, Cleber Maciel disse:

Eram grandes as dificuldades para permanecerem unidos os pais e filhos de uma mesma família de escravos. Havia resistência de muitos senhores em permitir casamentos, aconteciam separações ocasionadas pela venda de membros de uma mesma família, havia castigos ou vinganças impostas às famílias, humilhando os pais com torturas ou tirando-lhes os filhos [...]

Pesquisas recentes têm demonstrado que, por exemplo, em 1875, nas fazendas de Viana e de Queimado, mais de 60% dos escravos eram membros de famílias, nas quais os filhos viviam ao lado dos pais [...]

[...] Há registros, nessas regiões, de mestiços que ascenderam socialmente ou ganharam a liberdade através do reconhecimento da paternidade pelo Senhor de sua mãe [...]

Em Viana e Vitória, por sinal, eram muito comuns os casamentos entre escravos e livres [...] (MACIEL, p. 39-40)

Dona Nini, ao relacionar sua vida com outras instituições como a igreja e a família, elabora o que se percebe como uma memória Halbwachiana. Reconstrói o passado com imagens do presente ou sobre outras construções que foram feitas anteriormente, buscando conferir a identidade do grupo em suas histórias. Um exemplo disso é quando ela, ao rememorar a infância, diz que existia em Araçatiba uma escrava liberta, que falava ser Sebastião Vieira um homem “bom”. Outro exemplo é quando destaca que, embora houvesse em Araçatiba muitos escravos, todos vieram da África com suas religiões e quando chegaram nessa comunidade, eles passaram a ser católicos. Aproximando-se do pensamento de Hobsbawm, para quem a tradição tem como função legitimar alguns valores por meio da repetição do rito, nos dois exemplos acima fica clara a maneira como dona Nini se vale de sua autoridade tradicional para influenciar a comunidade.

Segundo Ana Lugão Rios (2005), as últimas décadas da escravidão produziram um discurso por parte dos escravos que denunciavam nos processos criminais os “maus senhores” e os “maus cativeiros”. Por outro lado, apareceu a figura dos “bons senhores” que gozavam da confiança e lealdade de seus escravos. Ser um “bom senhor” significava agir com “justiça”, corrigindo o escravo na proporção de seu delito. O “bom senhor” conhecia o mundo dos escravos, ou buscava conhecer, a fim de manipulá-lo. Essa aproximação destes senhores e a complexa organização do mundo das senzalas não passavam despercebidas pelos escravos. As medidas tomadas pelo Estado nos anos que antecederam o fim da escravidão, como a revogação da pena de açoite em 1886, a pressão da sociedade e a própria ação dos escravos transformavam os senhores de antigas fazendas em “bons senhores”. Pois, para eles restava apenas a ação do “poder moral”. Uma vez que não se pode agredir fisicamente, nem separar as famílias, cabe aos senhores a busca por outros mecanismos de controle. É neste contexto que algumas famílias conseguem o acesso a pequenas propriedades de terras (RIOS; MATTOS, p. 180-187).

Há hoje uma infinidade de comunidades negras distribuídas pelo território brasileiro, muitas delas originárias de antigos quilombos, outras construídas no pós-abolição com a compra de pequenas propriedades pelos libertos e há ainda as que foram doadas, chamadas de terras de preto. Estas doações, mesmo registradas em

cartório, poderiam ser revogadas a qualquer momento. Um dos motivos destas doações era a ausência de herdeiros. No testamento, os proprietários das terras, muitas vezes, deixavam-nas com algumas condições, uma destas era a proibição da venda destas terras por parte dos beneficiários (RIOS; MATTOS, 2005, p. 212-219). No caso das terras de Araçatiba a doação foi feita pelos descendentes do Coronel Sebastião Vieira Machado. Abaixo segue outra parte da entrevista que reforça essa hipótese do “bom” relacionamento, só que agora referente aos herdeiros do Sebastião Vieira:

[...] os descendentes de Sebastião Vieira Machado eram vinte e um herdeiros. Então ele tinha muita terra e cada qual ficou com uma quantidade de terra. Eles resolveram doar vinte e um hectares, mas depois eu vi, no documento, não é hectare não, é uma quantidade que eu ainda não descobri o que é. Pois é, então, era muito mais do que a gente acha que era um hectare. Porque o terreno foi muito invadido pelos fazendeiros. Eles doaram essa terra, para que nós ficássemos morando aqui, os descendentes, e zelando a igreja. Porque se ficasse por conta dos fazendeiros, talvez derrubaria até a igreja, e corriam com todo mundo. É por isso que nós moramos na terra de Nossa Senhora da Ajuda é um documento legal[...]
Então, por isso que nós temos Nossa Senhora da Ajuda como nossa padroeira, zelamos a igreja, e moramos no que era dela. Porque se fosse por conta dos fazendeiros, não tinha mais ninguém aqui não. E, é um lugar respeitado. Agora como somos descendentes... E o pessoal, os velhos, foram morrendo, os fazendeiros foram chegando às cercas deles pra dentro, mas a terra era bem maior do que é hoje [...]. (SILVA, Emiliana Coutinho. [Maio de 2011]. Entrevistador Marcos Aurélio dos Santos Vertelo – acervo PET Cultura UFES).

Em sua fala, Nini deixa claro o objetivo dos herdeiros do coronel Machado ao doar as terras para a Santa Nossa Senhora da Ajuda, que era a permanência dos descendentes na terra. Tal afirmativa é uma construção da memória da entrevistada, pois a documentação não diz qual era a finalidade da doação, simplesmente fala que foi feita a doação para a Santa. Porém, conforme descrito no segundo capítulo dessa dissertação é muito provável que tal doação de fato tenha tido como objetivo a preservação no núcleo habitacional da fazenda Araçatiba, e por isso, a construção elaborada pela entrevistada tem como fio condutor outras construções elaboradas na memória de seus antepassados. A memória da entrevistada opera o que Michael Pollak (1989) chama de enquadramento da memória, que seria um processo em que os sujeitos reinterpretem o passado em função de demandas presentes. Reforçando o sentimento de pertença e a delimitação de fronteiras. Esta referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições. O autor ainda afirma que

dentro deste processo de enquadramento da memória, se destaca o papel dos guardiões da memória, chamados também de “testemunhas autorizadas” ou historiadores da casa (POLLAK, p. 3-15). Este é o papel desempenhado por Nini.

3.5. CONCLUSÃO

Neste capítulo se buscou apresentar a permanência da herança material e imaterial da comunidade afro-brasileira de Araçatiba. Por meio de documentos imagéticos e depoimentos orais, acrescido de outros documentos do IPHAN-ES. Mesmo com a limitação imposta pelas fontes documentais foi possível apresentar numa linguagem visual alguns patrimônios materiais que ainda no século XX, estavam erguidos. As fontes orais, sobretudo, o depoimento de Nini possibilitou entender os mecanismos utilizados pelos descendentes da comunidade afro-brasileira de Araçatiba, em relação a apropriação da herança material e imaterial legada aos seus antepassados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou demonstrar o processo de constituição da fazenda Araçatiba, desde seu período enquanto fazenda Jesuítica, até o momento em que se tornou propriedade da família Vieira Machado. Deu-se maior ênfase à constituição de uma comunidade afro-brasileira que negociou durante o período escravista diferentes espaços de liberdade dentro desta fazenda.

No primeiro capítulo, buscou-se apresentar a constituição da “Grande Fazenda de Araçatiba”, durante o século XVIII, sob domínio dos jesuítas. Com a expulsão desta Ordem do Brasil, a fazenda Araçatiba passou por um período de abandono, sendo posteriormente leiloadada. Durante o século XIX, figurou como proprietários desta terra a família Vieira Machado. Ainda neste primeiro capítulo foi possível apresentar o cotidiano dos cativos da fazenda Araçatiba, em especial, deu-se ênfase aos espaços de liberdade conquistados na relação entre cativos e seus senhores.

O pós-abolição na fazenda Araçatiba mostrou uma intensa disputa pelas terras da fazenda, conforme descrito no segundo capítulo, tendo como principais personagens os herdeiros destas terras. Esta querela levou à doação de parte da propriedade à Nossa Senhora da Ajuda, no ano de 1894. Após a doação se construiu na comunidade de Araçatiba, discussão feita no terceiro capítulo, uma memória que associa a doação das terras, como sendo feita diretamente para os libertos pós lei áurea. Todavia, a documentação levantada não permite concluir quais foram os motivos da doação e se havia outros beneficiários, sem ser Nossa Senhora da Ajuda; que é quem legalmente está como herdeira das terras. Ao mesmo tempo, como já foi dito neste trabalho, a prática da doação de terras a santos católicos era muito comum, e em muitos destes casos tinha-se como interesse alcançar os grupos sociais que de alguma forma estavam ligados à comunidade da qual o santo era o padroeiro.

Pesquisar a razão de se considerar Araçatiba uma terra de santo, que foi uma das primeiras indagações ao se deparar com essa comunidade, ainda no ano de 2011, no início de minha graduação em História, revelou-me a dinâmica de relação entre cativos e homens livres nesta propriedade. Relação esta que na maioria das vezes mostra os espaços de liberdade conquistados pela comunidade cativa. Estes espaços de liberdade, conforme já apresentado nesta dissertação, contribuíram de forma significativa para a constituição de uma comunidade afro-brasileira, que

mesmo no pós-abolição permanece neste território se apropriando de uma memória construída nas relações de seus antepassados e ressignificada na atual comunidade de Araçatiba, por meio dos guardiões dessa memória.

A historiografia da escravidão no Espírito Santo tem produzido muitas reflexões acerca do cotidiano dos cativos. Temas abordando a família escrava, por meio dos laços matrimoniais e dos apadrinhamentos; trabalhos que abordam a importância das escravarias dentro da dinâmica econômica, principalmente no Espírito Santo do século XIX. Existem também, obras que versam sobre os processos de resistência escrava, seja por meio da formação de quilombos, ou até mesmo, por meio dos levantes realizados pelos cativos. Ainda há caminhos que precisam ser percorridos, em especial no que tange ao pós-abolição. É dentro desta perspectiva que se enquadra essa dissertação, buscando mostrar como que no Espírito Santo se constituiu um campesinato negro no pós-abolição.

REFERÊNCIAS

1. DOCUMENTOS

1.1 Documentos manuscritos

ESPÍRITO SANTO. Arquivo do Poder Judiciário do Espírito Santo. Inventários *post mortem*, caixa 1 a 55, 1786-1872.

ESPÍRITO SANTO. Cúria Metropolitana de Vitória. Livro de Registro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana – ES. Livro 3 (1862 a 1876).

ESPÍRITO SANTO. Cúria Metropolitana de Vitória. Livro de Registros de Óbito da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana – ES. Registro BR.CMV.ÓB. L.002, Fl.002 (1865 a 1867).

1.2 Memórias impressas

COUTINHO, Jose Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX**: Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória, ES: Estação Capixaba e cultural, 2002.

DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Presidentes de Província (1833-1888)**. Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo> Acesso em 30 de novembro 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Fundo documental. Memo. 6ª SubR/6ª SR/ IPHAN/n.059/99.

_____. Fundo documental do IPHAN/ES, coleção Eutychio d'Oliver – Um olhar sobre o Espírito Santo do início do século XX. (1907-1908).

LACERDA. Pedro Maria Lacerda. **Diário das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo**. Vitória, ES: Phoenix Cultura, 2012.

LEITE, Serafim. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Broteria, 1953.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. VI.

SIQUEIRA, Padre Francisco Antunes de. Poemêto descriptivo em oito cantos (Canto V - Estrofe XVI) – **Província do Espírito Santo**: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1884. P. 60.

WIED, Maximilian, Prinz von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

1.3 Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

O Espírito-santense

Correio da Victória

O Horizonte

Jornal Official

Comércio do Espírito Santo

A Província do Espírito Santo

Estado do Espírito Santo

1.4 Entrevistas

Laboratório de Pesquisa e Extensão em Artes – LEENA - UFES. Fundo documental. Entrevistas realizadas entre 2011 a 2014.

2. BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ARANTES, Erika Bastos. **NEGROS DO PORTO - Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARRUTI, José Maurício. “Quilombos”. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12^a ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Tese (Doutorado em História) apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi**, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Política e Economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

CARVALHO, José Antônio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CONDE, Bruno Santos. **Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

_____. CONDE, Bruno Santos. **Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo**. 4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional de 13 a 15 de maio de 2009. Curitiba. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/brunosantosconde.pdf>> Acesso em 10 abril de 2013.

COSTA, Carlos Eduardo C. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos**. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940). Dissertação [Mestrado em História Social], Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2008.

CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos, confrontos e encontros**. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Évora, 2014.

DEUS, Maria José de. Religiosidade popular – Senhora d'Ajuda: Muito além de Portugal. **Revista mundo e missão**. p. 3. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/relegpopulajuda.htm>> Acesso em 22 mai. 2013.

DUTRA, Thiara Bernardo. **Autoridades coloniais e o controle dos escravos: capitania do Espírito Santo, 1781 a 1821**. Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFES, 2016.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Secretaria de Estado da Cultura**. Conselho Estadual de Cultura. Arquitetura/Secretaria de estado da Cultura. – Vitória: SECULT, 2009, p. 346. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/3909-4b86811f9d3e1.pdf> Acesso em 22 fevereiro 2013.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa; revisão de Paulo Guimarães do Couto. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOULARTE, Rodrigo Silva. **Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação Stricto-Sensu em História) - Universidade Federal do Espírito Santo.

_____. **Portões e Sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825).** 2015. Tese (Doutorado em DOUTORADO EM HISTÓRIA) - Universidade Federal Fluminense.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871).** Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFES, 2009.

JÚNIOR, Augusto de Lima. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais** (Origens das principais invocações). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. P. 183.

LAGO, Rafaela Domingos. **Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na província do Espírito Santo (1831-1888).** Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFES, 2013.

LEVI, Giovanni. **A herança Imaterial.** Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo.** Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, Secretária de Produção e difusão Cultural/ UFES, 1994.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871.** Tese (Doutorado em História) apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889-1930. **Revista de História (UFES)**, Vitória, v. 17, p. 223-243, 2005.

_____. **Entre Índios ferozes e negros do mato: antinomia da construção da ondem nos sertões do Espírito Santo durante a primeira metade do século XIX.** XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS, Seminário Temático Os Índios na História: Fontes e Problemas, 15-20 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/ST07Vania.pdf>> Acesso em 17 maio 2013.

NEVES, Guilherme Pereira das. Catequese. In VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 109-110.

_____. Jesuítas. In VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 109-110.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado de Espírito Santo.** 3a ed. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo: Secretária de Estado da Cultura, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de liberdade na cena política capixaba: o movimento abolicionista em Vitória, 1869-1888.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790 a 1871).** Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVIII). **Anais do XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social: Crises Econômicas, Crises Sociais.** Lisboa, 2010, p. 1-17.

RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo:** Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

_____. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi** (Rio J.) [online]. 2004, vol.5, n.8, pp.170-198. ISSN 1518-3319. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X005008005>> Acesso em 20 de janeiro 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTIAGO, Márcia Maria Santos. Padroeira: A Festa de Nossa Senhora D'Ajuda em Itaporanga. **Rev. Fórum identidades.** Sergipe, n. 4, dez. 2008. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_4/ESSAO_L_FORUM_Pg_153_160.pdf. Acesso em: 18 jul. 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 405-408.

SILVA, Mairton Celestino da. **BATUQUE NA RUA DOS NEGROS:** Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFBA, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor:** Identidade étnica. Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STONE, Lawrence. **Prosopografia.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp.115-137. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>>. Acesso dia 20 de Jun. 2016.